

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento deste Estudo de Impacto Ambiental - EIA teve como objetivo atender ao Termo de Referência proposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA concernentes aos aspectos necessários a elaboração do diagnóstico socioeconômico dos municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas, sendo elaborado por dois técnicos da área das ciências humanas, a saber uma geógrafa e uma arqueóloga e equipe de apoio.

Os municípios acima referidos estão situados nas Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento de implantação da Interligação Elétrica Brasil - Uruguai, que é composto por:

- Uma linha de transmissão com classe de tensão em 230 kV (Linha de Transmissão Presidente Médici – Candiota) com aproximadamente 3km de extensão, ligando a Usina Termelétrica Presidente Médici até a futura subestação Candiota, ambas no município de Candiota - RS;
- Uma Subestação com classe de tensão em 230/525kV (Subestação Candiota), a ser implantada no município de Candiota - RS;
- Uma linha de transmissão com classe de tensão em 525kV (Linha de Transmissão Candiota – Aceguá) com aproximadamente 60km de extensão, ligando a subestação Candiota até a fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Aceguá, passando pelos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá, ambos no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste **Volume IV – Diagnóstico Socioeconômico** a metodologia utilizada contou com coleta de dados primários e secundários, em bibliografia disponível, bem como em sites oficiais. Também se utilizou de metodologia participativa através de entrevistas in loco, levantando informações específicas como, por exemplo, amostra de proprietários com terras interceptadas pelo empreendimento e em algumas Secretarias Municipais com funcionários públicos, nos municípios anteriormente referidos.

Estas informações foram coletadas em três visitas de campo, onde se procurou observar e registrar aspectos relevantes e pertinentes ao estudo socioeconômico e eventualmente confrontar a realidade com os documentos consultados e dados levantados.

Os dados obtidos na pesquisa foram tabulados e sistematizados, utilizando-se apresentação através de textos, tabelas, gráficos, fotos e mapas a fim de oferecer uma melhor visualização e compreensão das informações pesquisadas.

Assim, a pesquisa resultante será apresentada através dos seguintes capítulos: Aspectos geopolíticos, Demografia, estrutura produtiva e malha urbana, Organização social, serviços públicos e vulnerabilidades, Atividades econômicas e finanças públicas, Populações quilombolas, indígenas e tradicionais, Dinâmica e uso do solo, Patrimônio histórico, cultural e arqueológico, Turismo, lazer e cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização dos municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas.	10
Figura 2: Mapa das Regiões dos COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento).....	11
Figura 3: Aspecto da Campanha Gaúcha, com atividade pecuária nas pastagens naturais.	12
Figura 4: Detalhe de um assentado (Assentamento Vitória de São João) produtor de sementes (cenoura) para a empresa Isla. Coordenada do ponto: Fuso 22, Long. 53°41'35,11"O e Lat. 31°35'14,41"S.....	13
Figura 5: Vista panorâmica da Usina Termoelétrica Presidente Médici.	14
Figura 6: Vista geral da cidade de Aceguá.	19
Figura 7: Vista de parte da região central da cidade de Candiota.....	20
Figura 8: Rua principal da cidade de Hulha Negra.	21
Figura 9: Acesso principal a cidade de Pedras Altas.....	23
Figura 10: Mapa do Rio Grande do Sul, com valores do bloco Educação - IDESE 2008. Fonte-Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul 2010.	30
Figura 11: Mapa do Rio Grande do Sul, com valores do bloco Renda - IDESE 2008.	31
Figura 12: Mapa do Saldo Migratório por COREDE - 2010.....	35
Figura 13: Detalhe de propriedade de assentados da zona rural de Candiota.	37
Figura 14: Fotografia destacando a silvicultura ao fundo e a bovinocultura em primeiro plano.....	38
Figura 15: Destaque para uma área de reflorestamentos existentes em Candiota.	39
Figura 16: Infraestrutura de saúde na zona rural de Candiota, PSF no ponto de coordenada Long. 238.614 e Lat. 6.500.333	41
Figura 17: No Hospital de Colônia Nova – Aceguá, foi realizado entrevista com a equipe.....	44
Figura 18: Escola rural do município de Candiota que atende alunos do assentamento Vitória, entre outros.....	46
Figura 19: Exército no distrito de Colônia Nova-Aceguá, realizando inspeção	49
Figura 20: Rodovia Federal BR-153 que interliga a região de norte a sul.....	50

Figura 21: Aspecto da Ferrovia América Latina Logística do Brasil S. A. - ALL Logística na região do empreendimento.	52
Figura 22: Exemplo de grande empresa da indústria cimenteira instalada no município de Candiota.	63
Figura 23: Cultivo de videiras, no município de Candiota.....	65
Figura 24: Exemplo de entrevistado no município de Hulha Negra.....	75
Figura 25: Uso do solo no local previsto para implantação da Subestação Candiota.....	80
Figura 26: Pista de aviação agrícola próxima a diretriz da LT Candiota-Aceguá.....	82
Figura 27: Travessia da LT 525kV sobre assentamento agrícola.	83
Figura 28: Tropeiros.	96
Figura 29: Traçado dos principais percursos percorridos pelos tropeiros entre os séculos XVII e XIX.....	98
Figura 30: Área dos conflitos da Guerra Guaranítica. Fonte: http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/guerra-guaranitica-guerra-guaranitica-1.php#ixzz201uzhxxw	100
Figura 31: Guerra Guaranítica.	101
Figura 32: Planta da cidade de Porto Alegre em 1837.	104
Figura 33: Proclamação da independência do Rio Grande do Sul.	105
Figura 34: Garibaldi liderando a tropa até Laguna.....	107
Figura 35: Cena da Guerra dos Farrapos. Reprodução parcial de óleo do acervo da Prefeitura de São Paulo. Fonte: Disponível em: < http://www.popa.com.br/docs/cronicas/farrapos/ > Acesso em: 09/07/2012.....	109
Figura 36: Monumento histórico do limite entre Brasil e Uruguai, localizado no município de Aceguá.	114
Figura 37: Atrativo turístico e cultural em Pedras Altas. Antiga Estação Ferroviária.	115
Figura 38: Vista de parte do Castelo de Pedras em Pedras Altas.....	116
Figura 39: Área pública destinada a lazer e recreação na cidade de Candiota	117
Figura 40: Acervo arquitetônico regional, Prédio da Prefeitura Municipal de Pedras Altas, com morador vestindo roupas típicas.	119

Figura 41: Exemplo de construção com o uso de platibanda, município de Candiota. Antiga estação de trem. 120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: da Evolução Populacional dos Municípios da AII.	24
Tabela 2: Índice de envelhecimento x habitante.	25
Tabela 3: Síntese dos municípios de Candiota e Hulha Negra com relação ao IDH.	26
Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, dos municípios da Área de Influência Indireta.....	28
Tabela 5: Densidade Demográfica.....	32
Tabela 6: Taxa de urbanização.....	32
Tabela 7: Área territorial x AID	33
Tabela 8: Estabelecimentos de Ensino	47
Tabela 9: Previsão de empregos gerados pelo empreendimento.	56
Tabela 10: Organização da Sociedade Civil.	57
Tabela 11: Evolução do PIB municipal e PIB per capita, período de 2000 e 2009.	59
Tabela 12: PIB por contribuição por setor de economia.....	60
Tabela 13: Receitas e despesas municipais na AII	64
Tabela 14: Comunidades Quilombolas na AII do empreendimento	69
Tabela 15: Assentamentos interceptados pela Linha de Transmissão.	70
Tabela 16: caracterização da amostra de entrevistados na AID.	76
Tabela 17. Quantidade de sítios arqueológicos registrados por município.	85

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO.....	9
1.1 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS - AII	9
1.1.1 A ocupação e o povoamento recente da região	9
1.2 Demografia, estrutura produtiva e malha urbana - AID/AII	18
1.2.1 Histórico dos municípios.....	18
1.2.2 Características da população dos municípios AII/AID	23
1.3 Organização social, serviços públicos e vulnerabilidades - AID/AII	40
1.3.1 Saúde pública.....	40
1.3.2 Educação.....	45
1.3.3 Segurança pública.....	48
1.3.4 Infraestrutura de transporte.....	49
1.3.5 Saneamento básico, fornecimento de energia e outros serviços	53
1.3.6 Tensões sociais.....	55
1.3.7 Mão de obra	56
1.3.8 Organização social	57
1.4 Atividades econômicas e finanças públicas - AID/AII	59
1.4.1 PIB dos municípios.....	59
1.4.2 Atividades econômicas e produtivas na AID	64
1.5 Populações quilombolas, indígenas e tradicionais AII/AID	67
1.5.1 Populações quilombolas.....	67
1.5.2 Populações indígenas	69
1.5.3 Assentamentos Agrícolas.....	70
1.6 Expectativa da população AID com relação ao empreendimento	75

1.7	Dinâmica e uso do solo	80
1.8	Patrimônio histórico, cultural e arqueológico	84
1.8.1	Habitantes da região no período pré-colonial	89
1.9	Turismo, lazer e cultura	112
1.9.1	Turismo.....	112
1.9.2	Lazer.....	116
1.9.3	Cultura	118
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
	ANEXOS.....	126

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

1.1 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS - AII

1.1.1 A ocupação e o povoamento recente da região

A implantação da Interligação Elétrica Brasil – Uruguai, em sua porção brasileira intercepta território de 03 (três) municípios, sendo eles Candiota, onde está prevista a implantação da Linha de Transmissão (LT) Presidente Médici – Candiota (230kV), a implantação da Subestação Candiota (230/525kV) e parte da LT Candiota – Aceguá (525kV), Hulha Negra, por onde passara a Linha de Transmissão Candiota Aceguá (525kV) e pelo município de Aceguá, através da LT Candiota – Aceguá (525kV). O traçado das Linhas de Transmissão não intercepta território do município de Pedras Altas, entretanto, devido ao fato de parte da Área de Influência Direta estar inserida neste município no início do traçado, foram levantadas no presente Estudo de Impacto Ambiental as informações e dados sobre o município de Pedras Altas, conforme solicitação do IBAMA apresentada por meio da Nota Técnica Nº 02/2012 – NLA/SUPES/IBAMA-RS.

Os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra localizam-se no sudoeste Rio Grandense, na região da Campanha Gaúcha e pertenciam a Bagé, que é considerado município pólo da região. Já o município de Pedras Altas localiza-se no sudeste do Rio Grande do Sul e pertencia ao município de Pinheiro Machado. Todos os municípios estão representados na Figura 1.



Figura 1: Mapa de localização dos municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas.
Fonte: Geoconsultores.

O município de Aceguá está distante de Porto Alegre, capital do estado, cerca de 428 Km, enquanto Candiota dista cerca de 390 Km, Hulha Negra 371 Km e Pedras Altas 386 Km da capital.

No Rio Grande do Sul os municípios são regionalizados em Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, num total de vinte e oito (Figura 2), que foram criados para serem fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Os objetivos destes Conselhos são o desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações do governo na região, a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e a recuperação do meio ambiente. Os municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra, integram o COREDE Campanha, já o município de Pedras Altas pertence ao COREDE Sul. A seguir mapa da divisão regional no âmbito dos COREDEs.

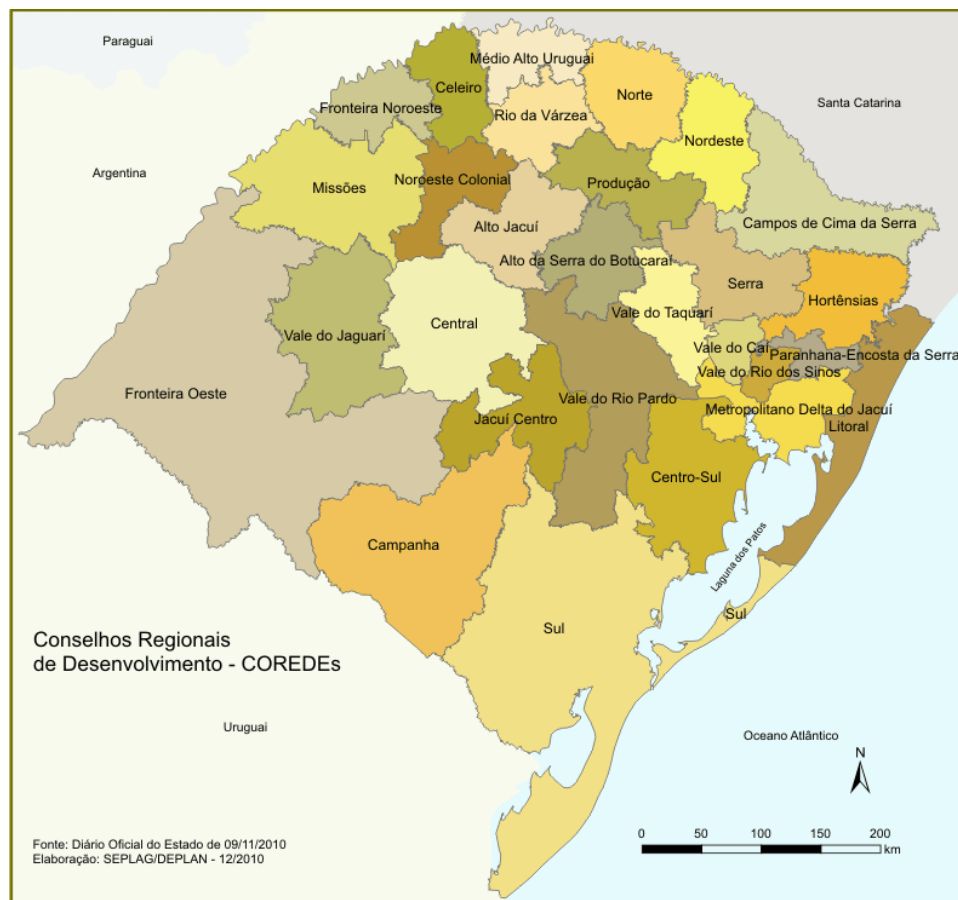


Figura 2: Mapa das Regiões dos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento).
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

O resultado da ocupação e povoamento das terras reflete os processos históricos, sociais e econômicos pelos quais passaram determinado local ou região.

Dentro do contexto histórico, as características da ocupação das terras gaúchas durante o período Imperial, estão relacionadas com as lutas entre Portugal e Espanha, para a conquista e anexação de terras. Desta maneira, a colonização do território por militares ligados ao governo imperial e que receberam sesmarias, tinha o objetivo de proteger as fronteiras do território que se formava. Pelas características locais a campanha gaúcha teve como base econômica a pecuária extensiva de gado bovino e ovino, dentro do espaço do latifúndio, assim aconteceu o desenvolvimento pastoril, associado às charqueadas.



Figura 3: Aspecto da Campanha Gaúcha, com atividade pecuária nas pastagens naturais.

A partir de 1960, com a modernização da agricultura brasileira, o Rio Grande do Sul inseriu-se neste novo contexto produtivo, passando por transformações. Houve a concentração fundiária em todo o estado com a consequente perda de terras por parte de produtores familiares, o que determinou a formação de populações de sem terras na década de 1970, com aparecimento dos movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nas últimas três décadas os movimentos sociais obtiveram muitas conquistas, principalmente pelo assentamento de milhares de famílias de trabalhadores, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela parceria entre governo federal e estadual. Neste período algumas propriedades da Campanha Gaúcha passaram a ser vistoriadas pelo INCRA e consideradas de baixa produtividade, gerando desapropriações e assentamentos da Reforma Agrária, de agricultores ou sem terra, de outras regiões do estado e também de municípios próximos.

Devido ao fato do empreendimento interceptar Assentamentos Agrícolas, foram solicitadas manifestações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (ANEXO I) e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR (ANEXO II) quanto a viabilidade de implantação do empreendimento, frente à existência destes assentamentos regularizados ou não.

A região da Campanha Gaúcha, na década de 1990, transformou-se numa região receptora de projetos de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Com isto novos desafios foram colocados como a realocação camponesa, num ambiente estranho.

As novas atividades econômicas implantadas resultaram em características até então não existentes na Campanha Gaúcha, como por exemplo, o cultivo de sementes agroecológicas ou não, na região de Hulha Negra e Candiota, em médias e pequenas propriedades, como geração de renda, embora caracterizadas ainda como experiências pontuais.



Figura 4: Detalhe de um assentado (Assentamento Vitória de São João) produtor de sementes (cenoura) para a empresa Isla. Coordenada do ponto: Fuso 22, Long. 53°41'35,11"O e Lat. 31°35'14,41"S.

Por outro lado, outra atividade econômica que é antiga na região, já que data de 1863, relaciona-se com a mineração do carvão, nos municípios de Candiota e Hulha Negra. Esta atividade atendia às fábricas e charqueadas da região e o carvão era garimpado em minas de encostas e às margens dos cursos d'água.

Até 1920 o carvão do sul do Estado abasteceu a Viação Férrea e a partir de 1942 passou-se a estudar a construção da usina elétrica de Candiota I, consolidada em 1960, que foi fator marcante para o desenvolvimento da indústria do carvão no sul, bem como o desenvolvimento municipal e

da região, posteriormente reforçado com a implantação das etapas seguintes da Usina Candiota II e III.

A Companhia Rio Grandense de Mineração (CRM), empresa controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul é a detentora das reservas de carvão, tanto em áreas de pesquisas como também nas com titulação de lavra. Na região a empresa trabalha desde 1961, com o fim de atender a produção de carvão para as usinas de Candiota I, II e III.

A última usina da Eletrobras, foi construída com recursos federais, através da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), com investimentos financiados pelo banco chinês China Development Bank (CDB). A energia produzida irá abastecer não apenas o município de Candiota, mas diversas outras cidades no Rio Grande do Sul através da conexão desta com o SIN.



Figura 5: Vista panorâmica da Usina Termoeletrica Presidente Médici.

Estas atividades movimentaram a economia local e induziram ao povoamento da região, já que relacionadas a elas outras atividades estão integradas, como a fábrica de cimento da Votorantim, e a fábrica da Companhia de Cimentos do Brasil-Cimpor.

Como consequência do desenvolvimento das atividades econômicas, houve o deslocamento de mão-de-obra com qualificação, como a de engenheiros eletricitas, químicos, mecânicos e eletrônicos, técnicos de nível médio, eletrotécnicos, químicos e assistentes técnicos, entre outros menos qualificados, como os empregados na construção civil, que supriram as necessidades e carências de pessoal, nem sempre disponível no local.

1.1.1.1 O plano diretor e a gestão do território

Muito se tem falado sobre Plano Diretor, especialmente em razão da obrigatoriedade de sua elaboração definida pelo Estatuto das Cidades, aos municípios que contam com mais de vinte mil habitantes. Também a lei, no artigo 41, estende esta obrigação para as cidades pertencentes a áreas de especial interesse turístico e ainda para as inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito regional ou nacional, independente de possuírem vinte mil habitantes.

Com relação aos municípios, de Hulha Negra, Pedras Altas e Aceguá estes ficam fora da exigência do Estatuto das Cidades quanto à elaboração do Plano Diretor, para ordenamento físico territorial, por não possuírem mais de 20.000 habitantes, nem estarem inseridas em áreas de especial interesse turístico ou em área de influência de empreendimento significativo, como ficou definido pelo Estatuto das Cidades.

Já o município de Candiota enquadra-se no artigo 41 do Estatuto das Cidades, por estar inserido na área de influência de empreendimento com impacto ambiental, como é o caso da Usina Termelétrica de Candiota. Porém, a administração municipal ainda não iniciou a elaboração do Plano Diretor Municipal.

De acordo com Ecosfera (2011), os municípios contam com legislação específica que ordena o uso e a ocupação dos solos. O artigo 30 da Constituição Federal define aos municípios a competência de legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento, controle do uso, controle do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Assim, em Candiota, a Lei Complementar nº 024, de 29 de dezembro de 2006, dispõe sobre o Código do Meio Ambiente. Nesta Lei estão estabelecidos os planos públicos ou privados de uso dos recursos naturais do município, bem como os planos de uso, ocupação e parcelamento do

solo, e o dever de respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

Em Hulha Negra a Lei Orgânica do município, de 29 de dezembro de 2000, capítulo V seção II, estabelece as normas para o meio ambiente. O artigo 207 da referida lei define que todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, cabendo ao Poder Público e a comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras. Ainda na Lei Orgânica de Hulha Negra, no art. 123 existe a referência ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano como peça fundamental de gestão do município tendo por objetivo, definir diretrizes para a execução de programas que visem a redução da segregação das funções urbanas e o acesso da população ao solo, a habitação e aos serviços públicos.

No município de Aceguá, a Lei Municipal nº001/2001, de 16 de janeiro de 2001, estabelece o vínculo deste município as leis de Bagé, sempre que não houver uma lei local disciplinando a matéria. Assim, como em Aceguá não há nenhuma lei que disponha sobre o Código Ambiental ou um Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial, será apresentada a Lei Complementar 025/2007, que se aplica ao município e dispõe sobre a Estratégia de Uso e Ocupação do Solo, abrangendo toda e qualquer ação destinada a cumprir a função social da terra, considerando o ambiente natural e a legislação vigente, sendo objetivos específicos instituir e regularizar o Estatuto de Impacto de Vizinhança e o Estudo de Impacto Ambiental, para atividades que sejam potencialmente causadoras de efeitos ambientais negativos e possam prejudicar o meio urbano e rural.

No município de Pedras Altas a Lei Orgânica do Município de 07 de setembro de 2001, no Artigo 7 inciso X, estabelece que cabe ao município elaborar o Plano Diretor, estabelecendo normas de edificações, de loteamentos, bem como diretrizes urbanísticas convenientes à ocupação e ordenação de seu território. No inciso XI, desta mesma Lei, o município deverá estabelecer normas de controle de ruído, poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e do meio ambiente. Já no artigo 209, ficou estabelecido que todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, competindo ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir a adoção de medidas neste sentido.

No contexto da gestão do território, em atendimento ao termo de referência emitido pelo IBAMA, foram consultadas as Prefeituras de Candiota, Hulha Negra e Aceguá, quanto a viabilidade do empreendimento, frente as diretrizes de uso e ocupação do solo, conforme anexos apresentados:

Município de Candiota - ANEXO III

Município de Hulha Negra - ANEXO IV

Município de Aceguá - ANEXO V

1.2 DEMOGRAFIA, ESTRUTURA PRODUTIVA E MALHA URBANA - AID/AII

1.2.1 Histórico dos municípios

1.2.1.1 Histórico do município de Aceguá

Aceguá é uma palavra de origem guarani que significa "Local de descanso eterno". Pela altura do terreno, a Serra de Aceguá, possivelmente, foi o local que os indígenas, habitantes desta zona, escolheram para enterrar seus mortos

Em 1863, surge no Parlamento Uruguaio, uma lei criando o Pluebo Juncal, onde hoje é Aceguá. Posteriormente, passou a denominar-se Povo Almeida, em homenagem às primeiras famílias do local.

A denominação Povo de Aceguá começa a surgir por volta de 1941, e permanece até os dias de hoje. Em 1986, por iniciativa da Comissão de Cultura de Aceguá, em contato com representantes nacionais, o Parlamento Uruguaio promulga a lei que eleva o Povo de Aceguá à categoria de Vila.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Aceguá figura no município de Bagé. Em 1939, o distrito de Aceguá adquiriu a zona de Tupi Silveira ex-Passo do Salso, e em 1944 adquiriu parte das terras do distrito de Rio Negro e Seival, pertencentes a Bagé.

Elevado a categoria de município com a denominação de Aceguá, pela lei estadual de nº 10766, de 14-04-1996, desmembrado de bagé, sendo a sede, no antigo distrito de Aceguá, instalado em 01-01-2001.

Pela lei nº 001/2001, de 30 de agosto de 2001, são criados os distritos de Colônia Nova, do Minuano e do Rio Negro. Após, em 13 de dezembro de 2002, a lei nº 003/2002 definiu a área geográfica do município que passou a ser dividido em quatro distritos Aceguá (Sede), Rio Negro, Colônia Nova e Minuano.



Figura 6: Vista geral da cidade de Aceguá.

1.2.1.2 Histórico do município de Candiota

O Tenente Emílio Luiz Mallet foi o pioneiro na produção de carvão no município de Candiota, no ano de 1828 quando percorria a região com seus soldados. Naquela época não poderia imaginar que, ao longo dos anos, a localidade se transformaria no município cuja principal característica econômica é a geração de energia elétrica.

Em 1963, havia o desejo da emancipação, fracassada em função do golpe militar de 1964. O nome de Candiota deve-se aos imigrantes de Cândia-Grécia, que eram chamados de candiotos, ao se fixarem na região originaram o nome do município.

Distrito criado com a denominação de Candiota, pela lei municipal nº 844, de 15-08-1978, subordinado ao município de Pinheiro Machado.

Elevado à categoria de município com a denominação de Candiota, pela lei estadual nº 9574, de 20-03-1992, desmembrado de Bagé e Pinheiro Machado. A sede do município foi instituída no antigo distrito de Candiota, instalado em 01-01-1993.

Pela lei municipal nº 144, de 30-06-1994, são criados os distritos de Industrial, Passo Real de Candiota, Baú e Seival e anexados ao município de Candiota.

Com a divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 5 distritos: Candiota, Baú, Passo Real de Candiota, Jaguarão Grande e Seival.



Figura 7: Vista de parte da região central da cidade de Candiota.

1.2.1.3 Histórico do município de Hulha Negra

Hulha Negra situa-se em uma região historicamente muito disputada por índios, portugueses e espanhóis, tendo assim forte vínculo militar, já que as margens do Rio Negro, serviram para acampamentos militares, na disputa pelas terras do século XVIII.

O estabelecimento de núcleos populacionais, datam de 1811, época da fundação de Bagé, retratando as demarcações de fronteira pela doação de sesmarias à militares e civis, como retribuição pelos combates.

A trágica degola do Rio Negro, em 1893, é referencial histórico, inclusive faz parte dos contos populares, através da Lenda da Lagoa da Música. Consta este episódio, do assassinato de 300 prisioneiros republicanos, pelas forças do Partido Libertador. A primeira denominação de Hulha

Negra, foi Rio Negro, devido ao fato ocorrido. Somente com o início da exploração do carvão mineral, a localidade passa a ser chamada de Hulha (pedra, carvão mineral) Negra.



Figura 8: Rua principal da cidade de Hulha Negra.

Embora grande parte do território fosse propício para a agricultura, em 1880, a atividade econômica estava voltada para a pecuária extensiva. Em 1884, instala-se ao longo da rede ferroviária, um centro de circulação de atividades comerciais, originando pequeno povoado. É com a chegada, em 1925 de imigrantes alemães, que a agricultura começa a ser explorada. Hoje, cerca de 20% da população é composta por pessoas de origem alemã.

A criação da Colônia Rio Negro, hoje Trigolândia, em 1925, deflagra o processo de colonização. A partir daí surgiram a Colônia Salvador Jardim em 1964, a Colônia Nova Esperança, em 1978 e assentamentos dos colonos, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a partir de 1989.

Os primeiros colonos alemães que aqui se instalaram, vieram por Pelotas. Há informações de que, anteriormente, outros grupos de pequenos agricultores de Pelotas haviam migrado para Hulha Negra, na maioria de origem francesa, e das Ilhas Canárias, porém não se consolidaram enquanto

organização econômica ou etnia, como aqueles que deram origem à Trigolândia, nome este dado a importância do trigo na vida da comunidade.

Em 1964, inicia-se um novo processo de colonização em consequência do crescimento das famílias e do estrangulamento da terra, que originou um novo núcleo, formado principalmente por produtores da colônia Trigolândia, constituindo a Colônia Salvador Jardim.

Em 1978, em decorrência de um conflito pela posse da terra entre posseiros e índios, na Reserva de Nonoai, no norte do Estado, 125 famílias são incorporadas pelo projeto da Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda., pertencente aos alemães-russos assentados na Colônia Nova, no Município de Bagé. Sendo assentadas em uma área adquirida pelo Governo do Estado que passa a chamar-se Colônia Nova Esperança. Dos assentados, 106 famílias eram oriundas de Nonoai e 19 da própria região.

Em 1989 começam a chegar as famílias oriundas do norte do Estado, organizadas em torno do Movimento dos Trabalhadores Sem terra - MST.

O distrito criado com a denominação de Passo do Lajeado, subordinado ao município de Bagé, passou a denominar-se Rio Negro, pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938. Com o decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito de Rio Negro passou a denominar-se Hulha Negra, perdendo parte do seu território para o distrito de Aceguá, pertencente ao município de Bagé, e adquiriu parte do território do distrito de Seival, situado neste mesmo município.

Elevado a categoria de município com a denominação de Hulha Negra, pela lei estadual nº 9579, de 20-03-1992, foi desmembrado de Bagé. A sede foi instalada no antigo distrito de Hulha Negra, em 01-01-1993 em divisão territorial, realizada em 2001, o município é constituído do distrito sede.

1.2.1.4 Histórico do município de Pedras Altas

De acordo com informações disponibilizadas pelo IBGE, em meados do século XIX a região era conhecida como Coxilha das Pedras Altas. A denominação foi encontrada em cartas escritas à família, por um oficial Farrapo que estava acampado na localidade com as forças de Bento Gonçalves.

Entretanto, Joaquina de Assis Brasil, em depoimento prestado ao historiador Antônio Dias Vargas, no dia 16 de Fevereiro de 1969, disse-lhe o seguinte: Os engenheiros da estrada de ferro, a procura de local adequado para instalação dos trilhos, descobriram duas pedras enormes, uma

apoiada sobre a outra, com altura aproximada de cinco metros. Admirados com a obra da natureza, fizeram um esboço do achado, ao qual deram o nome de Pedras Altas. Isto, segundo Joaquina, originou o nome da estação férrea. O início da povoação foi proporcionado pelo comendador Manoel Faustino D`Ávila, dono da estância Vista Alegre, hoje São Manoel, que em 1898 doou os terrenos de sua propriedade, situada na margem oeste de uma das estradas de acesso à estação férrea, na atual rua Visconde de Mauá, à ex agregados e amigos.

Pedras Altas herdou seu nome da própria região, devido às pedras existentes e que podem ser observadas em várias localidades.



Figura 9: Acesso principal a cidade de Pedras Altas.

1.2.2 Características da população dos municípios AII/AID

A Área de Influência Indireta é constituída por municípios, com emancipação recente, portanto o histórico de população municipal refere-se aos últimos censos, e os dados serão apresentados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: da Evolução Populacional dos Municípios da AII.

ANO	ACEGUÁ	CANDIOTA	HULHA NEGRA	PEDRAS ALTAS
2000	-	8.054	4.989	-
2007	4.130	8.236	6.620	2.546
2010	4.394	8.771	6.043	2.212
2011 (estimado)	4.430	8.826	6.096	2.188

Fonte: IBGE, 2010.

Em Aceguá a contagem da população em 2010 foi de 4.394 pessoas , sendo que na divisão da população por sexo, existiam 2.303 homens e 2.091 mulheres. Já a população estimada para 2011 era de 4.430 habitantes. No período entre 2007 a 2010, Aceguá teve um aumento de 264 habitantes.

No município de Candiota a população em 2010 totalizava 8.771 habitantes, na divisão da população por sexo, são 4.401 homens e 4.370 mulheres e a população estimada para 2011 de 8.826 habitantes. Entre o ano de 2000 e 2010 o município teve um incremento populacional de 717 pessoas.

Em Hulha Negra a população de 2010 era de 6.043 habitantes, quanto a divisão da população por gênero, havia 3.124 homens e 2.219 mulheres. A população estimada para 2011 era de 6.096 habitantes. Em Hulha Negra o aumento populacional, aconteceu entre 2000 e 2007, sendo que a partir de 2010 houve um decréscimo na população em cerca de 53 habitantes.

Já no município de Pedras Altas a população era em 2010 de 2.212 habitantes, e na divisão da população por sexo, era de 1.161 homens e 1.051 mulheres. Em 2007, a população era de 2.546 e em 2011 estimada em 2.188 habitantes. O município de Pedras Altas apresenta comportamento populacional semelhante a Hulha Negra, com perda de habitantes entre 2007 e 2010, de 333 habitantes.

A população destes municípios também foi caracterizada pelo Índice de Envelhecimento, que é a relação entre o número de idosos (pessoas com mais de 65 anos de idade) e o número de jovens (pessoas com idade entre 0 a 14 anos) e que foi realizado em 2010.

Em Aceguá o Índice de Envelhecimento é maior do que nos demais municípios, varia de 35,01 a 50,00 habitantes. No município de Pedras Altas os valores variam de 25,01 a 35,00. Nos municípios de Candiota e Hulha Negra este valor é menor, variando de 19,36 a 25,00 habitantes. Este índice no estado do Rio Grande do Sul tem o valor de 44,6 habitantes, portanto apenas Aceguá enquadra-se dentro da média do estado, os demais municípios estão abaixo desta média.

Tabela 2: Índice de envelhecimento x habitante.

Índice de Envelhecimento	% habitantes
Aceguá	35,01 a 50,00
Candiota	19,36 a 25,00
Hulha Negra	19,36 a 25,00
Pedras Altas	25,01 a 35,00
Rio Grande do Sul	44,60

Fonte : SEPLAG , 2010.

Informações como esta relacionada ao Índice de Envelhecimento, fazem parte dos dados que também entram para a determinação de outros índices, que em conjunto revelam o Índice de Desenvolvimento Humano, dos municípios da AI.

1.2.2.1 Índice de desenvolvimento humano

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano, sem abranger todos os aspectos do desenvolvimento.

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também considera dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a

longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB, per capita, em dólar pela paridade de poder de compra (PPC), que elimina as diferenças de custo de vida entre países. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

Cabe salientar que quanto mais próximo do valor 1 estiver o indicador, melhor será a qualidade de vida da população em cada um dos setores levantados. Os municípios com IDH maiores que 0,8 são considerados com alto desenvolvimento humano, entre 0,5 e 0,8 com médio desenvolvimento humano e valores inferiores a 0,5, são caracterizados como de baixo desenvolvimento humano.

O município de Candiota situa-se entre os 5.560 municípios brasileiros, na 253ª colocação e Hulha Negra no 1.559º lugar, quanto a melhor qualidade de vida, usando como critério o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os municípios de Pedras Altas e de Aceguá, em função das emancipações mais recentes não estão referenciados no quadro geral de municípios brasileiros, do PNUD.

Tabela 3: Síntese dos municípios de Candiota e Hulha Negra com relação ao IDH.

CANDIOTA				
Ano	Renda	Longevidade	Educação	IDH
1991	0,763	0,668	0,803	0,819
2000	0,818	0,704	0,837	0,913
HULHA NEGRA				
Ano	Renda	Longevidade	Educação	IDH
1991	0,663	0,563	0,694	0,733
2000	0,761	0,665	0,761	0,856

Fonte : PNUD , 2000.

O IDH da capital gaúcha, Porto Alegre, em 2000 era de 0,865 e no estado, o índice era de 0,784, assim Candiota tinha índice superior ao de Porto Alegre, com valor em 2000 de 0,913 e Hulha

Negra menor que o da capital gaúcha com 0,856, índices estes considerados como de alto desenvolvimento humano.

Já os municípios de Aceguá e Pedras Altas podem ser referenciados quanto ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Rio Grande do Sul - IDESE. Este índice considera como indicadores aspectos relacionados a educação, renda, saneamento e domicílios, saúde.

Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável.

O bloco domicílio e saneamento são constituídos pelos seguintes indicadores: proporção de domicílios abastecidos com água tratada, proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e média de moradores por município. É importante assinalar que, os indicadores de esgotamento sanitário não incluem a fossa séptica, o que explica os baixos valores para os municípios que apresentam predomínio de população rural.

O bloco educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e ou mais de idade, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio.

Para o bloco saúde foram utilizados o percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer.

O bloco renda é calculado pelo Produto Interno Bruto per capita e o Valor Adicionado Bruto per capita do comércio, alojamento e alimentação.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, dos municípios da Área de Influência Indireta.

Municípios	Educação	Educação	Renda	Renda	San/Domic	San/Domic.	Saúde	Saúde	IDESE	IDESE
	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem	Índice	Ordem
Aceguá-2009	0,877	177°	0,787	118°	0,187	403°	0,840	368°	0,673	310°
Candiota - 2000	0,828	232°	0,608	230°	0,676	11°	0,916	11°	0,7447	35°
Candiota- 2009	0,889	116°	0,715	223°	0,684	11°	0,907	7°	0,799	21°
Hulha Negra -2000	0,821	267°	0,686	109°	0,294	297°	0,827	419°	0,657	257°
Hulha Negra - 2009	0,841	358°	0,584	436°	0,290	314°	0,840	368°	0,639	398°
Pedras Altas- 2009	0,826	441°	0,538	474°	0,257	349°	0,845	337°	0,617	441°

Fonte: Fundação de Economia e Estatística -2010

Vale ressaltar que o estado do Rio Grande do Sul possui 496 municípios e que os indicadores demonstravam bastante disparidade entre os quatro municípios em estudo, como o destaque para a classificação de Candiota, que está em 21º lugar no estado. O município de Aceguá está classificado em 310º lugar, enquanto Hulha Negra é o município 398º colocado e por fim o município de Pedras Altas entre os últimos colocados do estado, na posição 441º.

Os resultados para o Estado mostram que o bloco domicílio e saneamento, embora apresente uma tendência ascendente, apresenta os menores valores em todos os períodos passando de 0,456 em 1991, para 0,561 em 2000, 0,569 em 2006 e 0,570 em 2008.

O bloco saúde é o que apresenta os valores mais elevados evoluindo de 0,821 em 1991, para 0,852 em 2000. Deve-se, entretanto destacar, que nos anos de 2001 a 2003 este bloco piorou seu desempenho, passando para e 0,848 em 2001, 0,844 em 2002 e 0,841 em 2003. Em 2004, o bloco saúde retomou seu crescimento passando para 0,846 e 0,851 em 2005, tendo apresentado pequeno decréscimo no ano de 2008, quando foi registrado um índice de 0,846.

O bloco educação também apresenta valores altos para a média do Estado, tendo aumentado de 0,765 em 1991, para 0,838 em 2000, 0,841 em 2001, 0,848 em 2002, 0,848 em 2003, 0,854 em 2004, decrescendo para 0,853 em 2005 e oscilando até os 0,853, em 2008, como está demonstrado no mapa do Rio Grande do Sul, com os valores do bloco educação.

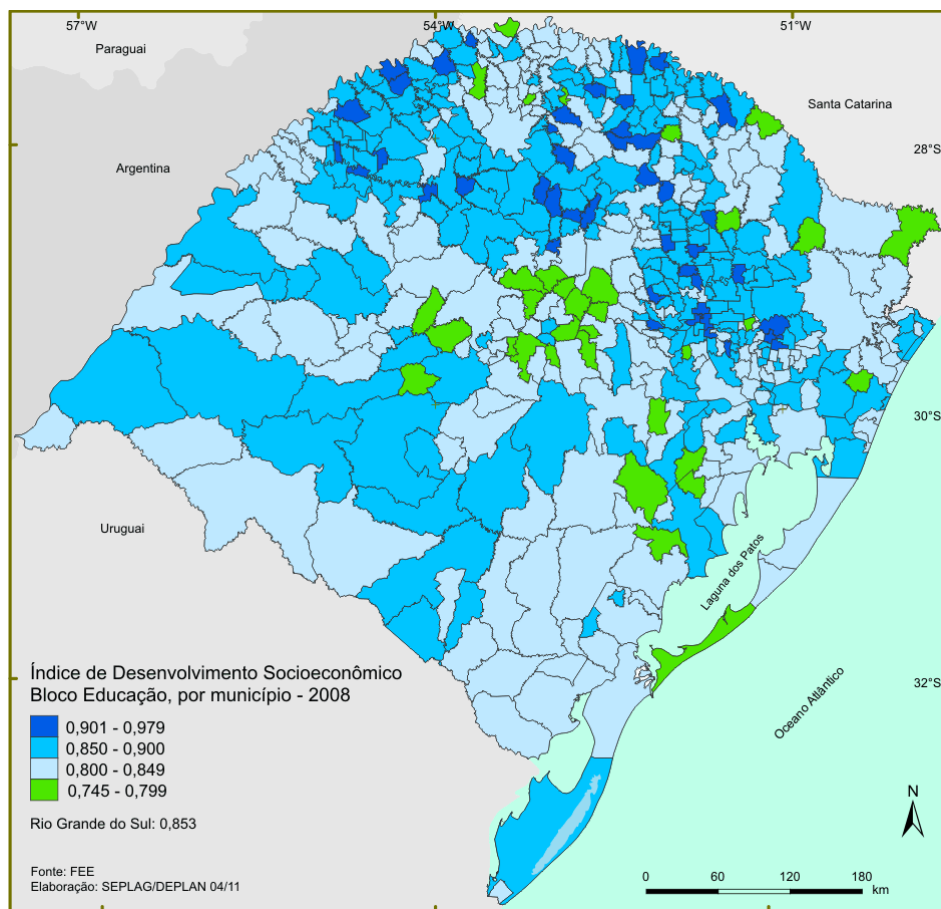


Figura 10: Mapa do Rio Grande do Sul, com valores do bloco Educação - IDESE 2008.
Fonte- Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul 2010.

O bloco renda aparece com valor intermediário, oscilando de 0,708 em 1991, para 0,757 de 2000, 0,753 em 2001, 0,760 em 2002, 0,765 em 2003, 0,776 em 2004 e 0,766 em 2005. Deste ano até 2008 o índice apresentou um crescimento significativo quando atingiu o valor de 0,821. A seguir os dados relacionados ao bloco renda para os municípios gaúchos.

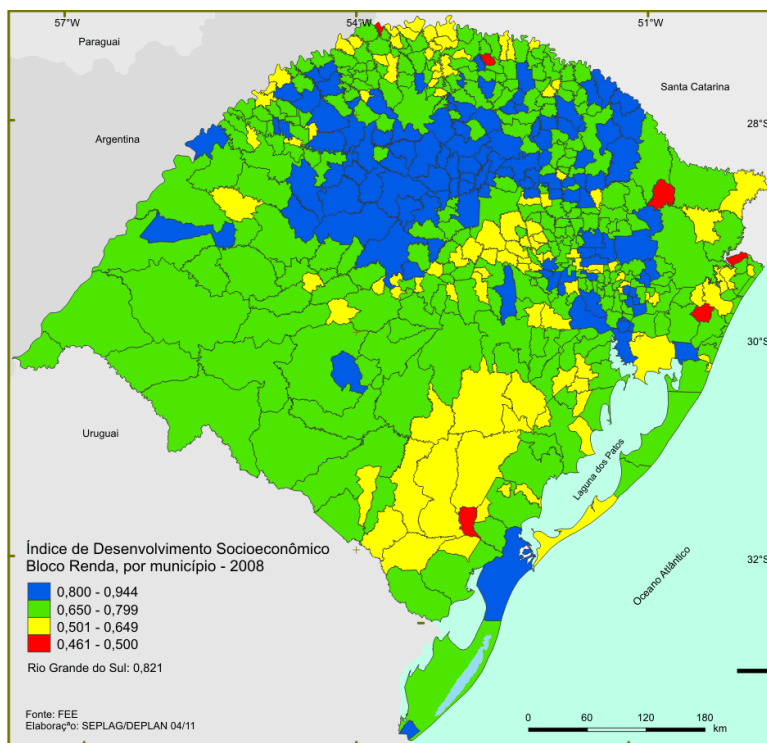


Figura 11: Mapa do Rio Grande do Sul, com valores do bloco Renda - IDESE 2008.
Fonte- Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul-2010.

1.2.2.2 Distribuição geográfica da população dos municípios

O município de Aceguá está dividido nos distritos de Colônia Nova, Minuano, Rio Negro e a sede, também fazem parte as comunidades, Tábua, Sarandi e Vila Lata. Em Hulha Negra existem dois distritos, Tupi Silveira e Baú. Em Candiota, são registrados os distritos de Jaguarão Grande, Passo Real de Candiota, Industrial, Seival. Em Pedras Altas o município é dividido nos distritos de Arroio Mau, Alegrias, São Diogo, Cerro do Baú.

A extensão da futura Linha de Transmissão nos municípios será de 27.258,18 metros em Aceguá, 25.586,38 metros em Candiota e de 9.031,58 em Hulha Negra.

As informações de densidade demográfica nos municípios estudados, que foram levantadas no ano de 2010 demonstram que há baixa dispersão populacional, no território destes municípios, quando comparados com os valores apresentados para o Rio Grande do Sul, que é de 37,96 hab/km². A densidade demográfica para os municípios apresentam os seguintes valores: Pedras

Altas 1,61 hab/kmk², Aceguá 2,84 hab/kmk², Hulha Negra 7,34 hab/kmk² e Candiota 9,39 hab/kmk², conforme síntese apresentada na tabela a seguir.

Tabela 5: Densidade Demográfica.

Município	Densidade Demográfica (hab/Km ²)
Aceguá	2,84
Candiota	9,39
Hulha Negra	7,34
Pedras Altas	1,61

Fonte: IBGE-2010

Os valores referentes as taxas de urbanização, apresentados pelo IBGE, refletem a característica rural da população dos municípios estudados. Comparando com o valor de 85,1% do estado, fica demonstrado a ruralização destas áreas em contraste com a população gaúcha, que vem se concentrando cada vez mais nas cidades, especialmente nas últimas décadas. A Tabela 6 apresenta os valores das taxas de urbanização dos quatro municípios.

Tabela 6: Taxa de urbanização

Município	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxa de urbanização
Aceguá	1.059	3.335	24%
Candiota	2.598	6.173	29,5%
Hulha Negra	2.909	3.134	47%
Pedras Altas	768	1.144	34,5%

Fonte: IBGE censo de 2010.

Com relação a extensão territorial dos municípios e a área municipal abrangida pelo empreendimento na AID temos Aceguá com unidade territorial de 1.549,391 km² e com área de influência de 50,94 km², Candiota com 933,839 km² e área de influência de 51,55 km², Hulha Negra possui área de 822,903 km² com 17,17 km² de área de influência e o município de Pedras Altas que tem área de 1.377,378 km² e 0,66 km² de extensão territorial influenciada diretamente pela Linha de Transmissão.

Tabela 7: Área territorial x AID

Município	Área Total (Km ²)	Área Influência Direta da Linha - AID (km ²)
Aceguá	1.549,391	50,94
Candiota	933,839	51,55
Hulha Negra	822,903	17,17
Pedras Altas	1.377,378	0,66

A estimativa da população na Área de Influência Direta do empreendimento foi elaborada tendo como base a densidade demográfica média de 2010 dos municípios atravessados pelo empreendimento. Com os valores para Aceguá de 2,84 Km², Candiota 9,39 Km², Hulha Negra 7,34 hab/km² e Pedras Altas 1,61 km², com média de 5,3 habitantes/ km².

Assim, levando em consideração que a AID em Aceguá abrange 50,94 km², Candiota 51,55 km², Hulha Negra 17,17 km² e Pedras Altas de 0,66km², totalizando nos quatro municípios 120.32 km², temos cerca de 638 pessoas.

Se os cálculos desconsiderarem as médias, mas apenas os valores de contribuição de cada município, incluindo Pedras altas serão 757 habitantes, sem este município, serão cerca de 756 habitantes.

Por outro lado, se levarmos em consideração o censo agrário do IBGE de 2006, que atribui densidade demográfica rural de 2,9 hab/Km² para Aceguá, 11,06 hab/Km² para Candiota e 5,9 hab/Km² para Hulha Negra, temos uma média de 6.62 hab/Km² e considerando a AID com 120.32 Km² nesses municípios, teremos em torno de 796 habitantes nesta área.

Em ambos os resultados ficou demonstrado que comparando com a população total dos municípios, que era em 2010 de 21.420 habitantes, a porcentagem que será afetada na AID representa cerca de 3,6% de moradores.

Considerando as propriedades diretamente afetadas pela Linha de Transmissão que totalizam 133 e a média de 3,3 habitantes por domicílio (valor levantado pelo IBGE no censo de 2010) temos aproximadamente 439 habitantes, ou algo em torno de 2,3% da população municipal, dos 3 municípios, ou da AII, ou considerando os 4 municípios, também chegou-se a o mesmo percentual.

1.2.2.3 Fluxos migratórios regionais e locais

Os fluxos migratórios acontecem por diferentes motivos, entre eles podemos citar os econômicos, a busca por melhores condições de emprego e renda, os motivos sociais, que contemplam o desejo de ter uma qualidade de vida melhor para si e para sua família, os ambientais, envolvendo desastres naturais como secas ou enchentes.

Um aspecto importante da dinâmica demográfica no Rio Grande do Sul são as migrações inter-regionais e intra-regionais. Cerca de 80% dos migrantes gaúchos tem o próprio Estado como destino. Esta realidade ficou comprovada com os fluxos migratórios que aconteceram na região de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas, por conta dos assentamentos rurais ocorridos ainda na década de 1990. Os movimentos migratórios inter-regionais acompanham a dinâmica econômica e social do Estado, concentrando os fluxos nas regiões mais dinâmicas.

Esta realidade também é percebida nos municípios afetados pelo empreendimento, principalmente relacionado ao período de construção das grandes obras de infraestrutura local.

Mais recentemente a situação tem se modificado como mostra o mapa de saldo migratório por COREDE, nas regiões da Campanha e Sul, nos períodos compreendidos entre 1995 e 2000, quando o saldo migratório foi negativo variando de -5,35 a 0,00, caracterizando movimentos emigratórios.

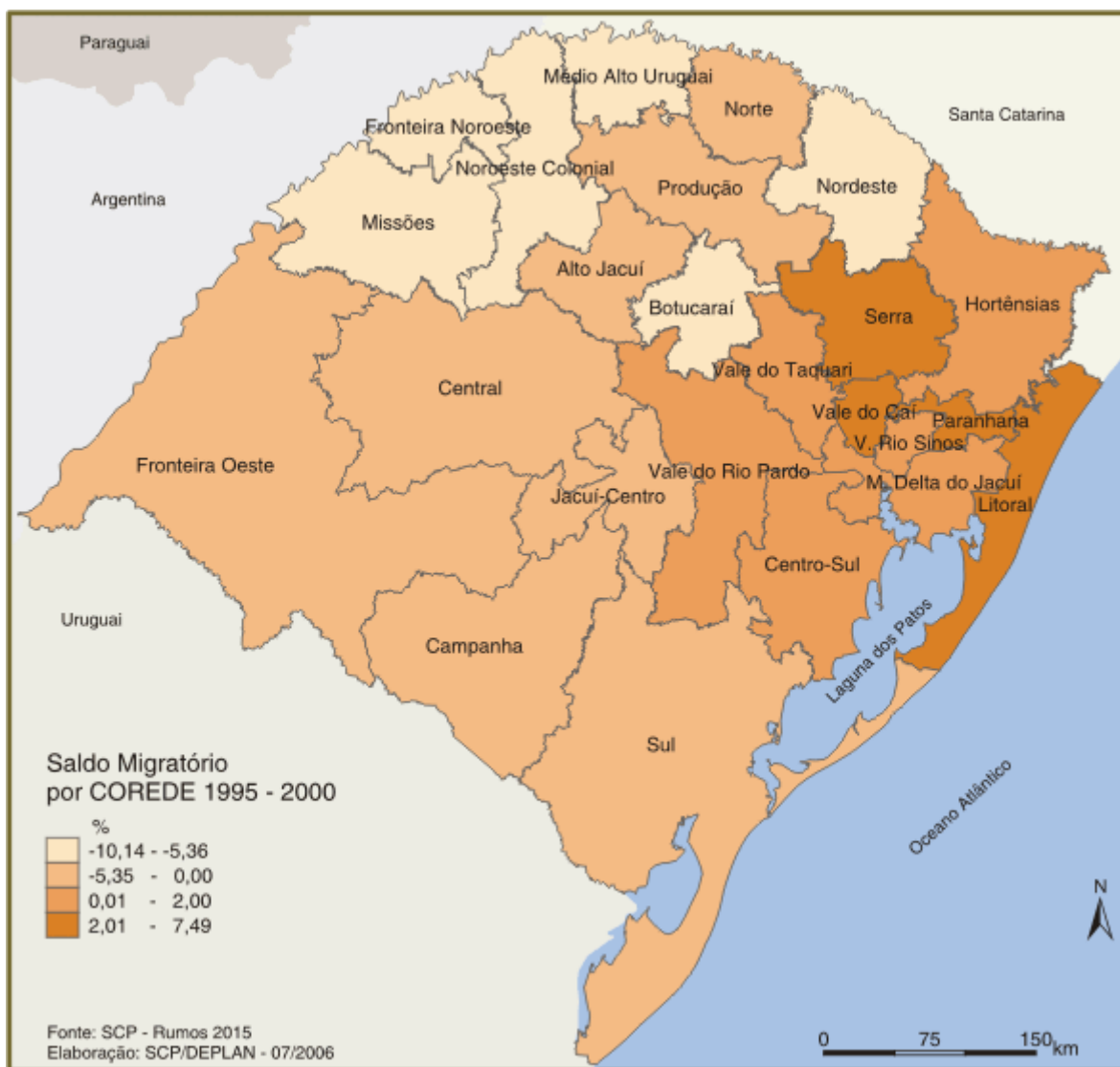


Figura 12: Mapa do Saldo Migratório por COREDE - 2010.
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Um movimento populacional bastante observado, principalmente no município de Candiota, mas que também acontece em menor escala nos demais municípios é o deslocamento pendular. Este movimento que se caracteriza por ser um movimento diário das pessoas que residem no município de Bagé, cidade pólo da região e que trabalham em Candiota e nos demais municípios em estudo.

Este deslocamento que ocorre diariamente é realizado por profissionais de formação superior e também de nível técnico, que mantêm residência e família, fora da cidade onde exercem as atividades profissionais.

Um dos motivos que explica esta situação é o déficit habitacional nestes municípios, associado a deficiente infraestrutura de serviços, que é melhor ofertada no município polo Bagé

Com relação ao crescimento regional, merece destaque o município de Candiota, em função da existência do carvão e ao uso deste recurso mineral na geração de energia elétrica, através das usinas existentes. Na fase de implantação da fase C da usina termelétrica, que durou cerca de 4 anos, a população flutuante do município foi acrescida em cerca de 4.000 pessoas.

Para minimizar a situação da falta de habitação no município de Candiota estão sendo construídos 3 loteamentos. Um deles localiza-se em frente a Prefeitura Municipal, onde está sendo construído um loteamento para 200 unidades habitacionais, outro loteamento deverá ser construído no Areal e terá 70 lotes e mais 207 casas populares, para famílias em situação de risco e na comunidade de Seival, outro loteamento deverá ser implantado, com 40 lotes.

Esta demanda crescente por moradias na zona urbana, também está relacionada a outro fator observado na zona rural dos municípios em estudo, a do abandono de algumas propriedades de assentados, que estão trocando a vida rural pela urbana, por dificuldades financeiras, ambientais, infraestrutura deficiente para a produção, entre outros motivos.

1.2.2.4 Estrutura produtiva

Segundo Ecosfera (2011), o espaço rural dos municípios, antes da presença dos assentamentos rurais mantinha-se em estado de estagnação socioeconômica, com algumas dezenas de grandes propriedades, mantendo uma estrutura produtiva fundiária tradicional e secular.

A chegada dos assentamentos rurais determinou a mudança de padrão e redistribuiu as terras para milhares de pessoas, movimentando a economia local e inserindo uma nova realidade social nos municípios. O processo de reforma agrária nesta região atenuou a desigualdade fundiária, redistribuindo terras e dinamizando uma região estagnada pela falta de infraestrutura básica e pelos vazios demográficos entre os municípios.

As linhas de produção destes assentamentos e da região em geral estão ligadas o setor agropecuário, principalmente a pecuária leiteira, sendo a matriz produtiva mais adequada ao potencial da região, e a pecuária de corte. Em menor proporção há a produção de ovinos para lã.



Figura 13: Detalhe de propriedade de assentados da zona rural de Candiota.

As famílias assentadas da reforma agrária na AID e AII exploram as terras para a produção de bens agrícolas e agropecuários. São agricultores familiares, na qual os produtos agrícolas são destinados a comercialização e a subsistência, obtidos através da força de trabalho familiar. A sobrevivência das famílias normalmente está dependente dessa atividade agrícola, desenvolvida na propriedade familiar, no meio rural e com o uso de pouca tecnologia e mecanização.

Próximo aos assentamentos existem cooperativas que servem de apoio aos assentados para a comercialização de insumos, implementos e de produtos de assentados, como a COOPTIL (Cooperativa dos Assentados de Hulha Negra), a COOPERAL (Cooperativa dos Assentados de Candiota). Além de supermercados, as Cooperativas possuem frigoríficos e abatedouros para bovinos, suínos e ovinos, no município de Hulha Negra. Existe ainda na região a CAMAL (Cooperativa Mista de Aceguá), que como principal atividade recolhe e beneficia o leite.

Muitas propriedades contam com resfriadores de leite, para garantir a qualidade do produto, até que sejam encaminhados para as cooperativas.

Também deve ser mencionada a especialização de alguns agricultores na produção de sementes de hortaliças como principal fonte de renda, tanto as agroecológicas, em parceria com o Instituto Bionatur, e as desenvolvidas de forma tradicional para a empresa de sementes Isla, uma das maiores empresas de produção e comercialização de sementes de hortaliças, flores, ervas medicinais e outras, do Brasil, que tem sede no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

As maiores propriedades rurais tem sua vocação mantida, ou seja, a utilização das pastagens naturais, existentes na Campanha Gaúcha, para o desenvolvimento da pecuária extensiva de gado de corte e leite, que abastecem não só a região. Observa-se ainda a criação de cavalos em haras, com avançados níveis tecnológicos, comercializados fora da região.



Figura 14: Fotografia destacando a silvicultura ao fundo e a bovinocultura em primeiro plano.

Nos assentamentos a criação de cavalos é feita para que sejam utilizados como transporte ou para o trabalho nas propriedades.

Ainda como atividade econômica existente nestas áreas, são observadas grandes extensões de silvicultura, principalmente o cultivo do eucalipto e acácia negra, para produção de lenha. Nos assentamentos, os reflorestamentos com eucaliptos e acácia negra ocupam os solos menos adequados à agricultura e tem como objetivo fornecer lenha como fonte de energia e madeira para as construções rurais.



Figura 15: Destaque para uma área de reflorestamentos existentes em Candiota.

1.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, SERVIÇOS PÚBLICOS E VULNERABILIDADES - AID/AII

1.3.1 Saúde pública

Analisando os indicadores sociais dos municípios, mais especificamente no que se refere aos índices de saúde, percebe-se uma paridade entre os municípios, já que os valores encontrados são todos superiores a 0,8, quando o máximo é de 1, indicando uma situação satisfatória quanto ao atendimento, ao percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer.

Para alcançar tais resultados os programas governamentais descentralizados, principalmente o Programa Saúde da Família (PSF) e os investimentos em infraestrutura de saúde, tem sido imprescindíveis para a melhoria destes índices.

Quanto a infraestrutura de atendimento a saúde, Candiota possui três equipes do Programa Saúde da Família – PSF, formado por médico, enfermeiro, dentista e técnico em enfermagem, juntamente com 20 agentes de saúde, que são responsáveis pela implementação da política municipal de saúde e o atendimento descentralizado, com cobertura de 100% do município. No município não existem leitos disponíveis para internação, IBGE-2009.



Figura 16: Infraestrutura de saúde na zona rural de Candiota, PSF no ponto de coordenada Long. 238.614 e Lat. 6.500.333

No total existem 6 unidades de atendimento e mais três centros comunitários que servem também de local para atendimento a saúde.

Na zona rural o atendimento é realizado na Central de 8 de Agosto, que atende os assentamentos e também a mesma equipe desloca-se para o 20 de Agosto, onde são atendidos os assentamentos de Passo dos Tigres, Aparecida.

Na zona urbana de Candiota existe um Pronto Atendimento 24 horas, que realiza os procedimentos emergenciais, e em casos mais graves os pacientes são encaminhados ao hospital de Bagé.

Na zona rural do município, para os casos mais graves, utiliza-se o Hospital Filantrópico de Colônia Nova (Aceguá), que possui convênio também com o município de Candiota. Este hospital possui ambulância do serviço SAMU, porém nesta unidade não existe leito para UTI.

Ainda no município existem 2 consultórios médicos particulares e a empresa CGTEE - possui uma ambulância para atendimento emergencial de funcionários e outros.

Também no município de Candiota a Associação dos Funcionários da Mina de Candiota - AFUCAN, possui uma central médica, composta de clínico geral, dentista, pediatra e fisioterapeuta.

As principais doenças registradas pela Secretária de Saúde Municipal, são diabetes, hipertensão, as doenças respiratórias no inverno, além de casos de alcoolismo e depressão.

Ainda, de acordo com informações obtidas na Secretária de Saúde, há uma carência quanto a agente comunitário de saúde.

No município de Aceguá a infraestrutura de saúde para atendimento a população urbana é constituída de 1 Unidade de Saúde, com uma equipe do PSF, formada por médico, dentista, enfermeiro e nove agentes comunitários de saúde.

Já na zona rural o atendimento é realizado através de uma Unidade Móvel de Saúde, com a mesma equipe do PSF.

No município está localizado o Hospital de Colônia Nova que é considerado referência regional em cirurgias eletivas de pequena e média complexidade. Dentro do hospital existe um posto de atendimento, com médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e atendimento a saúde bucal.

Este hospital é Filantrópico, tendo sido construído com ajuda financeira da Alemanha, em função da característica de colonização alemã onde está inserido. De acordo com o IBGE (2009), o hospital conta com 42 leitos para internação particular, porém também presta atendimento ao Sistema Único de Saúde - SUS.

As principais doenças identificadas pela Secretaria de Saúde de Aceguá são as doenças respiratórias no inverno e entre os adultos a hipertensão e o diabetes.

Em Hulha Negra a infraestrutura de atendimento a saúde é formada por Unidade básica de atendimento a Saúde, os casos considerados graves são encaminhados ao Hospital de Bagé ou ao de Colônia Nova em Aceguá.

Em Pedras Altas o atendimento a saúde é realizado no Posto de Saúde 24 horas, com uma equipe do PSF, unidade esta que se desloca para o atendimento a zona rural.

Nos casos mais graves de doença, em que o Hospital de Colônia Nova não tem condições de prestar atendimento, os moradores de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e também Pedras Altas, utilizam-se da estrutura hospitalar do município de Bagé. São 3 hospitais, com cerca de 470 leitos, sendo que destes 37 de UTI. Um destes hospitais está relacionado às forças armadas (Exército), não atendendo aos pacientes do Sistema Único de Saúde. A Santa Casa é o hospital geral e filantrópico, tendo ainda o Hospital Universitário que é ligado a Universidade da região de Campanha - URCAMP, são 60% de seus leitos destinados ao atendimento do SUS.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda-se a existência de 1 médico para cada mil habitantes, proporção esta que só não estava de acordo com a recomendação no município de Hulhas Negras. De acordo com Ecosfera (2011), a relação do número de profissionais da saúde por habitante teve no município de Aceguá a maior proporção, seguido do município de Candiota.

O incremento de população seja de forma temporária ou permanente em qualquer região, acarreta uma maior pressão sobre a infraestrutura de serviços, seja ele de saúde ou qualquer outra. Para evitar que isto aconteça, sugere-se ao empreendedor firmar parcerias com o poder público municipal, com a finalidade de minimizar algum impacto negativo que possa surgir. Com relação ao aumento da demanda sobre a infraestrutura de saúde, o incremento de mais 250 pessoas, relativo ao número de trabalhadores necessários para a execução dos trabalhos, acarretará pequeno impacto nesta infraestrutura.

É importante ficar atento para as campanhas de conscientização e de prevenção de acidentes e de transmissão de doenças, tendo em vista a não sobrecarregar por conta do empreendimento, os serviços locais.

1.3.1.1 Ocorrência de endemias

A informação obtida junto ao Hospital Filantrópico de Colônia Nova, para identificar a existência de endemias como as de dengue, febre amarela, leishmaniose e H1N1, nos municípios estudados, revelaram que Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas, não se caracterizam como áreas endêmicas, para estas moléstias



Figura 17: No Hospital de Colônia Nova – Aceguá, foi realizado entrevista com a equipe.

No Rio Grande do Sul existe campanha de vacinação contra a febre amarela, em função da existência de casos registrados no Estado, próximo a fronteira com a Argentina, o que colocou o estado como área de risco, entretanto, não nos municípios da área em estudo.

No Rio Grande do Sul os casos notificados da gripe A - H1N1, notificados pela Secretaria de Saúde do Estado foram de 536 casos suspeitos, com 37 confirmações. Outros 365 foram descartados e 134 estão sendo investigados. Esta realidade porém não se caracteriza como epidemia, conforme a Divisão de Vigilância Sanitária. No total 7 pessoas vieram a óbito por causa da doença, sendo registrado um caso em Hulha Negra, de uma pessoa que veio a falecer num hospital, do município de Bagé.

Nos municípios estudados existe a prática dos seguintes programas: Programa Nacional de Combate a Dengue, Programa Nacional de Controle da Hidatidose, Programa Nacional de Controle da Tuberculose - com notificação de um caso já curado, Programa Nacional de Controle da Hanseníase - sem registro de casos, Ecosfera,2011.

Os municípios também não são consideradas áreas endêmicas para o Programa Nacional de Prevenção da Malária e de Controle do Tracoma.

Mesmo com ações de vigilância do *Aedes aegypti*, no Rio Grande do Sul, baseadas no Programa Nacional de Combate a Dengue, existe a ocorrência de dispersão do vetor em alguns pontos do estado, principalmente na região Norte e Nordeste, porém não na área em estudo.

Nas zonas rurais a ocorrência de ambientes favoráveis à criação de roedores domésticos e silvestres é fato bastante conhecido em virtude da existência de locais como depósitos, silos, entre outros ambientes, onde a disposição inadequada de resíduos sólidos e dejetos domésticos e de animais existe e são propícios à proliferação destes animais, que servem de vetores para algumas doenças.

Além disso, os insetos, causadores de doenças como as moscas e mosquitos, também são comuns nestes ambientes, onde a falta de higiene, ligada à disposição indevida de dejetos, é usual.

Para evitarem criadouros de vetores transmissores de doenças nos canteiros de obras, acampamentos e jazidas, a recomendação está relacionada com a correta disposição e descarte dos resíduos sólidos domésticos gerados, bem como com eficientes sistemas de coleta e tratamento das águas servidas, da organização dos rejeitos e bota foras das obras e da manutenção da higiene em possíveis alojamentos e demais construções, necessárias ao apoio logístico da obra.

As medidas necessárias para prevenção de proliferação de vetores também passam pela prevenção coletiva, através da implantação de programa e projeto de cunho educativo, junto aos trabalhadores das obras e a população em geral.

E a população em geral deve estar atenta e participar das campanhas de vacinação, promovidas pelo Ministério da Saúde e desenvolvidas em cada município.

1.3.2 Educação

Com relação a infraestrutura de educação existente nos municípios ela é constituída basicamente por escolas municipais de ensino infantil e fundamental e escolas estaduais de ensino médio, localizadas tanto na zona urbana quanto na zona rural.

A obrigatoriedade do ensino fundamental de 8 ou 9 anos, para todos os jovens em idade escolar, oportunizou a universalização deste nível de ensino. Porém a não obrigatoriedade da frequência

no ensino médio, faz com que muitos jovens não voltem para a escola, depois de concluir o ensino fundamental.

Aos estudantes da zona rural é ofertado o transporte escolar, tanto para o ensino fundamental, como para os do ensino médio.

A Escola Estadual de Ensino Médio 8 de Agosto, figura 18, atende 390 alunos de 32 assentamentos, localizados nas imediações. No período matutino e vespertino são atendidos alunos do ensino fundamental, a noite o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos - EJA. O ensino nesta unidade escolar, atende a proposta do campo do Movimento dos Sem Terras, porém dentro do Projeto Político Pedagógico, da escola.



Figura 18: Escola rural do município de Candiota que atende alunos do assentamento Vitória, entre outros.

Quanto ao número de estabelecimentos de ensino, observa-se nos quatro municípios, o maior número tanto em unidades da pré - escola, como do ensino fundamental, séries iniciais e finais, em função da obrigatoriedade do estado de manter estudantes deste nível , frequentando as escolas.

Porém quando comparados os números de estabelecimentos destes níveis de ensino, com o de ensino médio, observa-se uma redução, já que ainda em nosso país, não existe a obrigatoriedade da frequência para o ensino médio, o que leva ao desinteresse de jovens em continuar seus estudos e conseqüentemente, da menor oferta de matrículas em função da queda na demanda.

De acordo com os dados do IDESE - 2008, para os municípios em questão, no bloco relativo a educação, Aceguá e Candiota, apresentaram os melhores resultados, com índices variando de 0,85 até 0,9, considerados altos, já os municípios de Hulha Negra e Pedras Altas, possuem valores um pouco menores, que variaram de 0,8 até 0,849, inferiores inclusive a média estadual de 0,85.

Apesar destes valores, podemos observar que dos 496 municípios do estado, a colocação no ranking estadual do município de Aceguá é de 177º, Candiota de 116º, Hulha Negra 267º e Pedras Altas 441º, o que demonstra a necessidade de maiores investimentos públicos e melhor capacitação dos profissionais, do setor educacional destes municípios, a fim de mudar esta realidade.

Tabela 8: Estabelecimentos de Ensino

Município	Pré Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Aceguá	3 unidades	2 unidades estaduais 3 unidades municipais	1 unidade estadual
Candiota	6 unidades	7 unidades estaduais 3 unidades municipais	2 unidades estaduais
Hulha Negra	2 unidades	7 unidades estaduais 4 unidades municipais	2 unidades estaduais
Pedras Altas	2 unidades	7 unidades municipais	1 unidade estadual

Fonte IBGE-2009

Os alunos nestes municípios, contam com quadras esportivas ou campo de futebol, em quase todas as unidades escolares, e eventualmente com ginásio de esportes, para as aulas práticas de educação física.

No município de Hulha Negra existe um pólo da Universidade Aberta do Brasil, cujo espaço físico, contendo laboratório de informática, biblioteca é utilizado para execução de cursos a distância, com o apoio do governo municipal e estadual e a organização de instituições de ensino superior

como a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - URS e Fundação Universidade do Rio Grande - FURG.

Ainda com relação ao ensino superior, os municípios de Bagé e Pelotas, servem de apoio aos estudantes que desejam uma formação a nível superior.

Com relação a escolas técnicas não foram identificadas nos municípios em estudo a oferta deste tipo de ensino. Apenas em Hulha Negra existe um projeto para implantação de uma Escola Estadual Técnica, o que certamente traria benefícios para a qualificação profissional e incentivo ao retorno aos bancos escolares para muitos jovens da região.

1.3.3 Segurança pública

A infraestrutura de segurança pública presente na área de estudo é constituída por Postos da Brigada Militar em todos os municípios. Em Aceguá e Candiota a população ainda pode contar com a Delegacia de Polícia Civil. No município de Aceguá, em função da característica de cidade de fronteira existe ainda o Posto da Receita Federal. E no município de Candiota existe uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Na região pode-se ressaltar também a colaboração do exército, realizando inspeções e revistas a fim de coibir atividades ilícitas e contravenções nas áreas de fronteira, através do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado- Regimento Forte de Santa Tecla, de Bagé.



Figura 19: Exército no distrito de Colônia Nova - Aceguá, realizando inspeção

Segundo referenciado em Ecosfera (2011), os serviços de segurança pública que não podem ser atendidos nos municípios da AII, devido à insuficiente infraestrutura, são encaminhados para a cidade de Bagé. Neste município estão instaladas a Delegacia Federal, 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado, um presídio regional, a sede c de Combate a Incêndio, que atende a região.

Com relação a tipificação dos delitos mais praticados na AII, pode-se citar os furtos, roubos, estelionatos e as ocorrências envolvendo armas de fogo.

A implantação do empreendimento não ocasionará significativo impacto sobre a infraestrutura de segurança pública, considerando o número de 250 funcionários e o grau de especialização da mão de obra necessária.

1.3.4 Infraestrutura de transporte

De forma geral, os municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas, apresentam carências na infraestrutura viária e nos serviços de transporte público de passageiros. Esta situação, que é observada na maioria dos municípios brasileiros evidencia-se através da dependência do sistema rodoviário e da precariedade das demais redes modais, causando prejuízos para a economia e para a população, Ecosfera (2011).

Os municípios da área de estudo seguem a característica observada na realidade dos demais municípios brasileiros, que são dependentes e estruturados para um sistema de transporte rodoviário.

O sistema viário é formado por rodovias de três níveis de capacidade, as rodovias federais, BR 290, BR 153, BR 293 e BR 473, importantes eixos de ligação intermunicipal e interregional, a partir das quais derivam as rodovias estaduais, e, por fim, as rodovias municipais.

A rodovia BR 293, com direção leste-oeste interliga Pelotas e passa pelos municípios de Pinheiro Machado, Candiota e Hulha Negra, continuando em direção ao município de Bagé, Rivera e Quaraí. A rodovia BR 290 interliga o litoral gaúcho desde Osório, passando por Rosário e Alegrete, também com direção preferencial leste-oeste.

A rodovia BR 153, Rodovia Transbrasiliana interliga o sul ao norte do Brasil, passando pelos municípios de Bagé e Aceguá, até a fronteira com o Uruguai.



Figura 20: Rodovia Federal BR-153 que interliga a região de norte a sul.

Entre as rodovias estaduais podemos citar a RS 608, que deriva da BR 293, fazendo a interligação de Pinheiro Machado com o município de Pedras Altas. Já a RS 615, deriva da BR 293, no município de Hulha Negra em direção a Herval.

A malha rodoviária municipal é extensa, já que a área rural tem apresentado em sua estrutura fundiária a proliferação de pequenas propriedades de assentados, que são interligas em função da atividade econômica de produção e transporte de mercadorias e safras.

A característica das rodovias municipais da zona rural é a falta de pavimentação, sendo normalmente ensaibradas ou encascalhadas, em geral de boa a média trafegabilidade e com variados níveis de conservação. Alguns trechos em períodos de chuva tornam-se de difícil circulação, em função do tipo de terreno e do substrato que dá origem ao solo local.

O sistema de transporte coletivo dos municípios abrange a área urbana e rural, com diversas linhas, em horários variados, normalmente com baixa frequência, conforme manifestaram alguns moradores. Em função disto, é comum que cada família resolva seu problema de transporte utilizando veículos particulares.

Todos os municípios contam com Estação Rodoviária para o atendimento das ligações intermunicipais.

O transporte ferroviário é constituído pela ferrovia que interliga os municípios de Rio Grande, Pelotas, Bagé e São Gabriel ao oeste do estado do Rio Grande do Sul. Através da América Latina Logística do Brasil S. A. - ALL Logística. A ferrovia tem o traçado praticamente paralelo à rodovia BR 293 e passa pelos municípios de Hulha Negra e Candiota, sendo responsável pelo transporte de produtos industrializados, combustíveis e de produtos agrícolas.



Figura 21: Aspecto da Ferrovia América Latina Logística do Brasil S. A. - ALL Logística na região do empreendimento.

Com relação ao transporte aeroviário, o aeroporto civil em operação mais próximo localiza-se na zona rural do município de Bagé, distante cerca de 50 km de Candiota. O Aeroporto Internacional Comandante Gustavo Kraemer, não opera com voos comerciais regulares de passageiros, tendo apenas 2 voos diários de serviços bancários, além de taxis aéreos e jatos executivos.

Os usuários do aeroporto são, em sua maioria, empresários do centro do país, que possuem negócios na região nos setores de criação de cavalos puro-sangue inglês e árabe, pecuária, fruticultura, vinicultura, celulose e geração de energia.

O Aeroporto Internacional de Pelotas, distante cerca de 100 km de Candiota, possui voos regulares de passageiros, inclusive esta inserido no acordo da Aviação Sub-Regional para o Mercosul, assinado pelo Brasil, e tem capacidade para até 130 mil passageiros por ano.

A Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC tem cadastrados 2 aeródromos particulares. O aeródromo Ana Paula, localizado no município de Aceguá, a cerca de 5 km da AID, e o aeródromo Candiota, distante cerca de 4 km da AID do empreendimento.

Quanto ao transporte fluvial, o porto flúvio-lacustre mais próximo é o Porto de Pelotas, localizado às margens da lagoa dos Patos, no município de Pelotas. O porto apresenta disponibilidade de armazenagem em áreas fechadas ou abertas e é constituído de 1 cais acostável de 3 berços, com extensão total de 500 metros, e 3 armazéns, para carga geral e granéis.

O Porto é administrado pela Superintendência de Portos e Hidrovias, órgão do governo estadual, e recebeu da Receita Federal do Brasil a condição de porto alfandegado, ou seja, autorização para operar com comércio exterior. Considerando sua distância com relação ao porto de Rio Grande, é considerado um porto alimentador.

O Porto de Pelotas exerce importante papel no processo de desenvolvimento econômico da metade sul do estado, promovendo a geração de trabalho e renda e a diminuição dos custos logísticos para as empresas exportadoras e importadoras da região.

1.3.5 Saneamento básico, fornecimento de energia e outros serviços

A infraestrutura de saneamento básico dos municípios integrou o diagnóstico da coleta de resíduos sólidos urbanos gerados, a captação e distribuição de água e o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Quanto a coleta de resíduos sólidos urbanos gerados nos municípios de Candiota, Aceguá, Hulhas Negras e Pedras Altas, o recolhimento é realizado pelas Prefeituras Municipais, com variação da frequência semanal que acontece o recolhimento. O destino final dos resíduos produzidos em todos os municípios em estudo é no aterro sanitário, localizado no município de Candiota que é administrado pela empresa Meio Oeste Ambiental. Não há registro nos municípios de serviço de coleta seletiva do lixo.

Os resíduos sólidos gerados na zona rural são coletados em pontos especificados pela administração municipal e encaminhados também para o aterro sanitário.

O abastecimento público de água na zona urbana de Candiota é realizado pela Prefeitura Municipal, que capta água no rio Candiota para abastecer a Vila Residencial e a Vila Operária. As comunidades de João Emílio e Seival recebem água captada na barragem localizada na Vila Operária. Já os moradores da zona rural têm como fonte de abastecimento os poços artesianos, cisternas e açudes. Em virtude do período de seca prolongado do verão e outono, a prefeitura, com o apoio do exército, tem distribuído água para a população rural através de caminhões pipas, que são abastecidos com água dos poços artesianos.

Em Aceguá o abastecimento público na zona urbana é de responsabilidade da Corsan, que realiza a captação, o tratamento e a distribuição de água, proveniente de uma barragem. A população da

zona rural do município é abastecida através de cisternas, poços e açudes, porém, com o problema de escassez, o abastecimento tem sido realizado através de caminhões pipas.

No município de Hulha Negra a captação e distribuição de água é realizada pela Prefeitura, que na zona urbana utiliza poço artesiano. Na zona rural a população tem cisternas, poços, açudes.

Também nas áreas rurais dos municípios estudados, é comum a existência de cisternas para captação da água da chuva. Através de um programa de apoio do governo federal, foram implantadas cerca de 66 cisternas e perfurados poços para cerca de 350 famílias de assentados.

Já em Pedras Altas, na zona urbana, a Corsan realiza a captação, tratamento e a distribuição de água e na zona rural a população conta com poços, cisternas e açudes.

Quanto ao saneamento básico, o diferencial fica com o município de Candiota, que coleta e trata 100% do esgoto doméstico urbano. Em Hulha Negra o sistema de coleta e tratamento do esgoto é realizado em 90% dos domicílios urbanos. Nos demais municípios estudados não existe sistema de coleta e tratamento do esgoto, apenas sistemas individuais. Na zona rural, as fossas com sumidouros são amplamente utilizadas como sistema individual.

A distribuição de energia elétrica aos municípios de Aceguá, Candiota e Pedras Altas, é feito pela Concessionária Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Alguns municípios no estado contam com serviços prestados por cooperativas, como é o caso de Hulha Negra, através da Coopesul.

O consumo de energia elétrica por município era de 0 a 10.000,000 kW/h, em Aceguá e Pedras Altas e variava de a 10.000,000 kW/h a 300.000,000 kW/h, em Candiota e Hulha Negra, SEPLAG - 2009.

Vale ressaltar que o aumento do PIB do PIB e PIB per capita, é sempre acompanhado pelo aumento do consumo de energia elétrica, FEE- 2010. Sendo o setor secundário o responsável pelo maior consumo de energia entre os setores da economia, o que deve explicar também, os maiores valores dos municípios de Candiota e Hulha Negra e a existência de valores mais baixos para Aceguá e Pedras Altas.

Nos municípios em estudo estão presentes agências dos Correios.

Nos municípios pesquisados, o serviço de telefonia móvel está presente, tanto na zona urbana, quanto na área rural. As operadoras Vivo, Claro e em menor escala a Oi, são as responsáveis

pelos serviços telefônicos. Já na área urbana, a cobertura dos serviços é tanto da telefonia fixa como de telefone móvel.

1.3.6 Tensões sociais

A região do empreendimento, historicamente era ocupada por grandes propriedades com baixos índices de produtividade, que culminaram com as desapropriações para reforma agrária. Atualmente na região ainda existem grandes propriedades, que desenvolvem atividades produtivas, que em diversos casos, são limítrofes com assentamentos. Durante os levantamentos de campo pode-se observar que ocorrem diversos casos de roubo de animais de grandes propriedades, sendo este um problema relacionado provavelmente com a ausência de terras produtivas em área, suficiente para que alguns assentados desenvolvam as atividades econômicas necessárias para suprir suas demandas de alimentação e renda ou falta de apoio tecnológico para que suas propriedades aumentem os índices de produtividade.

Ainda em função de problemas relacionados a produção agrícola, como por exemplo as deficiências na infraestrutura, pequena produção, perdas de safras, proprietários e seus familiares abandonam suas terras, promovem o êxodo rural, ocupando o entorno das cidades, de forma desordenada, com moradias muito precárias, semelhantes a pequenas favelas, observadas na periferia dos quatro municípios, gerando pressão social e impactando os serviços públicos de assistência.

Possíveis conflitos agrários e tensões sociais em relação a implantação do empreendimento estão relacionados principalmente com as restrições aplicadas a utilização das faixas de servidão. Atividades agrícolas, pecuárias ou silviculturais terão sua permanência avaliada por parte da Eletrobras. Atividades como silvicultura, que ocorrem na Área Diretamente Afetada (plantio de Eucalipto e Acácia) serão proibidas por questões de segurança, assim como atividades agrícolas que utilizem o fogo como tradição cultural. Destaca-se que a principal atividade geradora de renda nas propriedades esta relacionada a produção de leite, sendo esta uma atividade permitida na faixa de servidão.

O atual traçado atravessa aproximadamente 133 propriedades, que serão indenizadas pela concessão da faixa de servidão, sendo que parte da faixa poderá continuar sendo usada, desde que respeitadas as restrições de uso estabelecidas.

A expectativa da população diretamente afetada pelo empreendimento será comentada no item 1.6, onde serão abordados os dados obtidos após pesquisa com amostra de cerca de 11%, dos moradores, cujas propriedades foram interceptadas pela Linha de Transmissão.

1.3.7 Mão de obra

Para as fases de implantação e operação do empreendimento, a demanda de mão de obra necessária foi estimada em 250 funcionários, distribuídos entre a Subestação Candiota, com necessidade de 100 pessoas, e na totalidade da Linha de Transmissão mais 150 pessoas.

Com relação a qualificação da mão de obra, exigida para as etapas de implantação do empreendimento, haverá necessidade de serventes, auxiliares gerais, marceneiros, soldadores, entre outros.

A existência nos municípios de mão de obra com maior qualificação é restrita, em função da inexistência de cursos técnicos específicos, nestes municípios Porém é possível firmar-se parcerias, inclusive com o poder público para a capacitação de pessoal local, ou ainda buscar estes profissionais em municípios como, por exemplo, Bagé, Pinheiro Machado o Pelotas.

Tabela 9: Previsão de empregos gerados pelo empreendimento.

EMPREENHIMENTO	PREVISÃO DO Nº DE EMPREGOS
Subestação Candiota	100
Linha de Transmissão Presidente Médici - Candiota	150
Linha de Transmissão Candiota - Aceguá	

O histograma de mão de obra demonstra a variação da necessidade de pessoal, ao longo da fase de implantação do empreendimento.

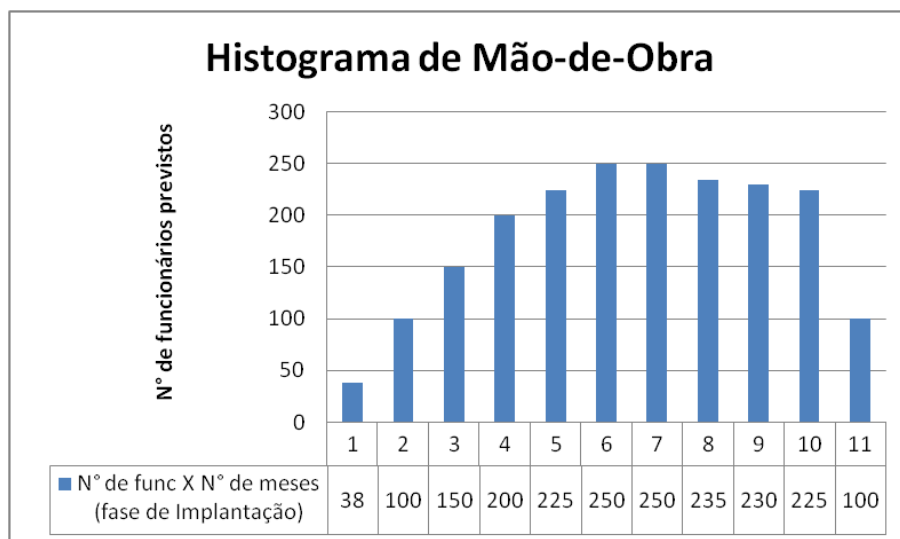


Gráfico 1: Histograma de mão de obra do empreendimento.

1.3.8 Organização social

Com relação as organizações sociais existentes e atuantes nos municípios integrantes do estudo, podemos ressaltar a importância das cooperativas e dos sindicatos, como agentes de organização e mobilização social.

A seguir foram listadas as entidades organizadas da sociedade civil, encontradas nos municípios em estudo e que foram pesquisadas em banco de dados governamentais e privados dedicados ao cadastramento e articulação de organizações da sociedade civil, fontes bibliográficas e articulação social local, ECOSFERA - 2011.

Tabela 10: Organização da Sociedade Civil.

ACEGUÁ
Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR
Associação de Moradores Colônia Nova
Cooperativa Agrícola Mista Aceguá (CAMAL)
Cooperativa Agropecuária Pioneira Limitada - Cooperativa de Assentamento Fundiário

(CAPIL)
Cooperativa Regional de Eletrificação Rural - Fronteira Sul Ltda (COOPERSUL)
Cooperativa de Credito Rural (SICREDI)
Cooperativa dos Artesões de Aceguá
CANDIOTA
Associação Candioteense de Incentivo a Arte e a Cultura
Associação dos Funcionários da Mina de Candiota – AFUCAN
Associação dos Moradores da Vila Operária
Associação dos Moradores da Vila João Emilio
Associação de Mães de Candiota
Sindicato dos Municipários de Candiota
Cooperativa Regional de Agricultores Assentados
Sindicato Rural de Candiota
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração e Beneficiamento e Comércio de Minerais
HULHA NEGRA
Associação Rádio Comunitária Hulha Negra
Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR
Associação de Cooperação Agrícola São Cristovão - Hulha Negra – Bagé–
Cooperativa de Crédito Rural de Bagé – SICREDI
Cooperativa de Crédito Rural de Fronteira Sul – SICREDI

Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda.
PEDRAS ALTAS
Associação Ladrelã
Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios - COSULATI
Sindicato Rural

Fonte: Modificado de Ecosfera (2011).

Além destas entidades sociais já mencionadas é importante ressaltar a existência dos Conselhos Municipais, instituídos na Constituição Federal, como por exemplo o de saúde, de educação, de assistência social, integrados por representantes da sociedade civil e entidades governamentais, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e propor ações de melhorias das políticas e dos investimentos públicos, em suas respectivas áreas de atuação.

1.4 ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANÇAS PÚBLICAS - AID/AII

1.4.1 PIB dos municípios

Dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul de 2009 demonstram a evolução do PIB municipal e do PIB per capita, nos municípios estudados.

Tabela 11: Evolução do PIB municipal e PIB per capita, período de 2000 e 2009.

Município	PIB Per capita/2000 (R\$)	PIB Per capita/2009 (R\$)	PIB 2000(R\$ mil)	PIB 2009 (R\$ mil)
Aceguá		26.455		115.001
Candiota	11.043	28.785	90.815	249.858

Hulha Negra	10.982	14.313	57.427	92.290
Pedras Altas		18.161		47.907
Rio Grande do Sul	19.778	7.978	215.863.879	81.814.714

Fonte: FEE- 2010.

As análises do Produto Interno Bruto- PIB municipal, apresentado na tabela permite verificar que Candiota, tinha no período de 2000 o maior valor, seguido por Hulha Negra. Em 2009 Candiota permanece na primeira colocação, tendo Aceguá apresentado o segundo maior valor, depois Hulha Negra e Pedras Altas. Com exceção do município de Pedras Altas, os demais municípios apresentaram valores de PIB superiores aos do Rio Grande do Sul, no ano de 2009.

Com relação ao PIB per capita em 2009 Candiota também apresentou o maior valor, seguido pelos valores apresentados pelos municípios de Aceguá, Pedras Altas e Hulha Negra. Comparado com o valor apresentado para o Rio grande do Sul, que foi de R\$ 7.978,00, todos os 4 municípios apresentam valores superiores ao do estado.

Já os dados do IBGE(2010), do PIB municipal com as especificações das contribuições por setor de economia, serão mostrados na tabela a seguir.

Tabela 12: PIB por contribuição por setor de economia

Município	Agropecuária (R\$ mil)	Industria(R\$ mil)	Serviços(R\$ mil)
Aceguá	67.118	8.952	35.460
Candiota	23.850	134.782	69.822
Hulha Negra	21.138	32.520	32.782
Pedras Altas	29.504	2.341	15.445

Fonte: IBGE - 2010

Entre os valores de produção por setor da economia percebe-se que na agropecuária o município de Aceguá, tem neste setor a maior contribuição, com destaque para as lavouras temporárias de arroz, soja, milho, cevada sorgo e trigo, as lavouras permanentes de uva e laranjas, a pecuária bovina, equina, ovina e de aves, e também a produção de leite, mel de abelhas e lã de ovelhas.

No município de Pedras Altas onde a agropecuária também tem a maior contribuição econômica, os produtos de destaque são as lavouras permanentes de laranja e a uva e as lavouras temporárias de arroz irrigado, cevada, milho, soja, sorgo e a pecuária bovina, equina, ovina e de aves e também a produção de mel e lã de ovelhas, também pode ser destacada a produção silvícola de lenha.

Em Hulha Negra, as receitas da agropecuária estão ligadas, especialmente a criação de gado de corte principal contribuição, seguido do arroz irrigado e depois a produção leiteira.. Ainda podem ser citadas as contribuições da lavoura permanente de figo, pêra, laranja, pêssego, tangerina e uva e as lavouras temporárias de trigo, amendoim, cebola, milho, melão, melancia, tomate, soja, sorgo, alho e fumo. Na contribuição da pecuária além dos bovinos, colaboram na economia a criação de equinos, suínos, ovinos, aves, produção de mel e de lã de ovelhas.

Em Candiota a contribuição da agropecuária ocupa o terceiro lugar entre os setores da economia, os principais produtos cultivados são os ligados a lavoura permanente de figo, laranja, pêssego, tangerina e uva e as lavouras temporárias de arroz, soja, sorgo, trigo, feijão, mandioca, melancia, melão, milho, cevada, aveia, batata doce e da pecuária com criação de bovinos, equinos, suínos, ovinos, aves, e produção de mel e lã de ovelha.

Município	Principais Produtos da Agropecuária
Aceguá	Lavouras de arroz, soja, milho, cevada, sorgo, trigo, uva e laranjas, a pecuária bovina, equina, ovina e de aves, e também a produção de leite, mel de abelhas e lã de ovelhas
Candiota	Lavouras de figo, laranja, pêssego, tangerina, uva, arroz, soja, sorgo, trigo, feijão, mandioca, melancia, melão, milho, cevada, aveia, batata doce e criação de bovinos, equinos, suínos,

	ovinos, aves, e produção de mel e lã de ovelha.
Hulha Negra	Criação de gado de corte, equinos, suínos, ovinos, aves, produção de leite, de mel e de lã de ovelhas, lavouras de arroz irrigado e depois a produção leiteira. Lavouras de figo, pera, laranja, pêssego, tangerina, uva, de trigo, amendoim, cebola, milho, melão, melancia, tomate, soja, sorgo, alho e fumo.
Pedras Altas	Lavouras de laranja, uva, arroz irrigado, cevada, milho, soja, sorgo e a pecuária bovina, equina, ovina e de aves e também a produção de mel e lã de ovelhas e a produção silvícola de lenha.

Fonte: IBGE - 2010.

No setor industrial o destaque é para o município de Candiota, seguido pelo município de Hulha Negra.

Em Hulha Negra as principais empresas são a Pampeano Alimentos S/A, a INESA fábrica de latas ligada a Pampeano, panifício Kloppenburg que produz biscoitos e a Coopcarnes.

No município de Candiota as maiores receitas vem do ICMs da geração de energia elétrica e da produção do carvão, a contribuição da agropecuária, do comércio e da prestação de serviços. As grandes empresas que estão instaladas no município são a Companhia de Geração Térmica e Energia Elétrica – CGTEE, a Companhia Riograndense de Mineração a Cimentos Portland – CIMPOR, a Companhia Riograndense de Mineração, a Vinícola Seival Estate do Grupo Miolo, A Usimec Metalúrgica, a Thorga Engenharia Industrial e a Citic Group.



Figura 22: Exemplo de grande empresa da indústria cimenteira instalada no município de Candiota.

Já em Pedras Altas as empresas que contribuem para incrementar as receitas municipais do setor industrial são Água Mineral Natural-Fonte Pedras do Sul, a produção da Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios.

Já com relação ao setor terciário, onde se enquadram os serviços, Candiota teve a maior contribuição, seguido pelo município de Aceguá.

Em Aceguá o setor primário colabora para incrementar as receitas municipais, porém tem destaque a contribuição do setor de comércio e serviços, com a finalidade de atendimento das demandas da população local, bem como dos visitantes que chegam na cidade a fim de comprarem produtos importados, sem a incidência de impostos e que são comercializados em Free Shoppings existentes no lado uruguaio da cidade.

Quanto aos valores de receitas e despesas municipais os dados demonstram em todos os municípios estudados um saldo positivo, o que permite a realização de investimentos visando melhorar a infraestrutura municipal e conseqüentemente a qualidade de vida da população. Os maiores valores em termos de receita são do município de Candiota, depois os dos municípios de Aceguá, Hulha Negra e Pedras Altas, conforme dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 13: Receitas e despesas municipais na AII

Município	Despesas	Receitas
Aceguá	9.771.216	12.575.134
Candiota	18.628.715	31.369.626
Hulha Negra	8.789.145	11.148.515
Pedras Altas	8.957.065	7.027.667

Fonte IBGE -2010

As principais receitas municipais são provenientes de repasses da União e do Estado, Impostos Sobre Serviços - ISS, Imposto Territorial Rural - ITR, Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Fundo de Participação dos Municípios, Taxas, Contribuições e Patrimônio.

1.4.2 Atividades econômicas e produtivas na AID

O sistema produtivo dos assentamentos tem como principal atividade econômica e fonte de renda de grande parte dos assentados a pecuária, com criação de gado bovino para produção leiteira e de ovinos para a produção de lã.

Ainda nos assentamentos é comum a existência de uma produção agrícola diversificada, com lavouras de milho, sorgo, feijão preto arroz irrigado e hortaliças, bem como a criação de pequenos animais como galinhas, patos, porcos, gansos como atividade de subsistência, como forma de garantia na segurança alimentar.

Em algumas propriedades o cultivo de sementes é uma fonte de renda importante, quer a sementes de hortaliças cultivadas dentro do sistema agroecológico, como as ainda cultivadas de forma tradicional.

A apicultura também é outra atividade produtiva desenvolvida em algumas propriedades que se utilizam das florestas cultivadas ou ainda da vegetação nativa restante.

Já nas propriedades maiores a atividade dominante está ligada a vocação da área para a pecuária por conta das pastagens naturais, onde são criados rebanhos de bovinos e ovinos.

Ainda nas maiores propriedades, a silvicultura também está presente, com a plantação da acácia negra e eucaliptos.

As atividades econômicas nos assentamentos são acompanhadas por técnicos das Cooperativas e também da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RS, as áreas de cultivo ou de criação são definidas em função das especificações de solos de cada lote a fim de otimizar a vocação específica de onde estão implantadas as propriedades dos assentados.

Cabe salientar a nova vocação de algumas áreas da região que estão investindo no plantio e cultivo de videiras para a fabricação de vinho e de oliveiras através da adesão ao Programa Olivais do Pampa.



Figura 23: Cultivo de videiras, no município de Candiota.

A fim de agregar maior valor aos produtos e conseqüentemente mais renda e oportunidades de trabalho no meio rural, a implantação de pequenas agroindústrias, aproveitando as safras, poderia garantir melhoria das condições de vida das populações beneficiadas e seria uma possibilidade viável dentro da estrutura produtiva dos assentamentos.

Outro incentivo a produção regional, está relacionado a merenda escolar, que por determinação do Ministério da Educação, deve incluir 25% de produtos provenientes da agricultura familiar, isto já é observado em alguns municípios e poderia ser ampliado a fim de beneficiar a produção rural.

Nas demais propriedades em que a extensão de terras é menor e que não são de assentados, as atividades econômicas são muito semelhantes as encontradas por toda região, lavouras para subsistência ou para manutenção dos animais e criação de gado para produção do leite ou carne.

1.5 POPULAÇÕES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E TRADICIONAIS AII/AID

1.5.1 Populações quilombolas

A existência de negros no Rio Grande do Sul é fato histórico que por muito tempo ficou ignorada. No entanto, na região existe a presença de escravos negros desde o início de sua ocupação pelos portugueses no fim do século XVII, em 1814, cerca de 40% da população da província era constituída por escravos ou ex-escravos, (Ecosfera-2011).

Assim, no Rio Grande do Sul, junto às diversas colônias de descendentes de imigrantes europeus, há também uma considerável população de descendentes de escravos que lutam para ser reconhecidos e também para manterem a sua história. Graças à sua crescente organização, os quilombolas rio-grandenses-do-sul vêm conquistando cada vez mais visibilidade. A principal reivindicação destas comunidades é certamente a garantia da demarcação de suas terras.

Os quilombolas podem ser caracterizados como descendentes dos negros africanos, que foram escravizados e procuram manter suas tradições culturais, econômicas de subsistência e religiosa.

O conceito mais atual de quilombolas consiste como sendo a de comunidades negras rurais, habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem em sua maioria, de culturas de subsistência em terras doadas, compradas ou ocupadas secularmente pelo grupo. Os habitantes destas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não as recriando no presente. Possuem uma história comum, com consciência de sua identidade.

A Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul informa que existem mais de 130 comunidades quilombolas em território gaúcho. O Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do governo federal já registrava, em dezembro de 2007, a existência de 35 comunidades naquele estado.

Atualmente, é possível identificar algumas regiões com grande concentração de quilombos rurais no estado, tais como: o litoral rio-grandense-do-sul (municípios de São José do Norte, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul), a região central (municípios de Restinga Seca, Formigueiro e entorno), e a Serra do Sudeste, a oeste da Laguna dos Patos. Na região metropolitana de Porto Alegre existem pelo menos seis quilombos urbanos.

Nos municípios estudados existem seis comunidades quilombolas em três dos quatro municípios em questão, Aceguá, Candiota e Pedras Altas, de acordo com informações do IBGE e obtidas também em levantamento de campo. Somente no município de Hulha Negra não há registro destas comunidades. Conforme solicitado pelo IBAMA, foi realizada consulta a Fundação Cultural Palmares sobre a existência de comunidades quilombolas na Área de Influência do empreendimento, conforme apresentado no ANEXO VI. No ANEXO IX é apresentado o Mapa de Comunidades Quilombolas e assentamentos existentes na Área de Influência Indireta do empreendimento.

As comunidades quilombolas existentes em Aceguá são a Vila Lata e a Tamanduá. A Vila Lata fica distante cerca de 25 Km da área urbana do município, em direção a noroeste, praticamente na divisa com o Uruguai é formada por 16 famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência, aposentadoria e de trabalhos fora das propriedades.

A comunidade Tamanduá fica distante cerca de 6 Km da área urbana e do traçado da Linha de Transmissão, portanto fora da área de influência. Nela vivem 6 famílias, que tem na atividade pecuária de criação de gado e ovelhas a principal fonte de renda..

Já em Pedras Altas existem três comunidades quilombolas, a Bolsa do Candiota com 20 famílias, a Solidão que tem 18 famílias e a Várzea dos Baianos com 37 famílias. Estas comunidades estão localizadas no Distrito Arroio Mau e distantes da sede do município em 17 Km o Solidão, 26 Km o Bolsa do Candiota 26 Km e o Várzea dos Baianos, 35 Km, na porção oeste do município. Estas comunidades assim como as demais, também tem como fonte de renda principal e garantem a sobrevivência da atividade agropecuária e de trabalhos realizados fora da propriedade, em fazendas da redondeza.

Em Candiota existe uma comunidade quilombola denominada Candiota, que fica distante cerca de 12 Km do traçado da Linha de Transmissão.

A visibilidade das comunidades negras começou a ganhar expressão a partir da Constituição Federal de 1988, que no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias garantiu a propriedades dos moradores das áreas tradicionalmente ocupadas por estes grupos. Baseados nesta lei os quilombolas lutam pela titulação definitiva de suas terras.

Com exceção da comunidade quilombola de Candiota que tem registro de terras datado de 19/11/2009, todas as demais comunidades tiveram seus registros publicadas em 24/03/2010, portanto algo bastante recente e que sempre representou o principal desejo destes grupos, mesmo em se tratando de um direito assegurado desde 1988 pela Constituição Federal.

Tabela 14: Comunidades Quilombolas na All do empreendimento

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	CÓDIGO IBGE	PUBLICAÇÃO
Aceguá	Tamanduá	430435	24/03/2010
Aceguá	Vila da Lata	4300034	24/03/2010
Candiota	Candiota	4300034	19/09/2009
Pedras Altas	Bolsa do Candiota	431417	24/03/2010
Pedras Altas	Solidão	431417	24/03/2010
Pedras Altas	Varzea dos Baianos	431417	24/03/2010

Fonte IBGE-2010

Pela localização das terras dos quilombolas, observa-se que não haverá interferência das obras do empreendimento, nestas comunidades.

1.5.2 Populações indígenas

De acordo com informações da FUNAI, não existe registros de comunidade ou populações indígenas nos municípios estudados, que possam ser afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento e baseado no mapa das terras indígenas da região e da locação do empreendimento, a FUNAI emitiu o ofício 428/2012/DPDS-FUNAI-MJ, de 25 de junho de 2012, informando que "as terras indígenas mais próximas as empreendimento em questão encontram-se distantes o suficiente deste para que não se façam necessário estudos sobre o componente indígena para o licenciamento ambiental da Interligação Elétrica Brasil-Uruguai". A íntegra do ofício emitido é apresentado no ANEXO VII.

1.5.3 Assentamentos Agrícolas

Conforme descrito ao longo deste capítulo, a região do empreendimento é bastante ocupada por assentamentos, motivo este relacionado à ocupação histórica das terras da região, que se caracterizava por grandes propriedades que foram ao longo do tempo requeridas pela União, devido aos seus baixos índices de produtividade para fins de assentamento de famílias para reforma agrária. Ao longo do traçado proposto o empreendimento passa por 14 assentamentos, sendo destes 07 junto ao município de Candiota, 05 no município de Hulha Negra e 02 no município de Aceguá, conforme Tabela apresentada abaixo e constante no Mapa de Comunidades Quilombolas e assentamentos apresentado no ANEXO IX

Tabela 15: Assentamentos interceptados pela Linha de Transmissão.

ASSENTAMENTOS INTERCEPTADOS PELA LINHA		
CANDIOTA	HULHA NEGRA	ACEGUÁ
Nova Vitória	Boa Vista	Conquista do Futuro
Vitória São João	Nova União	Santa Luciana
Boa Vista do Butiá	Santa Elmira	
Vitória 2000	Conquista do Arvoredo	
São Sebastião dos Marmeleiros	Conquista do Futuro	
Fazenda São Francisco		
22 de Dezembro		

Fonte Geoconsultores - 2012

A interceptação de propriedades pelo empreendimento ocasionará a restrição de uso das terras, principalmente quando esta estiver ocupada por vegetação de maior porte. Porém, como a

atividade predominante nos assentamentos está relacionada com a pecuária leiteira, esta atividade poderá ser desenvolvida, sem restrições.

Encontram-se no ANEXO I cópia do ofício emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e no ANEXO II copia do Ofício emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR-RS contendo a manifestação destes órgãos em relação ao novo traçado do empreendimento.

ASSENTAMAMENTOS AGRÍCOLAS POR MUNICÍPIO				
CANDIOTA	HULHA NEGRA	ACEGUÁ	PEDRAS ALTAS	
Assentamento Fazenda São Francisco	Assentamento Estância Velha I	Assentamento Jaguarão	Assentamento Inês	Santa
Assentamento Jaguarão Grande/Sete Povos	Assentamento Estância Velha II/Bela Vista	Assentamento Santa Luciana	Assentamento Regina	
Assentamento Estancinha	Assentamento Banhado Grande	Assentamento Conquista da Vitória	Assentamento Glória	
Assentamento Santa Fé	Assentamento Capivara II/Conquista da Capivara	Assentamento Coop. Agric. Pioneira Ltda.	Assentamento Azul	Lagoa
Assentamento São Pedro II	Assentamento Das Palmeiras	Assentamento Jaguarão Grande/Sete Povos	Assentamento Viver	Bom
Assentamento Estância dos Fundos	Assentamento Tapete Verde/Campesinos	Assentamento São José III		
Assentamento	Assentamento Meia Água/Unidos	Assentamento Santa		

Madrugada	Venceremos II	Vitória
Assentamento Companheiro de João Antônio	Assentamento Estancinha II	Assentamento Conquista do Futuro
Assentamento Conquista do Paraíso	Assentamento Nova União	Assentamento Verdum
Assentamento Conquista dos Cerros	Assentamento Nasce uma Esperança	Assentamento Bom Retiro
Assentamento Santo Antônio II	Assentamento Nova Geração	
Assentamento Pitangueiras II	Assentamento Conquista do Futuro	
Assentamento Santa Lúcia	Assentamento Santa Elmira	
Assentamento Nossa Senhora Aparecida	Assentamento Boa Amizade	
Assentamento São Jose	Assentamento Missões do Alto Uruguai	
Assentamento Nova Vitória	Assentamento Sepé Tiaraju	
Assentamento São Miguel	Assentamento Santo Antonio	

Assentamento 8 de Agosto	Assentamento Abrindo Fronteira
Assentamento Vitória São João	Assentamento Nova Querência
Assentamento Vinte e Dois de Dezembro	Assentamento Che Guevara
Assentamento Vitória 2000	Assentamento Conquista Fronteira
Assentamento Boa vista do Butiá	Assentamento Jaguarão Grande
Assentamento os Pioneiros	Assentamento Unidos Venceremos
Assentamento São Sebastião do Marmeleiro	Assentamento Conquista do Arvoredo
Assentamento Seis das Acácias	
Assentamento Santa Marta	
Assentamento Roça Nova	
Assentamento Pátria Livre	
Marmeleiro	

Os aspectos de economia destes assentamentos, origens, populações e principais características foram discutidas em conjunto com os dados de caracterização de demografia, estrutura produtiva, organização social, atividades econômicas e finanças apresentadas ao longo deste Volume.

1.6 EXPECTATIVA DA POPULAÇÃO AID COM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO

É comum na implantação de empreendimentos de grande porte a existência de expectativas positivas e ou negativas por parte das comunidades diretamente atingidas e também da população dos municípios afetados. Na maioria das vezes a expectativa positiva está relacionada ao aumento na oferta de empregos, da receita municipal, melhoria da infraestrutura, enquanto as negativas dizem respeito a possíveis impactos ambientais, mudanças do modo de vida local, entre outros .

Para o poder público municipal a expectativa é de que a região possa melhor aproveitar seus recursos naturais, aumentando a oferta de empregos e a arrecadação nos municípios da Área de Influência Indireta. Cabe salientar que para os prefeitos da região existe a esperança de que a ELETROBRAS dê apoio na mitigação de determinadas carências locais (Ecosfera 2011).

Com o objetivo de detectar a expectativa da população influenciada diretamente pelo empreendimento, de implantação da Linha de Transmissão de Energia Elétrica, foi realizada pesquisa com aplicação de questionários, com questões objetivas e discursivas permitiu avaliar dos entrevistados, o que esperam com a implantação da obra. Além desta informação foi possível juntar dados que caracterizam de certa forma a realidade socioeconômica de uma amostra de população que vive no local.



Figura 24: Exemplo de entrevistado no município de Hulha Negra.

A pesquisa de amostragem foi realizada com quinze entrevistados, cerca de 11% dos proprietários de terras (assentados, fazendeiros, proprietários rurais), diretamente afetados pelo traçado da Linha de Transmissão e escolhidos aleatoriamente ao longo do trecho, nos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá. Estimam-se um total 133 as propriedades que serão interceptadas pelo empreendimento.

Não realizou-se um censo onde a totalidade dos proprietários fosse ouvida, optou-se pela amostragem, com 15 entrevistas e com elas procurou-se representar a expectativa da população diretamente afetada, com relação ao empreendimento.

A amostragem envolveu os três municípios interceptados pelo empreendimento, sendo que do total de quinze entrevistados, seis estão localizados em Aceguá, um em Hulha Negra e oito em Candiota. Assim espera-se que esta representação, esteja condizente com a extensão territorial, da área de influência direta do empreendimento, em cada município.

A tabulação de algumas informações obtidas junto aos entrevistados foram sintetizadas em tabela e serão apresentadas a seguir.

Tabela 16: caracterização da amostra de entrevistados na AID.

Nome do entrevistado	Comunidade / assentamento cidade	Origem	Fonte de Renda Principal
Lauro Reis Rodrigues, propriedade de Luiz de Gonzaga Vaz	Fazenda Ana Luíza Minuano - Aceguá	Bagé	Capataz da fazenda com criação de gado bovino
Gary Antunes Paz	Minuano- Aceguá	Aceguá	Criação de gado ovino e bovino
Peterson de Moura capataz Propriedade de Edegar Hall	Minuano- Aceguá		Capataz de fazenda com criação de ovinos e bovinos

Ayres Coggo	Passo do Cemitério- Aceguá	Aceguá	Pecuária leiteira Cultivo para gado
Artur Pedroso Borges Propriedade José Artur Borges	Conquista do Futuro- Aceguá	Sapiranga	Pedreiro Pecuária leiteira
Luciane Nunes Proprietário José Nunes da Silva	Conquista do Arvoredo- Aceguá	Palmeira das Missões	Pecuária leiteira
Fernando de Deus Ramos	Passo do Salso - Hulha Negra	Aceguá	Pecuária leiteira
Adão Pinheiro	Nova Vitória- Candiota	Hulha Negra	Pecuária leiteira
Ivete Francio Ferreira	Boa Vista do Butiá- Candiota	Bagé	Pecuária leiteira
Ordilei Zilomar Haecker	Nova Vitória- Candiota	Sapiranga	Operário / Pecuária leiteira
Clarice Fátima de Souza Rossato	Boa Vista do Butiá- Candiota	Palmeira das Missões	Pecuária leiteira
Clarisse Rossato proprietário Rodrigo Rossato	Boa Vista do Butiá- Candiota	Liberato Salsano	Trabalha em Curitiba
Isaac de Oliveira Barbosa	Vitória de São João- Candiota	Herval Seco	Pecuária leiteira
Adílio Natalino Muller	Os Pioneiros	Nonoai	Pecuária leiteira Agente comunitário

			de saúde
Maria Helena Pomper/proprietário Bruno Kerper	São João - Candiota	Constantina	Pecuária Leiteira

As informações obtidas com as entrevistas possibilitaram diagnosticar que das quinze propriedades, onze tem na pecuária leiteira a fonte de renda principal. Mesmo quando além desta atividade algum membro da família também executa outra função, fora da propriedade, como é o caso de dois entrevistados que também trabalham fora da propriedade, um de operário e outro de agente comunitário de saúde, a fonte de renda permanece a pecuária leiteira.

Ainda com relação a fonte de renda, três entrevistados responderam que tem como renda principal a criação de gado bovino e ou ovino. E numa das propriedades, o titular da terra trabalha e mora fora do local.

Cabe salientar que nas terras onde a pecuária leiteira gera a renda principal da família, o tamanho das propriedades é menor, variado desde 6 hectares, passando por propriedades com 17, 20, 21, 22, 25 e 26,6 hectares de área, pequenas propriedades relacionadas aos assentados ou proprietários rurais.

Quando a fonte de renda esta relacionada à criação de gado tanto ovino como bovino, ou ambos, o tamanho das propriedades é maior, variando de 85 até 200 ha.

Outra conclusão obtida com as entrevistas está relacionada com a origem dos proprietários de terras, as propriedades maiores são normalmente de pessoas da própria região, enquanto que as propriedades menores são de pessoas assentadas provenientes de vários pontos do estado.

Com relação a manifestação dos entrevistados referentes as questões do questionário, a sistematização das informações serão apresentadas e comentadas a seguir.

Quando perguntados se era do conhecimento do entrevistado, a existência de proposta para construir uma linha de transmissão entre Candiota e Aceguá, para ampliar o fornecimento de energia elétrica, a totalidade dos entrevistados responderam que já tinham conhecimento da proposta.

Ao serem questionados sobre a importância da obra para as comunidades que receberão as melhorias, quatorze entrevistados responderam positivamente, justificando inclusive que a obra vai

beneficiar cidades, não vai trazer prejuízos, vai ser proveitosa para quem não tem energia e também que vai gerar emprego. Apenas uma pessoa não sabia responder.

Quanto perguntados sobre a relação da obra com algum transtorno pessoal, para a família ou comunidade pelo fato de passar na propriedade, dois entrevistados responderam afirmativamente, justificando inclusive que haverá movimentação de máquinas, torres, possibilidade de atrair raios, enquanto treze responderam negativamente, justificando que como criam gado não haveria problemas em, continuar a atividade.

Com relação a pergunta que questionava sobre as condições a serem melhoradas no local onde moram, a manifestação de que há necessidade de melhorar algo onde residem foi unanimidade entre os entrevistados. As melhorias quanto a disponibilidade de água foram manifestadas por sete entrevistados. As melhorias na estrada refletem a manifestação de quatro entrevistados. Houve uma sugestão para melhorar o sinal da telefonia móvel. Também foram citadas melhorias na coleta de lixo, na qualidade da energia elétrica recebida, melhorarias no espaço do centro comunitário para que seja utilizado também em cursos e como espaço para lazer, melhorias no transporte. Cabe salientar que estas melhorias da infraestrutura, devem ser oferecidas pelo poder público.

E por último a expectativa dos entrevistados com relação aos trabalhos de implantação da linha, três entrevistados responderam que não possuem nenhuma expectativa, doze responderam que esperam ser beneficiados com algum tipo de indenização.

Ainda dentro do contexto das expectativas da população em relação ao empreendimento, foi emitido pela Prefeitura Municipal de Aceguá o Ofício GAB Nº 057/2011, que foi assinado em conjunto pelos prefeitos de Aceguá, Candiota e Hulha Negra, solicitando apoio da ELETROBRAS para a melhoria no abastecimento de energia elétrica para o município, conforme ANEXO VIII

1.7 DINÂMICA E USO DO SOLO

Quanto ao uso do solo nos municípios ocorrentes nas áreas de Influência do empreendimento, destaca-se largamente o uso agrícola e pecuário ocorrente nas áreas rurais dos municípios de Candiota, Hulha Negra, Aceguá e Pedras Altas. O uso do solo das áreas de influência do empreendimento são apresentados no ANEXO X – Mapa de Uso do Solo da AID.

Na porção inicial do empreendimento, mais precisamente no traçado da Linha de Transmissão 230 kV Presidente Médici – Candiota (3 km) esta linha passa inicialmente por áreas de ocupação urbana não habitadas na ADA, passando posteriormente por cerca de 500 metros de área com vegetação arbórea nativa, sendo que após este percurso o restante desta Linha de Transmissão passará por área de campo transpassando uma estrada municipal, que dá acesso a fábrica de cimentos CIMPOR e é um dos vários caminhos que levam ao interior do município. Nesta porção inicial do empreendimento predomina a bovinocultura em pastagens de baixa qualidade.

O uso do solo na área prevista para a implantação da Subestação Candiota é caracterizado pela silvicultura, cuja espécie plantada é a Acácia Negra (*Acassia mearnsi*). Este local é de propriedade da Companhia Riograndense de Mineração-CRM. A imagem abaixo ilustra o uso do solo neste local.



Figura 25: Uso do solo no local previsto para implantação da Subestação Candiota

Após a saída da Subestação Candiota inicia-se o traçado da Linha de Transmissão Candiota – Aceguá, em 525kV, que se estende por cerca de 60 km até a fronteira do Brasil com o Uruguai. Ao longo do seu traçado a linha proposta insere-se nas zonas rurais dos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá, onde o predomínio da paisagem é composto por áreas de campo utilizadas como pastagens, lavouras agrícolas, principalmente de arroz, milho, soja, sorgo, áreas reflorestadas com eucalipto e acácia e pequenos fragmentos isolados de mata nativa, restritos a pequenas ilhas e matas ciliares dos principais cursos d’água da região. Salienta-se que na maioria das travessias da linha de transmissão sobre os recursos hídricos, as áreas de preservação permanente – APPs não possuem vegetação arbórea nativa.

No trecho inicial da LT 525kV o uso do solo é predominantemente agrícola e silvicultural, ocorrendo diversos locais de pastagens também sem melhoramento. A agricultura no trecho inicial utiliza-se das baixadas para o plantio de arroz e é no início deste trecho que ocorrem as propriedades de maior área, sendo também nestas propriedades que se observam as maiores áreas reflorestadas, também com o predomínio de Acácia. Nesta porção inicial o traçado básico sofreu pequena alteração de sua proposta, pois o mesmo estava interceptando uma pista de pouso e decolagem de uso agrícola. Em acordo com os proprietários o eixo da linha foi deslocado para atender a demanda de pousos e decolagens. Esta pista é utilizada por avião agrícola para a aplicação de defensivos, sendo a mesma ilustrada pela imagem abaixo.

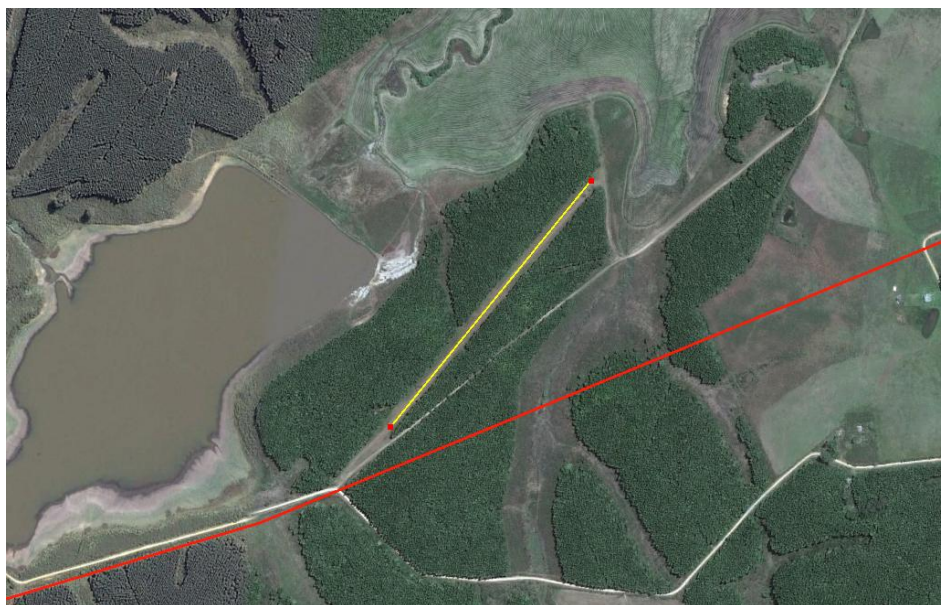


Figura 26: Pista de aviação agrícola próxima a diretriz da LT Candiota-Aceguá
Fonte. Adaptado Google Earth, 2012

Após este percurso, a Linha de Transmissão inicia a travessia por diversos assentamentos agrícolas e pequenas propriedades, que predominam na paisagem até o município de Aceguá, onde voltam a aparecer grandes propriedades. Nesta porção central do traçado as propriedades inseridas nos assentamentos desenvolvem atividades relacionadas principalmente à criação de gado leiteiro e pequenas lavouras. Durante a elaboração deste Estudo de Impacto Ambiental iniciaram-se as atividades de cadastro fundiário ao longo do traçado, sendo que nesta etapa são realizados pequenos ajustes no traçado visando o desvio de benfeitorias e residências que por ventura estejam sobre o eixo da diretriz inicial. Ressalta-se que devido às restrições de uso ao longo das faixas de servidão que permitem atividades agrícolas que não utilizem queimadas em seus processos e que não atinjam a altura média de 3 metros os assentamentos transpassados serão afetados por restrições de uso apenas nos locais de implantação das torres. A quantificação de benfeitorias e áreas de restrição de uso somente poderá ser estimada quando concluídas estas atividades cadastrais, sendo que para fins de indenização serão adotados os valores de terras aplicados a realidade da região e definidos através dos critérios descritos no VOLUME I – CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO. A imagem abaixo ilustra a travessia da Linha de Transmissão Candiota – Aceguá sobre assentamentos na zona rural de Candiota.



Figura 27: Travessia da LT 525kV sobre assentamento agrícola.
Fonte Adaptado de Google Earth,2012

Já na porção final da Linha de Transmissão, nos limites municipais de Aceguá, a diretriz do traçado passa novamente por grandes propriedades, onde ocorrem cultivos de eucalipto, plantio de arroz, soja e pastagens melhoradas de inverno. Neste trecho observam-se grandes áreas reflorestadas, como as da empresa Fibria, que cultiva eucalipto nesta região. Observam-se também grandes propriedades agrícolas que desenvolvem atividades como o plantio de soja e arroz, plantio de pastagens de inverno para gado e atividades de criação de cavalos crioulos. Destaca-se nesta região a passagem da Linha de Transmissão sobre terras da Fazenda Estância Paraíso, onde existe um Aeródromo particular pavimentado, para fins agrícolas e de aviação privada. Nesta fazenda existem 04 pivôs centrais, que irrigam áreas de uso múltiplo como pastagens e/ou lavouras, dependendo da época de cultivo. Estes pivôs irrigam cerca de 100 hectares de área cada um. O local onde o aeródromo e os pivôs centrais estão instalados distancia cerca 2,5km a norte – noroeste da diretriz do traçado.

1.8 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

8.1.1 Patrimônio Arqueológico

As informações relativas a Arqueologia foram extraídas do estudo realizado por ECOSFERA, 2011 para o antigo traçado proposto e serão apresentadas a seguir. Estes dados foram retirados do estudo antigo, disponibilizado pela ELETROBRAS, pois o IPHAN se manifestou favorável ao aproveitamento dos dados obtidos por meio do Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo, apresentado a este órgão. Este documento será apresentado pelo empreendedor ao IBAMA.

No que concerne à arqueologia pré-colonial, a unidade de análise da Área de Influência Indireta - All costuma ser a bacia hidrográfica atravessada pelo traçado da Linha de Transmissão. Entretanto esta All, não apresenta dados arqueológicos suficientes para caracterizá-la do ponto de vista da arqueologia pré-histórica. Por este motivo propor-se uma área maior que a All, abarcando as Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro, sendo considerada como a Área de Inserção Regional - AIR do empreendimento conforme mapa (ANEXO I).

Contudo, os sítios arqueológicos estão registrados no Cadastro Nacional de Sítios arqueológicos - CNSA do IPHAN por município e não por bacia hidrográfica, portanto, foram considerados para a área de estudo os municípios abrangidos pela AIR, a saber: Aceguá, Candiota, Bagé, Hulha Negra, Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Morro Redondo, Pedras Altas, Herval, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do leão, Cerrito, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Essa região hidrográfica abarca um território suficiente para abranger os deslocamentos e as interações sociais e ambientais das sociedades indígenas cujos remanescentes materiais constituíram os sítios arqueológicos que se localizam na área de estudo, atendendo, portanto, ao real escopo da arqueologia, que é conhecer os processos do passado recuado e não realizar meros inventários de bens culturais cujo significado e contexto se desconhecem.

Na AIR da arqueologia contemplou os aspectos do contexto arqueológico, etnohistórico e histórico em escala regional, tendo como escopo de atividades a:

- a) Caracterização arqueológica da AIR com base em dados secundários;
- b) Coleta e sistematização de dados secundários (arqueológicos pré-históricos, relacionados aos municípios da AIR;
- c) Quantificação dos sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN nos diversos municípios abrangidos pelas Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro.

No levantamento dos sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA/IPHAN existem 230 sítios arqueológicos registrados para os municípios abrangidos pelas Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro, a saber: Aceguá, Candiota, Bagé, Hulha Negra, Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Morro Redondo, Pedras Altas, Herval, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Cerrito, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

Dos municípios mencionados que compõem as Bacias Hidrográficas do São Gonçalo e do Rio Negro, Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Piratini, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão, Cerrito, e Jaguarão não apresentam sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN. Isto no entanto, não significa que não existam sítios arqueológicos, apenas não são conhecidos ou registrados sítios nestes municípios.

O número de sítios registrado até o presente momento por município pode ser visualizado na **Erro!**
Fonte de referência não encontrada.

Tabela 17. Quantidade de sítios arqueológicos registrados por município.

Município	Quantidade de sítios arqueológicos	Porcentagem
Bagé	1	0,43
Canguçu	36	15,65
Herval	1	0,43
Morro Redondo	1	0,43
Pelotas	14	6,09
Rio Grande	121	52,61
Santa Vitória do Palmar	56	24,35
Total	230	100

Fonte: CNSA/IPHAN.

Rio Grande detém mais da metade de todos os sítios registrados na região (52,61%), o que pode ser explicado pela existência de centros de pesquisas em arqueologia em Rio Grande e Pelotas, concentrando as pesquisas ocorridas na região. Segue-se os municípios de Santa Vitória do Palmar com 56 sítios (24,35%), Canguçu com 36 sítios (15,65%) e Pelotas com 14 sítios (6,09%). Herval e Morro Redondo possuem apenas um sítio arqueológico cada um.

A distribuição dos sítios arqueológicos cadastrados até o momento nos municípios da AIR, de acordo com o apresentado, reflete o desequilíbrio das pesquisas arqueológicas para a área de estudos. Além disso, os dados indicam a inexistência de pesquisas arqueológicas para os municípios impactados pelo empreendimento, e a inexistência de dados concretos para AID.

Portanto, teve-se que recorrer às informações arqueológicas existentes para alguns dos municípios abrangidos pelas Bacias Hidrográficas Mirim – São Gonçalo e do Rio Negro, buscando sintetizar os dados disponíveis. Excluindo os municípios de Bagé, Herval e Morro Redondo, que possuem ambos somente um sítio cadastrado cada um, os demais quatro municípios, apresentam sítios, sobretudo correspondentes aos sítios arqueológicos pré-históricos relacionados às sociedades indígenas anteriores ao período de colonização, mostrando a efetiva ocupação da área por grupos autóctones.

Entretanto é interessante observar também, ainda que em menor recorrência, o registro de sítios arqueológicos históricos (relacionados à sociedade colonial ou nacional) representado por 12 sítios. Esse dado se explica pela pouca atenção que se dava aos sítios de históricos nas pesquisas arqueológicas brasileiras até poucos anos atrás.

Além disso, outro dado que chama a atenção é a existência, ainda que em baixo número, de cadastro de sítios de contato e pré-históricos e históricos.

Os sítios de contato representam geralmente sítios com ocupação predominantemente de populações indígenas com a introdução de cultura material de cunho européia, indicando a modificação da tradição cultural indígena pela introdução de aspectos da cultura das sociedades estrangeiras, revelando a interação entre os grupos indígenas e os colonizadores durante o período de conquista e ocupação desse território.

Os sítios classificados como pré-históricos e históricos, são aqueles em que há uma ocupação mais antiga estritamente relacionada a alguma sociedade indígena pré-colonial e após uma sobreposição por um sítio de natureza histórica relacionada à ocupação posterior de um mesmo local. Isso indica a importância geográfica e ambiental do local que foi ocupada por sociedades culturais e temporais distintas.

Percentualmente, os dados mostram a superioridade da ocorrência de sítios da categoria “cerâmico” em relação às demais categorias de sítios arqueológicos registrados na AIR. São sítios com predominância ou exclusividade de artefatos cerâmicos indicando uma ocupação mais duradoura por populações ceramistas, isto é, que confeccionavam vasilhames em argila queimada para as funções de produção, consumo e armazenamento e alimentos. Na sequência, em termos numéricos, há os sítios lito-cerâmicos com 43 registros. Este tipo de sítio se caracteriza pela

presença de instrumentos líticos associados a vasilhames cerâmicos, indicando a existência de populações ceramistas.

Tanto os sítios cerâmicos quanto os sítios lito-cerâmicos podem estar relacionadas a populações indígenas classificadas na arqueologia brasileira como da Tradição Vieira como Tupiguarani, nas porções litorâneas. Estes sítios apresentam em geral grande visibilidade no solo, muitas vezes aflorando a cultura material em superfície, e por isso, facilmente reconhecidos pela população local pela presença de cacos cerâmicos, material arqueológico característico.

Os sítios classificados como líticos podem estar relacionado a populações indígenas caçadoras-coletoras pré-ceramistas, geralmente relacionados à Tradição Umbu, como também a sítios de grupos ceramistas com funções específicas.

Entretanto, há de se observar ainda um índice considerável de sítios não identificados, representada por 19 ocorrências. Este fato indica a precariedade dos registros e dados incompletos não permitindo outras generalizações.

A arqueologia do extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as mesorregiões do Sudoeste e do Sudeste Riograndense, até hoje é pouco conhecida, quando comparada a outras partes deste estado na bibliografia arqueológica especializada.

Na região das margens da Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim, nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Palmares do Sul e Camaquã, em que pesquisadores ligados ao PRONAPA realizaram prospecções e pesquisas a partir de 1966 (SCHMITZ, 2006), as áreas mais afastadas da costa e das margens do rio Uruguai foram precariamente pesquisadas, geralmente por levantamentos arqueológicos pontuais e realizados em áreas restritas.

No Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA) do IPHAN não foram encontradas referências a sítios arqueológicos nos municípios afetados pelo empreendimento: Candiota, Aceguá e Hulha Negra, nem nos municípios vizinhos de Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista.

No município de Amaral Ferrador existe registrado um sítio lítico de superfície, apresentando lascas de quartzo e sílex, porém sem outras especificações, assim como nos municípios de Herval e Bagé.

No município de Dom Pedrito, existe registrado um sítio arqueológico que seria composto por seis “montes”, sem outras especificações.

Para a região, sabe-se da existência de sítios arqueológicos associados à Tradição Umbu e à Tradição Vieira, ambos ocupando os assim chamados “cerritos”, elevações artificiais construídas nas bordas ou no interior de áreas alagadiças na divisa entre o Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai, conforme Schmitz (2006).

Segundo Copé (1985), as pesquisas no sudeste do Rio Grande do Sul compreenderam levantamentos arqueológicos em diversos locais, como na bacia do rio Camaquã, na região conhecida como Banhado do Colégio, onde foram registrados 103 sítios arqueológicos, sendo 95 aterros e 8 sítios sobre dunas associados às tradições Umbu (pré-cerâmica) e Vieira (ceramista), levantamentos no município de Rio Grande, onde foi registrada grande quantidade de aterros pré-cerâmicos e ceramistas, em Santa Vitória do Palmar, onde foram registrados 138 aterros com cerâmica da tradição Vieira nas camadas superiores e material lítico lascado da tradição Umbu nas camadas inferiores e também nas nascentes do rio Negro, municípios de Bagé e Dom Pedrito, onde foram localizados 30 aterros e dois sítios abertos.

1.8.2 Habitantes da região no período pré-colonial

Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, viveram nos campos, nas florestas, no planalto e no litoral. Construíram casas subterrâneas em regiões de clima ameno no planalto, aterros em áreas úmidas e no litoral, amontoavam conchas e restos de alimentação. Esses grupos pré-históricos dominaram todo o território do estado desde pelo menos 11.000 anos atrás.

As relações entre os vários grupos humanos da pré-história ainda não são bem compreendidas. Para estudá-los, os arqueólogos e antropólogos os agruparam por caracteres culturais, a partir dos hábitos, dos instrumentos e técnicas de produção dos mesmos. É desse critério que surgem as denominações como Tradição Umbu, Humaitá, Vieira, Taquara/Itararé, Tupiguarani (MILDER, 1998 apud FARIAS, KLAMT, 2008).

Essas diversas tradições são agrupadas em "pré-ceramistas", grupos de caçadores-coletores que não dominavam a técnica da confecção da cerâmica; e em "ceramistas", grupos de caçadores-horticultores que produziam cerâmica.

Ainda é oportuno definir sítio, fase e tradição, termos que aparecem com relativa frequência. Utilizaremos as definições de Schmitz; Becker (1991:72 apud FARIAS, 2005b) por serem entre outros autores, os que apresentam maior clareza e objetividade.

Sítio: "é um lugar onde aparecem vestígios de ocupação humana". Fase: "Conjunto de materiais com características semelhantes (cerâmica, artefatos de pedra ou osso) e que mantém as características isoladas como diagnósticas, dentro de um espaço e tempo reduzidos" ou simplesmente, "espaço e o tempo ocupados por uma tribo indígena (parte de uma nação)". Tradição: "são conjuntos maiores de materiais com características semelhantes, reunindo diversas fases e que mantém as características, isoladas como diagnósticas, dentro de um tempo e espaço mais amplos" ou simplesmente, "é o espaço e o tempo de uma nação indígena."

- **Tradição Humaitá (Caçadores coletores das florestas).**

Por volta de 6.000 anos antes do presente um grupo de caçadores que começa a ocupar o planalto com seus grandes machados de pedra em forma de bumerangue, essa tecnologia lítica ficou conhecida como Tradição Humaitá. Até agora, as pesquisas não evidenciaram vestígios sobre seu

tipo de habitação. Seu habitat era o de floresta, ambiente este que fornecia os alimentos para sua subsistência, como animais para caça, plantas, peixes e moluscos de água doce.

1.8.2.1 Grupos ceramistas portadores das tradições Taquara/Itararé e Tupiguarani

Os povos ceramistas que ocuparam o Rio Grande do Sul na pré-história desenvolveram pelo menos, três tipos de tecnologia cerâmica que foram definidas como tradição Tupiguarani presente nos vales dos rios com florestas subtropicais e no litoral; a tradição Taquara, presente no planalto gaúcho e a tradição Vieira, nos campos.

- **Tradição Tupiguarani (Ceramista-horticultor)**

Pertencentes ao grande tronco Tupi, os guarani desceram pelos grandes rios, desde a Amazônia chegando ao Rio Grande do Sul por volta de 2000 anos. Eram bons navegadores e exploravam com eficiência os recursos da floresta. Utilizavam o sistema de coivara para o cultivo em clareiras abertas nas matas através de queimadas. Apesar do sistema rudimentar, foram os guaranis que introduziram a agricultura no Rio Grande do Sul. Trouxeram o milho, o feijão, a mandioca, a abóbora, a pimenta, o amendoim, diversos tipos de morangas e uso da erva-mate. Seus povoados eram formados por choupanas de forma quase sempre ovalada, feitas de troncos e palha de tamanho suficiente para abrigar várias famílias. A necessidade de um espaço relativamente grande para a coleta e caça, fazia com que o espaço entre os povoados fosse relativamente grande e que poderiam se comunicar através de caminhos abertos pelas matas. Os guaranis não tinham um poder central, cada aldeia era o centro, mas os laços de parentesco e o senso de identidade cultural os uniam contra adversários bem como na troca e aproveitamento de recursos disponíveis nas matas. A chegada do europeu provocou divisões entre os guaranis, alguns favoráveis, outros contra o entendimento com o branco. Acabaram por serem dizimados tanto pelas doenças trazidas pelos brancos como pelos bandeirantes caçadores de escravos para os engenhos. (in: História Ilustrada do RS. Porto Alegre: Zero Hora, v.2, 1998).

- **Tradição Taquara (Engenheiros da terra).**

Tidos como antecedentes dos Kaingangs, habitavam casas subterrâneas. Favorecidos pelo clima frio, terras altas de difícil acesso e mata fechada, resistiram durante 2000 anos aos guaranis, até a chegada dos europeus, quando se estima não existirem mais de 3000 indivíduos. Pouco se sabe a respeito deles (SCHMITZ; BECKER,1991:251 apud FARIAS, 2005b). Alguns pesquisadores acreditam numa evolução da tradição Humaitá, que teria adotado a cerâmica e a agricultura como forma de adaptação ao clima. As habitações eram buracos circulares em lugares altos, escavados em solo compacto ou na rocha em decomposição. O telhado era sustentado por uma estaca central e outros radiais, cobertos de palha e terra. O acesso dava-se através de escadarias. Sua cerâmica era pequena e com pouca decoração. No lítico, caracteriza-se o uso da mão-de-pilão no preparo de alimentos.

- **Tradição Vieira (Construtores de Cerritos).**

A pelo menos 2.500 anos atrás, um grupo caçador-coletor aparece perto de banhados que circundam as lagoas em aterros chamados "cerritos". Os cerritos eram montículos de origem mineral, terra e restos de alimentação. Tinham a forma circular, oval ou elíptica, com até 100 metros de diâmetro e 7 metros de altura. Os seus habitantes viviam da pesca, coleta de crustáceos e moluscos, caça de aves e animais dos banhados. Quando o europeu chegou na região, os construtores de cerritos ficaram conhecidos como Charrua e Minuano (in: História Ilustrada do RS. Porto Alegre: Zero Hora, v. 2, 1998).

Essa breve explanação sobre os principais sítios arqueológicos pesquisados no Rio Grande do Sul nos deu uma visão sobre os tipos de sítios que encontramos na primeira fase da pesquisa. Percebemos uma faixa cronológica que vai desde a ocupação da região por grupos de caçadores-coletores pleistocênicos, que habitaram o local há 11 mil anos atrás, até chegarmos aos grupos mais estáveis, ceramistas e horticultores que chegaram aqui em períodos mais recentes. Todos, no entanto, deixaram marcas no ambiente, através de artefatos líticos, cerâmicos e gravuras nos paredões rochosos; além disso, outros registros são identificados como manchas escurecidas no solo indicando fundo de habitações e fogueiras. Enfim, são expressões conscientes e inconscientes da passagem desses grupos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

1.8.3. Aspectos históricos da região do empreendimento

1.8.3.1 O Tropeirismo

Os municípios cortados pelo empreendimento receberam forte influência do tropeirismo, que surge na América em virtude do carregamento de mantimentos e mercadorias pelas diversas estradas e picadas da colônia.

O tropeirismo não foi somente uma alternativa de transporte ou o ciclo econômico e social que substituiu o bandeirismo no início do século XVIII, teve relação direta com o povoado brasileiro, contribuindo para consolidação de fronteiras e mudando a história das relações comerciais do país (DOMINGUES, 2003:40).

Com o advento do tropeirismo no Brasil, a partir de 1732, a atividade econômica mais lucrativa da época que tinha como finalidade a comercialização do gado oriundo da região Sul, conduzidos para as regiões de Sorocaba, de São Paulo e de Minas Gerais, surge a necessidade de abertura de caminhos por onde deveriam transitar os animais. Vários foram os caminhos abertos para passagem das tropas de animais: no litoral do Paraná – Estrada da Graciosa, Caminho do Itupava, Caminho do Arraial e a Estrada de Palmas –, e os caminhos que cortaram os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo – Caminho do Viamão e o Caminho das Missões. No estado do Rio Grande do Sul foram abertas outras variantes desses caminhos para atender regiões afastadas do seu curso principal. (MOREIRA, 2008:1330).

Esse elemento econômico impulsionou várias cidades que apresentaram um raro desenvolvimento econômico e cultural impulsionado pelo comércio e desenvolvimento gerado pelo tropeirismo. Para Polinari, (1989:11) “As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, desenvolvidas a partir da primeira metade do século XVIII, ao longo dos chamados “Caminhos das Tropas”, marcaram profundamente a história da região, atravessada por esses roteiros, determinaram a particular ocupação do espaço, induziram o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agro-pastoris, influenciaram o modo de vida, os costumes e as tradições da população aí estabelecidas. Algumas marcas de todo esse processo são ainda visíveis: muitas delas, porém, estão desaparecendo, com prejuízo para o conhecimento e a preservação de importante segmento da história de uma das formas de ocupação e povoamento do Brasil Meridional”.

No processo de povoamento da região dos Campos de Cima da Serra, RS, a abertura do “Caminho das Tropas” foi de extrema importância, pois colocaram em contato as etnias indígenas que habitavam a região e os tropeiros, que passaram a percorrê-la intensamente. Além deste contato, o Caminho das Tropas foi a principal rota, durante dois séculos, ligando a Colônia de Sacramento, atual território da República Oriental do Uruguai, à Sorocaba, em São Paulo, integrando, desta forma, o Rio Grande do Sul ao mercado brasileiro (RUFFATO, 2004).

Segundo Recco (2005), nos séculos XVII e XVIII, os tropeiros eram parte da vida da zona rural e cidades pequenas no sul do Brasil, dirigindo rebanhos e gado e levando bens comercializados por toda a região. Levar mercadorias e alimentos no lombo dos animais em direção às minas foi fundamental devido aos acidentes geográficos da região que dificultavam o transporte.

As tropas eram divididas em lotes, cujo número de animais variava de acordo com a região, sendo mais comum a de sete cargueiros. Cada lote ficava aos cuidados do tocador, permitindo uma autêntica divisão de trabalho. Todo o conjunto – animais, carga e auxiliares – permanecia sob a orientação direta do tropeiro (RUFFATO, 2004).

As tropas de mulas, como transporte alternativo de cargas foram utilizadas até os anos 70 do século XIX, quando passaram a sofrer a concorrência da estrada de ferro. Durante quase um século e meio, até o advento do trem, os tropeiros ligaram as regiões mais afastadas do país e o tropeirismo possibilitou o surgimento de um novo tipo de vida que melhorou a cultura dos sertões (ALMEIDA, 1981).

Ciclo do *tropeirismo* ou do *bandeirantismo pastoril*, em que o povoamento se fez impulsionado por duas motivações: uma de ordem econômica – apropriação da gaderia remanescente da criação jesuíta- e outra de ordem estratégica - necessidade de defesa do território das missões, após sua incorporação ao Brasil. Abrange todo o século XIX, da Expedição de Athanagildo Pinto Martins, em 1816, até inícios do século XX, quando daqui saíram, rumo a São Paulo, as últimas grandes tropas de mulas. Período em que se definiu o domínio lusitano na região fundou-se as primeiras fazendas, fixaram-se os primeiros núcleos urbanos (SOARES, 1974 p.92 apud SANTOS, 2010)

Os Caminhos das Tropas (ou Estradas das Tropas) tiveram início em meados de 1500 a poucas décadas após o descobrimento do Brasil quando o administrador português e militar Martim Afonso

de Souza, após assumir o comando outorgado pelo rei em 1530, com poderes e direito de governar os territórios que viesse a descobrir, reconheceu e explorou as costas das regiões que hoje são o Uruguai e o Rio Grande do Sul após ter naufragado em sua expedição ao navegar pelo Rio da Prata, mas tendo conseguido sobreviver ao referido incidente (SILVA, 2009).

Enquanto Martim Afonso de Souza explorava essas regiões costeiras, e esperava por Pero Lopes a retornar com sua expedição para que então seguissem rumo ao litoral brasileiro. O mesmo Pero Lopes com seus homens subiam o Rio da Prata chegando a alcançar até as nascentes do Rio Paraná, sendo guiados por Henrique Montes, onde demarcaram o último local citado fixando com os Brasões de Portugal. Em 1680, os colonizadores portugueses decidiram incumbir o capitão-mor Manoel Lobo, a fundar a Colônia do Sacramento (atualmente cidade uruguaia) tendo chegado à região pelo litoral (SANTOS, 2010).

Algumas décadas mais tarde, por força da necessidade dos portugueses e paulistas abrir um caminho que ligasse a mencionada Colônia, à cidade de Sorocaba no interior paulista, fez com que a Coroa Portuguesa percebesse que a demanda por transporte tracionado por animais era grande. Sua necessidade instigava principalmente, dentre outros, os setores alimentício e de mineração. Este último com destaque às Minas Gerais, onde a produção garimpeira de ouro crescia juntamente com o comércio de mulas de carga (SANTOS, 2010).

Após a descida dos paulistas para o sul, em busca de animais para o transporte, chegando primeiramente a Curitiba em 1654, em 1658 a São Francisco, a Desterro em 1673 e por fim em 1684 a Laguna já na região da Vacaria do Mar. A Coroa Portuguesa, visando evitar iniciativas particulares, apossou-se da empreitada de abrir um caminho para as tropas. Foi então que em 1.727 já no transcorrer do século XVIII, para a designação de tal tarefa, foi nomeado o sargento mor Francisco de Souza e Faria. Esta obra teve suas dificuldades por afetar interesses de grupos importantes de Santos, Curitiba, Laguna e Paranaguá (SANTOS, 2010).

Muitos incidentes propositais quase impossibilitaram o projeto de ser executado, sofrendo até mesmo resistências por parte dos “Brito Peixoto” contra o intento da Coroa portuguesa. Fato este que abriu portas para a importante integração dos homens de Colônia do Sacramento e principalmente de Cristóvão Pereira de Abreu muito conhecido na referida Colônia, tendo sido dentre outros tenente, capitão, condutor de tropas e coronel de Ordenanças, havendo lutado bastante contra os ataques espanhóis, o que acabou favorecendo em grande maneira este negócio. Sua participação foi importante dentre outras formas, no seu empenho em solucionar os impedimentos relacionados ao recrutamento de homens, e na confirmação e estabelecimento dos caminhos que iam sendo abertos por Francisco de Souza e Faria, o qual tinha as ordens para abrir

um caminho rumo a São Paulo, vindo após o mesmo a uma distância de tempo de mais ou menos um ano. E conquistando o êxito de já em sua primeira viagem, conseguir realizar e estabelecer a ligação do sul do Brasil, alcançando até às Minas Gerais. Onde o mercado de mineração sofrera um alavanque de aquecimento comercial, necessitando de tais aberturas de acesso para o transporte (HOLANDA, 1994).

Mais tarde, a linha de itinerário do comércio de mulas de carga, cavalos, bois, etc, se dava entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde especialmente em Sorocaba (cidade paulista) encontrava-se um grande centro de comércio destes animais, com feiras sendo praticadas por todo o ano. E esse sistema de deslocamento tropeiro, era constituído por três principais trilhas, sendo, “o Caminho do Viamão”, “o Caminho das Missões” e “o Caminho da Vacaria”

O Caminho do Viamão iniciava-se em Viamão, passava por diversas localidades (hoje cidades constituídas), dentre elas Ponta Grossa e chegando até Sorocaba, e era também chamada de “Estrada Real” (ZIMMERMANN, NETO, 1991).

O Caminho das Missões, com destino à bifurcação entre União da Vitória e Ponta Grossa dentre outras, partindo de São Borja. E o Caminho da Vacaria fazia a conexão entre o Caminho do Viamão na Vacaria e a Cruz Alta (ZIMMERMANN, NETO, 1991).

Sérgio Coelho de Oliveira baseando-se em informações de seus antepassados, que foram tropeiros e faziam freqüentemente o Caminho do Sul - do Rio Grande do Sul a São Paulo, destaca que havia dois roteiros usados, a partir de Palmeira das Missões:

(...) através de Nonoai, cruzando o rio Uruguai e passando por Chapecó, Xanxerê e Clevelândia (território catarinense), cruzando o rio Iguazu e já no Paraná seguindo por Guarapuava, Ponta Grossa, Castro, até Itararé e Itapetininga. Outra rota seguia por Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Campos Novos, Curitiba, Mafra, Rio Negro, Lapa e Ponta Grossa. (...) O caminho por Passo Fundo era mais longo, porém preferido, por ser menos freqüentado. A rota via Chapecó embora melhor, na época dos deslocamentos das tropas ficava congestionada demais, dificultando os pousos e apresentando pastagens desgastadas(OLIVEIRA, 1983 p.13 apud SANTOS, 2010).

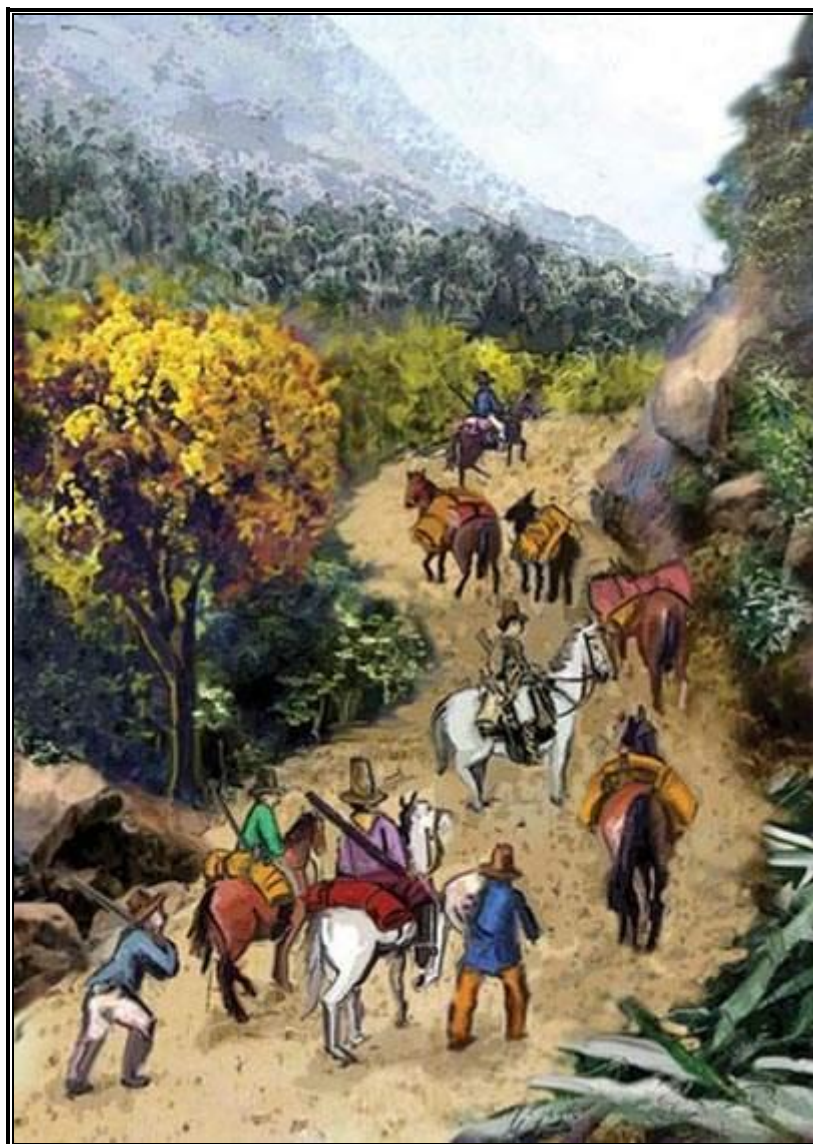


Figura 28: Tropeiros.

Fonte: Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/caminhos-das-tropas/>> Acesso em: 10/07/2012.

Com o passar dos anos o tráfego nas trilhas foi-se aumentando, e com a necessidade de paradas para alimentação, pouso dos tropeiros e pasto para as tropas de animais, gerou-se assim oportunidades de negócios para muitas famílias, as quais foram se estabelecendo e provocando ocasionando um desenvolvimento populacional ao longo destes caminhos. Dando origens a diversos povoados, que se expandiram até aos dias de hoje, formando muitas das grandes cidades atuais (STRAUBE, 2007).

Foram muitos os legados deixados pelos tropeiros que no sul do Brasil deixaram como uma de suas características mais marcantes do estilo identitário de ser tropeiro que é, sem dúvida, o seu modo de vestir-se. Como reflexo do clima frio do sul do Brasil e de uma vida levada em liberdade nos campos quase sempre encima de um cavalo ou mula, a vestimenta do tropeiro trabalhador apresenta-se além de muito larga, também bastante grossa para protegê-lo das intempéries durante as longas viagens até São Paulo. Por permanecerem durante muito tempo em viagem, às roupas deveriam ser bastante confortáveis, mas ao mesmo tempo resistentes, pois as trocas de mudas não eram uma constante (STRAUBE, 2007).

Relacionado à vestimenta está o simbolismo dos instrumentos de trabalho e até das armas, elementos da dominação autoritária tanto das mulas como dos perigos por onde eventualmente poderiam passar os tropeiros, sempre alegando a importante questão da “sobrevivência” e da responsabilidade pela tropa (STRAUBE, 2007).

Certo de seus mantimentos, enquanto o laço não lhe faltar, e não tendo vestido senão o estritamente necessário, isto é o xiripá, pedaço de baeta amarrado ao redor da cintura para baixo, e por cima do xiripá o cinjidor, espécie de avental de couro cru destinado a receber a fricção do laço, quando o animal faz força sobre ele, uma camisa se a tem, uma jaqueta sem mangas, um par de ceroulas com franjas compridas nas extremidades, às vezes um par de calças por cima, um lenço quase sempre amarrado na cabeça, um chapéu roto, raras vezes um poncho completo, e em lugar deste, um pedaço de baeta vermelha (DREYS, c. 1817, p. 162-64, apud ZATTERA, 2000, p. 313).

Mesmo quando hoje em dia, as atividades tropeiras não são mais efetivadas, estas continuam a permanecer no imaginário das pessoas. Assim, se reforçam, com uma história recontada e até disfarçada, estruturando os comportamentos sociais dos descendentes dos envolvidos nesta história até incluindo migrantes que se inseriam no contexto social depois do término da atividade tropeira nos anos 1950. Mostra-se, que a imagem é mais viva e forte do que a estruturação econômica e social do sistema socioeconômico do próprio tropeirismo.

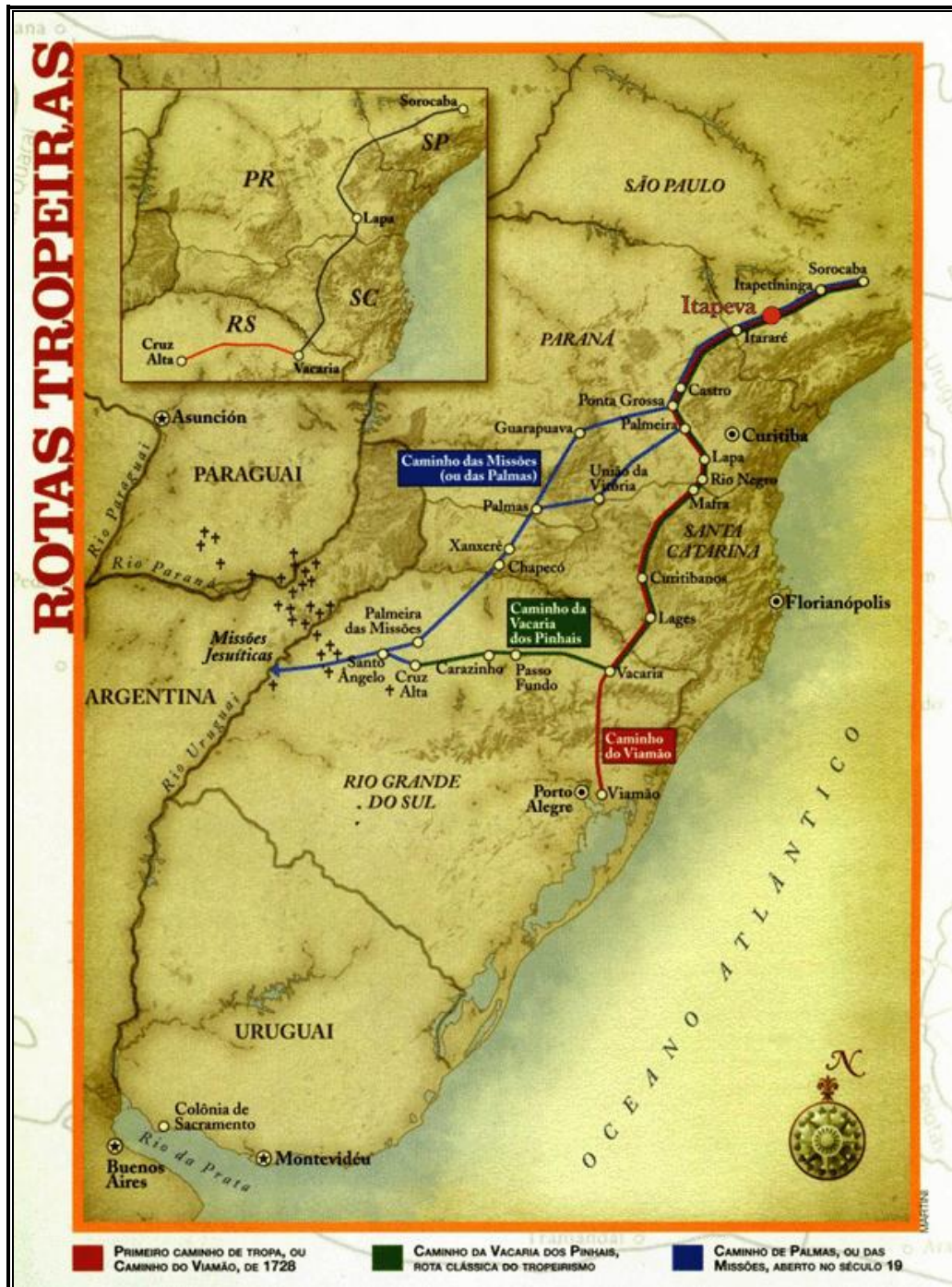


Figura 29: Traçado dos principais percursos percorridos pelos tropeiros entre os séculos XVII e XIX.

Fonte: IHGGI - Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapeva. Disponível em: <<http://www.ihggi.org.br/pag.php?pag=rotasdo tropeiros>> Acesso em: 10/07/2012.

1.8.3.2. Guerra Guaranítica

Como se sabe a hostilidade entre Portugal e Espanha inicia-se desde o descobrimento da América por Colombo em área do mundo reservada pelo papa á jurisdição lusiana (FAGUNDES, 2006).

A Guerra Guaranítica constitui em um fenômeno histórico que estimulou representações integradas, indissociavelmente, pela cartografia, pelo texto e pela iconografia. Essa guerra foi inserida no corolário do Tratado de Madri, de 1750, na demarcação de limites entre os territórios coloniais de Portugal e da Espanha; e contribuiu para a revogação do convênio onze anos mais tarde, pelo Tratado do Pardo (1761) (GOLIN, 2011). De acordo com Seival (1998) o acordo de Madri estabelecia a troca da Colônia do Sacramento, domínio português, pelos territórios dos Sete Povos das Missões, localizados na margem esquerda do rio Uruguai, possessão espanhola. Além disso, esse tratado estipulava a remoção dos indígenas e jesuítas para o lado espanhol das fronteiras naturais estabelecidas pelo Rio Uruguai. O absurdo dessa proposta não levava em consideração o fato de que tal mudança envolvia o deslocamento de cerca de 30 mil índios e 700 mil cabeças de gado (FAGUNDES, 2006).

Além dos problemas de deslocamento, os indígenas rejeitavam completamente sua inserção no ambiente colonial espanhol. Tal resistência se justificava pelo fato da administração colonial espanhola permitir oficialmente o uso de indígenas para o trabalho escravo. Mediante tal impasse, os jesuítas decidiram armar as populações indígenas contra as tropas espanholas e portuguesas designadas para cumprir o Tratado de Madri (FAGUNDES, 2006).

Entre os anos de 1753 e 1756, um sangrento conflito entre índios e colonizadores tomou conta de toda aquela região. Esse episódio fez várias vítimas desse conflito dando fim a milhares de índios e, sob o aspecto político, motivou o decreto português que exigia a expulsão dos jesuítas do Brasil. Essa disputa só viria ter fim quando, em 1801, o Tratado de Badajós colocou a região dos Sete Povos sob domínio lusitano e a colônia de Sacramento ao controle dos espanhóis.

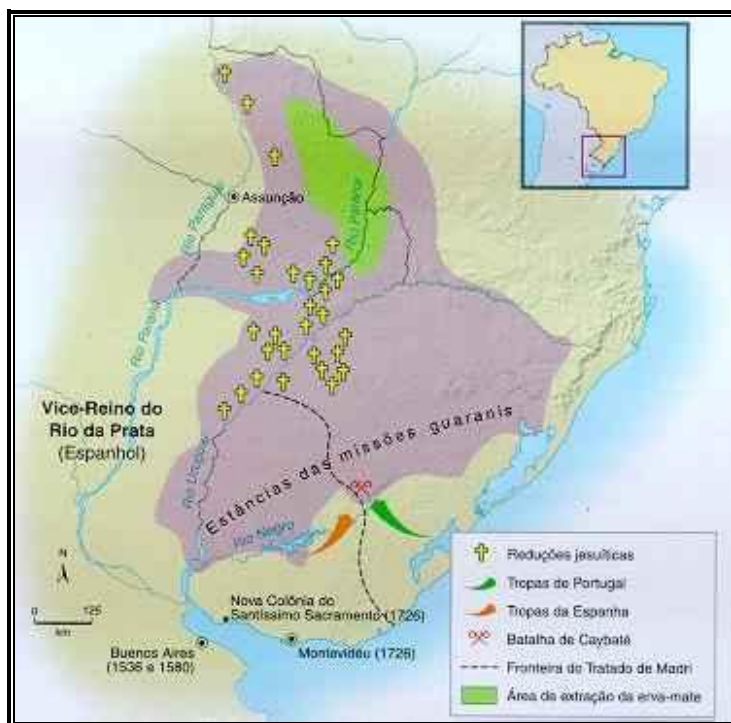


Figura 30: Área dos conflitos da Guerra Guaranítica.

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/guerra-guaranica/guerra-guaranica-1.php#ixzz201uzhxxw>

Para Ribeiro (1970) a organização das missões jesuíticas foi a tentativa mais bem sucedida da Igreja Católica para cristianizar e assegurar um refúgio às populações indígenas, ameaçadas de absorção ou escravização pelos diversos núcleos de descendentes de povoadores europeus, para organizá-las em novas bases, capazes de garantir sua subsistência e seu progresso.

Em 7 de dezembro de 1755 Gomes Freire de Andrade parte do Rio Grande, comandando poderoso exército de 1106 homens e 10 canhões. No mesmo mês, saíram de Montevidéu 1500 homens, aproximadamente, sob o comando de Val Lírios. Encontram-se os dois exércitos a 16 de janeiro de 1756, nas cabeceiras do Rio Negro. Ao promover Gomes freire de Andrade mais de oitenta oficiais, o local ficou conhecido como Campo das Mercês (FAGUNDES, 2006 p.37).

Um dos principais líderes guaranis é o capitão Sepé Tiaraju. Ele justifica a resistência ao tratado em nome do direito legítimo dos índios em permanecer nas suas terras. Comanda milhares de nativos até ser assassinado em fevereiro de 1756.



Figura 31: Guerra Guarânica.

Fonte: <http://guerras.brasilecola.com/seculo-xvi-xix/guerras-guaranicas.htm>

Apesar da inferioridade, no tocante a armamentos e a instrução militar, resistiram a ataques isolados ou conjugados de portugueses e espanhóis até 1767, graças à sua tenacidade na luta, às táticas desenvolvidas e à condução de chefes como Sepé Tirayu e Nicolau Languiru.

Para Pombal, a resistência indígena era obra da hostilidade jesuítica. Vem desse tempo a sua Relação Abreviada da República dos Jesuítas, atribuindo a estes a tentativa de criação de um "Império Temporal Cristão" na região das missões. Em 1759 foram expulsos, por ordem do marquês, de Portugal e demais domínios do reino.

No mesmo ano morreu Fernando VI de Espanha, subindo ao trono Carlos III, que não demorou em denunciar o tratado de 1750. Gomes Freire de Andrade, que comandava as tropas coloniais portuguesas contra os guaranis, em 1761, temendo ter que enfrentar o maior peso da ofensiva indígena, retirou-se, recusando-se a receber os Sete Povos. Pombal, que tentara negociar

modificações do tratado com a Espanha, não tivera êxito. Suspendeu, desse modo, sua execução, até que em fevereiro de 1761 firmou em El Pardo um novo tratado anulando o de Madrid.

A questão fronteiriça do sul continuaria, só sendo resolvida por novos acordos em 1777, Santo Ildefonso, e 1801, Badajós, que acomodariam os dois grandes impérios da América do Sul sobre as cinzas dos Povos das Missões.

1.8.3.3 Revolução Farroupilha

A justificativa original para a Revolução Farroupilha baseia-se no conflito político entre os liberais, que propugnavam modelo de estado com maior autonomia às províncias, e o modelo imposto pela constituição de D. Pedro I, de caráter unitário. Além disso, havia disseminação de ideais republicanas, tidos por muitos gaúchos como o melhor caminho para a paz e a prosperidade, seguindo o exemplo da Província Cisplatina. De acordo com Quevedo (2003 p.43):

O movimento foi provocado pelo descontentamento dos estancieiros (donos de fazendas de criação de gado, as estâncias), charqueadores e exportadores com a política do governo imperial. Quando o governo Brasileiro diminuiu os impostos sobre a produção de charque uruguaio, prejudicou a economia gaúcha. Além disso, os proprietários de terras eram contra a nomeação dos presidentes da província pelo governo imperial, afirmando que eles não entendiam os interesses locais, protagonizavam a luta pela autonomia administrativa.

A província de São Pedro do Rio Grande se tornou palco da luta entre Farroupilhas e os Caramurus, aqueles que defendiam a ordem vigente da monarquia centralizada e autoritária, sob o governo de regentes (QUEVEDO, 2003). Segundo Fagundes (2006 p.82), as causas econômicas que levaram a revolução farroupilha podem ser elencadas como:

O Rio Grande do Sul estava esgotado pela seqüência de guerras, a última das quais tinha sido a campanha da Cisplatina, com as estâncias e charqueadas produzindo pouco, com os rebanhos esgotados e sem que o império brasileiro pagasse as indenizações de café e açúcar do centro do País. Os impostos sobre o gado em pé e sobre a arroba de charques-

principais produtos da pecuária pagavam dízimo. Cada arroba exportada pagava 600 réis de taxa e cada légua de campo pagava 100 mil réis de imposto anual.

Farrapos ou farroupilhas foram chamados todos os que se revoltaram contra o governo imperial, e que culminou com a Proclamação da República Rio-Grandense. Era termo considerado originalmente pejorativo, já utilizado pelo menos uma década antes da Guerra dos Farrapos para designar os sul-rio-grandenses vinculados ao Partido Liberal, opositores e radicais ao governo central, destacando-se as chamadas jurujubas. No ano de 1835 os ânimos políticos estavam exaltados. O descontentamento de estancieiros, liberais, industriais do charque e militares locais era grande, a ponto de promoverem reuniões em casas de particulares, destacando-se a figura de Bento Gonçalves. Naquele ano foi nomeado como presidente da Província Antonio Rodrigues Fernandes Braga, que chegara ao posto pela indicação de Bento Gonçalves e, apesar de ser rio-grandense, passara tanto tempo servindo o Império na Europa e nos Estados Unidos, logo após seus estudos em Coimbra, que não tinha laços suficientemente sólidos estabelecidos no Rio Grande. Fernandes Braga, apesar de inicialmente ter agradado aos liberais, logo entrou em atrito. Na sessão inaugural da Assembléia Provincial, perante uma platéia majoritariamente hostil, acusou os liberais extremados de planejarem separar o Rio Grande do Sul do Império e uni-lo ao Uruguai, mencionando Bento Gonçalves e referindo-se também a Lavalleja e ao *seu* mentor, o indigno *Padre Caldas*. Houve protestos e contra-protestos em sessões seguidas, Fernandes Braga ainda tentou corrigir-se e apaziguar os ânimos, mas já era tarde demais.

A revolta Farroupilha iniciou em 18 de setembro de 1835, mas as tropas farroupilhas invadiram Porto Alegre somente ao amanhecer o dia 21 de setembro de 1835, quando chegaram às portas da cidade Bento Gonçalves e os demais comandantes, seguidos por suas respectivas tropas. Porto Alegre abandonada, sem resistência, entregou-se aos revolucionários.

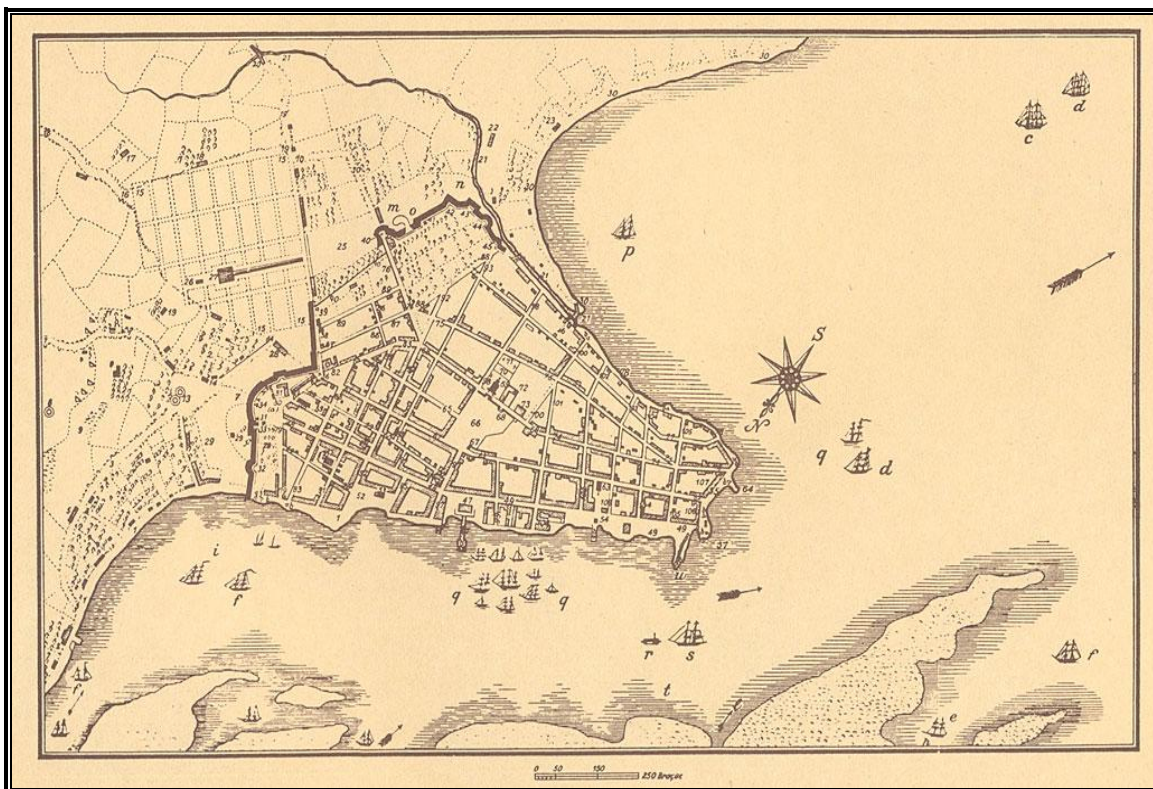


Figura 32: Planta da cidade de Porto Alegre em 1837.

Fonte: Disponível em: <<http://www.portoimagem.com/historia.html>> Acesso em: 09/07/2012.

Como Presidente Imperial da Província, Araújo Ribeiro tratou de recompor seu exército, reunindo oficiais gaúchos contrários aos farroupilhas, e até mesmo contratando mercenários vindos do Uruguai. Administrativamente mandou fechar a Assembleia Provincial e destituiu Bento Gonçalves do comando da Guarda Nacional, nomeação feita por Marciano José Pereira Ribeiro, desautorizando-o. Iniciou-se aí a resistência em Rio Grande e a perseguição aos revoltosos (QUEVEDO, 2003).

Donos do campo, os farroupilhas comemoraram vibrantemente a vitória. Cresceu a vontade separatista de conquistar e manter um país rio-grandense independente, entre as nações do mundo.

De 1836 até 1845, o movimento foi separatista, e ocorreram algumas tentativas de tomada de Porto Alegre, sede do governo imperial e quartel-general dos Caramurus. Nesse período Viamão foi elevada a categoria de vila com nome de Setembrina (QUEVEDO, 2003 p. 45).

O Coronel Neto, passou a escrever a Proclamação da República Rio-Grandense que seria lida e efetivada por ele, perante a tropa perfilada, em 11 de setembro de 1836. O estado republicano se separava do estado Brasileiro, constituindo-se num Estado Independente e Bento Gonçalves, mesmo prisioneiro na Bahia, foi escolhido presidente. A primeira Capital da Republica foi Paratini, depois de transferida para Caçapava e, por fim Alegrete (QUEVEDO, 2003).

A 10 de setembro na grande batalha de Seival, Antônio de Souza Neto se encontra novamente com Silva Tavares, inflingindo-lhe uma derrota aplastante. Foi tão grande o entusiasmo dos farroupilhas com esta vitória que Antonio de Souza e Manuel Lucas de Oliveira, comandantes de seus batalhões, na manhã do sai 11 de setembro proclamou a República Rio Grandense, declarando a separado o RGS do Império do Brasil (FAGUNDES, 2006 p.87).



Figura 33: Proclamação da independência do Rio Grande do Sul.

Fonte: Declaração da República Rio-grandense. Óleo do acervo do Governo do RS. Disponível em: < <http://www.popa.com.br/docs/cronicas/farrapos/> > Acesso em: 09/07/2012.

Foram conclamadas as demais províncias brasileiras a unirem-se como entes federados no sistema republicano, foi criado um hino nacional e bandeira própria do novo estado, até hoje cultivados pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A partir deste momento, ocorreu a falência imediata da Revolta Farroupilha e o início da Guerra dos Farrapos propriamente dita. A mudança de posicionamento dos Farrapos foi imediata.

A república Rio-grandense tinha escasso apoio nas áreas colonizadas pela recente imigração alemã. Esses imigrantes haviam se fixado na desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo em colônias cedidas pelo Império, no Vale do Rio dos Sinos. Como resposta imediata, as câmaras de Jaguarão, Alegrete, Cruz Alta, Piratini, entre outras, convocaram sessões extraordinárias, onde puderam analisar e corroborar os feitos, fazendo constar em Atas Legislativas suas adesões, proclamando a independência política da Província, por ser a vontade geral da maioria.

A luta entre Farroupilhas e Imperiais continuou acirrada. O Império despejava rios de dinheiro para recrutar mais e mais soldados paulistas e baianos, para comprar mais armas, mais munições, com pouquíssimo resultado prático.

A sustentação econômica da República era propiciada pelo apoio da vizinha República Oriental do Uruguai, que permitia o comércio do charque produzido pelos rio-grandenses para o próprio Brasil. A exportação era feita por terra até o Porto de Montevideu ou pelo Rio Uruguai.

A Marinha Imperial Brasileira controlava os principais meios de comunicação da Província, a Lagoa dos Patos, entre Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, e a maior parte dos rios navegáveis. Apesar disso, era constantemente atacada pelos farroupilhas, quando próximos aos barrancos dos rios. O fator estratégico de maior efeito a favor do Império era o bloqueio da barra da Lagoa dos Patos, único acesso ao porto de Rio Grande, por onde desembarcavam continuamente os reforços imperiais, e ao mar.

A República, na segunda parte do confronto procurava manter a supremacia conquistada na região geográfica da serra do sudeste do Rio Grande do Sul, de relevo irregular e com apenas um rio que comunicava com a Lagoa dos Patos, o Camaquã. Foi preciso engendrar uma manobra incomum para conquistar um ponto que pudesse ligar o Rio Grande dos farrapos com o mar. Este ponto era Laguna, em Santa Catarina. O primeiro passo era constituir a Marinha Rio-Grandense, e em 1º de setembro de 1838, Giuseppe Garibaldi foi nomeado capitão-tenente, comandante da marinha Farroupilha.

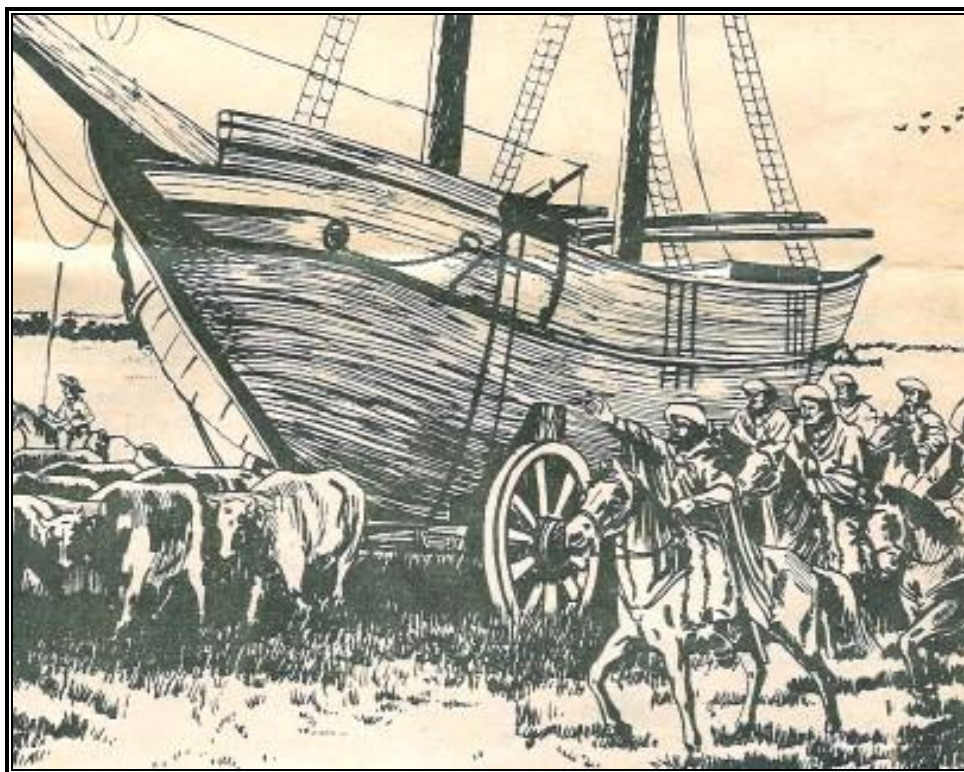


Figura 34: Garibaldi liderando a tropa até Laguna.

Fonte: Disponível em: <http://www.popa.com.br/docs/cronicas/farrapos/> Acesso em: 09/07/2012.

Terminada a construção dos barcos e lançados à água, os lanchões Seival e Farroupilha, cortando as águas da Lagoa dos Patos, acudados pela armada de John Grenfell, não tiveram muito sucesso: capturaram alguns barcos de comércio desprevenidos, em lagoas ou rios longe da armada imperial. Surgiu, então, o plano de levar os barcos pela Lagoa dos Patos até o Rio Capivari e, dali, por terra, sobre rodados especialmente construídos para isso, até a barra do Tramandaí, onde os barcos tomariam o mar. Assim foi feito, mas não sem dificuldades.

Os Farrapos, despistando a armada imperial, conseguiram enveredar pelo estreito do rio Capivari e passaram os barcos a terra em 5 de julho de 1839. Puxando sobre rodados, os dois lanchões artilhados, com cem juntas de bois, atravessaram ásperos caminhos, pelos campos úmidos - em alguns trechos completamente submersos, pois era inverno, tempo feio com chuvas e ventos, tornando o chão um grande lodaçal. Cada barco tinha dois eixos e, naturalmente, quatro rodas imensas, revestidas de couro cru. Piquetes corriam os campos entulhando atoleiros, enquanto outros cuidavam da boiada.

Levaram seis dias até a Lagoa Tomás José, vencendo 90 km e chegando a 11 de julho. No dia 13, seguiram da Lagoa Tomás José à Barra do Rio Tramandaí, no Oceano Atlântico, e, no dia 15, lançaram-se ao mar com sua tripulação mista de 70 homens. O Seival, de 12 toneladas, era comandado pelo norte-americano John Griggs, conhecido como "João Grandão", e o Farroupilha, de 18 toneladas, comandado por Garibaldi - ambos armados com quatro canhões de doze polegadas, de molde "escuna". Por fim, a 14 de julho de 1839, os lanchões rumaram a Laguna para atacar a província vizinha. Na costa de Santa Catarina, próximo ao rio Araranguá, uma tempestade pôs a pique o *Farroupilha*, salvando-se milagrosamente uns poucos farrapos, entre eles o próprio Garibaldi.

Enquanto isto, Grenfell continuava a caça à marinha farroupilha. Com o vapor *Águia* e diversas canhoneiras e lanchões, atacou a base de Camaquã e apreendeu três lanchões e duas lanchas; mas era tarde, pois ali teve a notícia de que Garibaldi já estava longe, a caminho de Laguna.

Com a chegada da marinha farroupilha a Santa Catarina, unindo-se às tropas do exército, sob o comando geral de David Canabarro, foi possível preparar o ataque a Laguna por terra e pela água. A marinha farroupilha entrou através da Lagoa de Garopaba do Sul, passando pelo rio Tubarão, e atacou Laguna por trás, surpreendendo os imperiais que esperavam um ataque de Garibaldi pela barra de Laguna e não pela lagoa. Garibaldi tomou um brigue e dois lanchões, enquanto somente o brigue-escuna *Cometa* conseguiu escapar para o mar. Laguna foi tomada, com ajuda do próprio povo lagunense, a 22 de julho de 1839. A 29 deste mês proclamou-se a República Juliana, feito um país independente, ligada à República Rio-Grandense pelos laços do confederalismo.

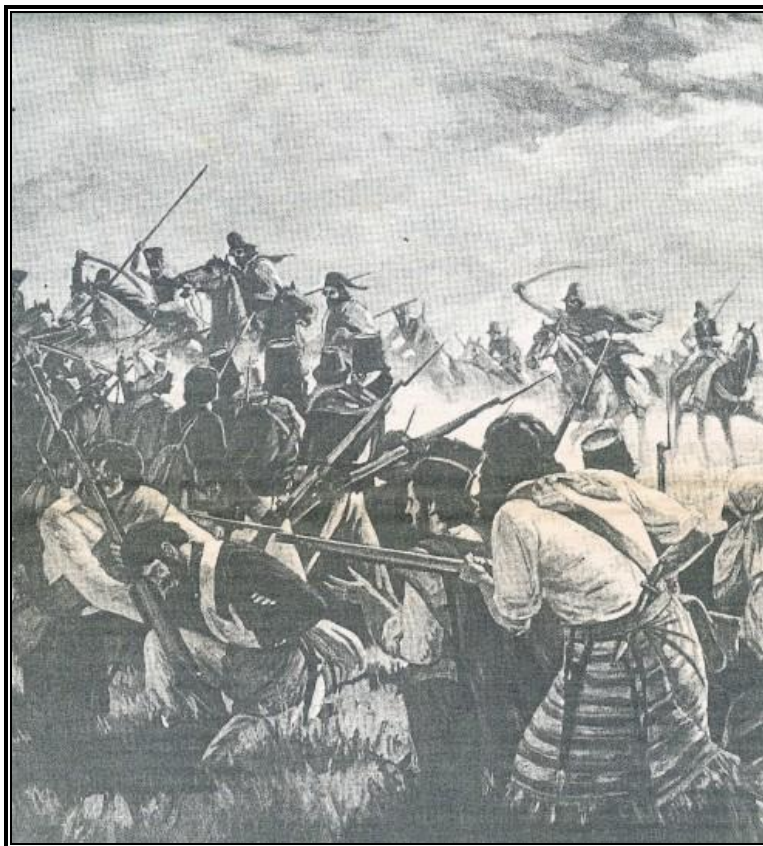


Figura 35: Cena da Guerra dos Farrapos. Reprodução parcial de óleo do acervo da Prefeitura de São Paulo. Fonte: Disponível em: <<http://www.popa.com.br/docs/cronicas/farrapos/>> Acesso em: 09/07/2012.

Depois da queda de Laguna, as tropas farroupilhas tomaram o caminho de Lages para retornar ao Rio Grande do Sul. Enquanto isso, o governo imperial havia decidido enviar um contingente de tropas ao sul pelo interior, com a missão de retomar Lages e depois auxiliar contra o cerco de Porto Alegre pelos farrapos. Em Rio Negro reuniram-se 1.500 homens, vindos do Rio de Janeiro, Curitiba, Paranaguá, Antonina e Campo do Tenente, deslocando-se para Santa Cecília, onde acamparam em 25 de outubro de 1839.

Travando pequenos combates com piquetes farroupilhas em novembro, através dos Campos dos Curitibanos e Campos Novos, chegaram a Lages, onde retomaram a vila. Dali uma parte da coluna do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha decidiu seguir em direção ao Rio Pelotas, para invadir o Rio Grande do Sul.

Os farrapos, derrotados em Lages, se reuniram em um entreposto alfandegário, para cobrança de impostos sobre as tropas de gado e mulas que vinham de Viamão e seguiam para Sorocaba, conhecido como Santa Vitória.

No começo de 1840, os farroupilhas controlavam boa parte do interior, mas não tinham uma saída para o mar. Além disso, enquanto as tropas rio-grandenses se concentravam no cerco de Porto Alegre, Caçapava, a capital da República desde 14 de fevereiro de 1839, considerada inexpugnável por causa do difícil acesso, foi invadida pelos imperiais. Instalou-se a capital em Alegrete, em 28 de março.

Bento Gonçalves, ainda no ano de 1840, em decorrência dos insucessos, acenou ao Império com a possibilidade de acordo. Bento pediu a Álvares Machado salvo-condutos para que companheiros seus pudessem atravessar impunemente os locais conquistados pelo império, a fim de acertar com os chefes imperiais os detalhes de uma rendição coletiva dos Farrapos

Uma Assembléia Constituinte havia sido convocada em 10 de fevereiro de 1840, porém manobras de Bento Gonçalves, que não queria perder poderes, levaram a que somente em 1842 fosse promulgada a Constituição da República, o que deu um ânimo momentâneo à luta.

O fim das rebeliões em outras províncias, como a Sabinada na Bahia e a Revolução Federal de 1842 em São Paulo, trouxeram novos reforços às tropas farroupilhas.

Por outro lado, o fim destas outras rebeliões também liberou as tropas do exército brasileiro para concentrarem todos seus esforços contra os farroupilhas.

Em doze artigos, os farrapos conseguiram com a paz mais vitórias que todos os seus combates. Em 1º de março de 1845 foi assinado o tratado de Poncho Verde, onde as cláusulas do tratado, assinado pelos imperiais, as margens do Santa Maria, são por si bastante expressivas, destacando-se como importantíssimo o cuidado que os farrapos tiveram em preservar a liberdade assegurada aos ex-escravos que havia combatido nas fileiras republicanas:

Entre suas principais condições estavam, de acordo com Fagundes (2006 p.92):

1º O indivíduo que for indicado pelos republicanos para presidente da província, é aprovado pelo governo imperial, e pagará logo a presidir a Província.

2º A dívida Nacional é paga pelo governo Imperial, devendo apresentar-se ao barão de Caxias a relação dos credores para ele entregar, á pessoa ou pessoas para isso nomeadas pelo Governo da República a importância a que montar a dita dívida.

3° Os oficiais da República que pelo nosso comandante em chefe forem indicados, passarão a pertencer ao Exército do Brasil nos mesmos portos, e os referido Exercício, não serão jamais obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional como em primeira linha.

4° São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na revolução.

5° As causas cíveis, não tendo nulidades escandalosas, são válidas, bem como todas as licenças e dispensas eclesiásticas.

6° É garantia a segurança individual, e de prioridade, em toda a sua plenitude.

7° Tendo o barão de organizar um corpo de linha receberá todos os oficiais para ele, dos republicanos, sempre que assim voluntariamente o queiram.

8° Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos, e aqueles que estão fora da Província serão reconduzidos e ela.

9° Não serão reconhecidos em suas patentes os nossos generais, porém gozarão das imunidades dos demais cidadãos.

10° O Governo Imperial vai tratar definitivamente da linha divisória com o estado oriental do Uruguai.

11° os soldados da República pelos respectivos comandantes relacionados ficam isento do recrutamento de 1ª linha.

12° Os oficiais e soldados que pertencem ao Exército Imperial e se apresentaram ao serviço da República, são plenas garantidos como demais republicanos.

Dos escravos sobreviventes, alguns acompanharam o exército do general Antônio Neto em seu exílio no Uruguai, outros foram incorporados ao Exército Imperial e muitos foram vendidos novamente como escravos no Rio de Janeiro.

A atuação de Luís Alves de Lima e Silva foi tão nobre e correta para com os oponentes que a Província, novamente unificada, o indicou para o senador. O Império, reconhecido, outorgou ao general o título nobiliárquico de Conde de Caxias (1845). Mais tarde, (1850), com a iminência da Guerra Contra Rosas seria indicado presidente da Província de São Pedro do Rio Grande.

1.9 TURISMO, LAZER E CULTURA

1.9.1 Turismo

O turismo é a atividade do setor terciário que mais cresce no Brasil, movimentando a economia ao gerar recursos e empregos diretos e indiretos, nas cidades com potencial para desenvolver esta atividade.

Nos municípios em estudo esta atividade não tem ainda relevante importância econômica, entre outros motivos, pela ainda incipiente organização do setor turístico, tanto que entre os municípios em estudo, apenas o município de Candiota apresenta em sua estrutura administrativa, setor ou secretaria que menciona turismo em sua designação, como é o caso da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude.

Por este motivo a infraestrutura para atendimento ao turista ainda é mínima, e as pessoas que tem interesse em visitar a região terão dificuldades em encontrar locais para hospedagem e alimentação.

Apesar disto os municípios possuem atrativos naturais e histórico-culturais que merecem serem preservados e divulgados, se houver o interesse em desenvolver esta atividade econômica.

Um aspecto relevante quanto a implantação do empreendimento e sua interferência negativa, nos municípios integrantes da AII, diz respeito ao impacto visual, ocasionado por este tipo de obra, já que o tamanho das torres ficará destacado, na paisagem plana dos pampas, podendo inclusive ser observado a certa distância.

Em Candiota é a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude a responsável por realizar as atividades relacionadas com a manutenção de bibliotecas, preservação, desenvolvimento e difusão de atividades culturais e esportivas no município, além do incentivo ao turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

No município de Candiota a infraestrutura de turismo é composta de um hotel, uma pousada e um camping. Como opção para alimentação pode-se citar a existência de dois estabelecimentos para lanche e pizzaria e dois restaurantes.

O município de Candiota tem em seu calendário vários eventos. Em fevereiro o Carnaval Antecipado e a Escolha da Rainha do Município, em março o Mês do Aniversário, o concurso Garota Verão Estadual e o Canto Moleque, no mês de maio Arte e Identidade Cultural, em junho o

evento Arte e Identidade Cultural e a Semana do Meio Ambiente, em agosto tem o Dia do Folclore, no mês de setembro, acontece a semana Farroupilha e a Cavalgada da Integração, em outubro o Dia das Crianças e o Concurso Peão e Prenda Municipal e no mês de dezembro, o Natal e a Festa dos Padroeiros.

Entre os atrativos turísticos pode-se citar a Mina de Carvão, a prainha do Candiota, próximo a barragem a cerca de 4 km da sede, algumas construções antigas na zona rural do município.

No município de Aceguá alguns eventos também são organizados ao longo do ano alguns que merecem destaque; em fevereiro o Carnaval da Integração, em abril a Semana do Município, em julho a Festa Julina de Aceguá e em setembro a Cavalgada da Integração.

A infraestrutura turística de Aceguá é formada por dois hotéis, uma pousada e quatro restaurantes.

Em Aceguá tem destaque o ponto turístico chamado Cavalo de Pedra, que fica localizado no Cerro dos Quietos, na localidade de Mina de Aceguá. É um atrativo natural, já que é o ponto mais alto da topografia do município com 276 metros de altitude. Para chegar ao local, segue-se uma trilha ecológica, composta de formações rochosas.

Ainda em Aceguá o monumento do limite territorial entre Brasil e Uruguai, chama atenção pelo aspecto histórico retratado, apesar da falta de conservação tanto do monumento, quanto do local onde esta implantado, conforme pode ser visualizado na figura a seguir.



Figura 36: Monumento histórico do limite entre Brasil e Uruguai, localizado no município de Aceguá.

Em Hulha Negra no mês de fevereiro, tem Carnaval e Festa de Iemanjá, em março, a Festa da Floricultura, em setembro a Semana Farroupilha e em outubro a Ocktoberfest.

No município de Hulha Negra não há rede hoteleira e o pequeno número de bares e restaurantes existentes, destinam-se ao atendimento da população local.

Em Pedras Altas, os atrativos naturais estão relacionados às belezas cênicas da paisagem local e também a história da ocupação do município, manifestadas nos prédios históricos. Os principais atrativos são o Castelo de Pedras Altas, considerado Patrimônio Histórico Particular e o Prédio da antiga Estação Ferroviária.



Figura 37: Atrativo turístico e cultural em Pedras Altas. Antiga Estação Ferroviária.

O prédio da Estação Ferroviária, inaugurado em 1884, antiga Southern Brazilian R. G. do Sul Ry. Co. Ltd. (1884-1905), Cie. Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil (1905-1920) ,V. F. Rio Grande do Sul (1920-1968).

A Granja de Pedras Altas é uma propriedade centenária construída no início do século XX, por Joaquim Francisco de Assis Brasil que nasceu em São Gabriel na Estância São Gonçalo em 1858 e a visita ao local inclui passeio por dentro da propriedade e a visita ao interior do "castelo



Figura 38: Vista de parte do Castelo de Pedra, em Pedras Altas.

No município de Pedras Altas a infraestrutura para atendimento ao turismo , consiste de uma propriedade na zona rural, que desenvolve o turismo nesta modalidade, um restaurante e uma lancheria.

1.9.2 Lazer

Numa análise mais geral com relação às atividades de lazer e recreação nos municípios de pequeno porte identifica-se que estas atividades acontecem principalmente nos espaços públicos destinados a praças, jardins, ginásios e quadras poliesportivas, mantidos pelo poder público municipal, em função da inexistência de cinemas, shopping centers, ou teatros, entre outras infraestruturas de diversão comum nos centros maiores.

As atividades destinadas ao tempo livre também estão relacionadas a faixa etária, sexo e poder aquisitivo da população a que se destina, e estão relacionadas aos eventos promovidos também pelo poder público ou grupos da sociedade civil organizada, como festas, torneios, gincanas e competições.



Figura 39: Área pública destinada a lazer e recreação na cidade de Candiota

O calendário de eventos existentes nos municípios demonstra que praticamente em todos os meses do ano, aconteçam atividades que servem para a diversão e integração da população no período livre, conforme apresentado no item 1.1.8.1 destinado ao desenvolvimento de aspectos realtivos ao turismo.

No município de Hulha Negra existe na estrutura administrativa a Secretaria de Educação e Cultura, em Pedras Altas a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e a já mencionada Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude de Candiota, que são os órgãos responsáveis entre outras atividades, por promoverem e difundirem as manifestações culturais e desportivas nestes municípios.

No município existe três Centros de Tradição Gaúchas - CTGs, o Batalha do Seival, Candeeiro do Pago e Luiz Chirivino.

Porém nestes municípios o mais comum é a falta de outras opções de lazer, além das que envolvem sair para beber ou ir a lanchonetes e restaurantes, reunir-se com os amigos nos espaços públicos, fazer caminhadas ou passeios para visitar parentes e conhecidos.

Mais recentemente desde que se generalizou o uso de computadores, principalmente entre as populações mais jovens e com acesso a computadores e a internet, observa-se que a opção de ficar conectado a rede, tem tomado bastante do tempo livre, do grupo desta faixa etária.

Porém em conversas com alguns funcionários de órgãos públicos de Prefeituras, foi recorrente a afirmação de que a falta de perspectivas para o futuro e de ter o que fazer está levando moradores a desenvolver o vício da bebida e ao surgimento de doenças como a depressão.

Nas áreas dos assentamentos, ficou definida na distribuição dos lotes, a destinação de uma parte das terras, para a construção e implantação do centro comunitário. Este espaço é utilizado para as festas e encontro, de grupos como, por exemplo, de mães, idosos e também para a realização de cursos, anexo a estas áreas é comum ter também, um campo de futebol.

1.9.3 Cultura

A cultura do Rio Grande do Sul possui uma variada diversidade e de certo modo os municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Pedras Altas, refletem as características desta variedade, graças a realidade histórica vivenciada na região e manifestada nos costumes e tradições mantidos pela população local.

Assim como no estado que apresenta duas fortes vertentes culturais, a região também apresenta de certo modo a influência destas origens. A primeira delas a do gaúcho, com suas raízes nos antigos gaúchos que habitavam os pampas é marcada pelo modo de vida no campo ligado a criação de gado bovino. Inicialmente os gaúchos viviam em uma sociedade nômade, característica esta comum também aos países vizinhos Uruguai e Argentina, posteriormente se estabeleceram em fazendas de gado, espalhadas pelos pampas.

A outra vertente cultural foi influenciada pelos imigrantes europeus, principalmente por colonos portugueses, espanhóis e principalmente pelos alemães e italianos, que se estabeleceram em outras regiões do estado, em colônias onde a agricultura diversificada e familiar era a base da economia.

O típico gaúcho era o mestiço de índio, português e espanhol e também dos negros e sua cultura foi bastante influenciada pela dos índios guaranis e charruas e pelos colonos hispânicos. Estudos demonstram que os gaúchos são frutos, sobretudo da miscigenação de homens ibéricos, com mulheres indígenas e em menor medida com africanas.

Nos municípios em estudo a predominância da cultura e tradição gaúcha se manteve de certa forma inalterada até a chegada dos assentados da reforma agrária, na década de 1980 e 1990. Com isto a influência de colonos agricultores passou a coexistir com a cultura gaúcha dominante.

Ainda na região de Aceguá e Hulha Negra, descendentes de alemães estabelecidos desde a década de 1940, constituíram espaços típicos, marcados pela influência européia e principalmente alemã. A influência é marcante em algumas comunidades como, por exemplo, Colônia Nova e Colônia Pioneira no município de Aceguá, onde inclusive a rádio comunitária tem em determinados horários programação em língua alemã. O Hospital Filantrópico de Colônia Nova foi construído com 80% de recursos doados por entidades, com sede na Alemanha.

As tradições culturais gaúchas são mantidas e difundidas através dos Centros de Tradições Gaúchas - CTGs e também fora destes, onde a bebida típica o chimarrão, feito com erva mate quente e amargo é sugado por meio de uma bomba, o prato típico da culinária que é o churrasco, as músicas e a indumentária denominada de pilcha.



Figura 40: Acervo arquitetônico regional, Prédio da Prefeitura Municipal de Pedras Altas, com morador vestindo roupas típicas.

É possível observar em toda região a influência ibérica nas construções típicas da região, com fachadas construídas com platibandas, uma faixa horizontal (muro ou grade) que emoldura a parte superior do prédio e que tem a função de esconder o telhado, e que compõem um acervo arquitetônico bastante peculiar, visto em grande quantidade, nos municípios estudados.



Figura 41: Exemplo de construção com o uso de platibanda, município de Candiota. Antiga estação de trem.

As manifestações culturais regionais são perpetuadas também nos eventos promovidos em cada um dos municípios e que foram listados no ítem 1.9.1., referente ao turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. de. **Vida e morte dos tropeiros**. São Paulo: Livraria Martins, 1981. 212p.
- ARAMIS J. Pereira Gomes, “**Carvão do Brasil Turfa Agrícola: Geologia, Meio Ambiente e Participação Estratégica na Produção de Eletricidade no Sul do Brasil**”, Est Edições, 2002.
- BATES, Daniel G.; LEES, Susan H. **Case studies in Human Ecology**. New York: Plenum Press, 1996.
- BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Curitiba, GRAFIPAR, 1969, v.1. p. 215, 216 e 217.
- BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Iтарaré**. IN: Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Documentos 10**. Unisinos. São Leopoldo - RS, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos Puros**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- BONAMETTI, J.H. Revista Científica / FAP - Versão Eletrônica V. 2 - Janeiro - Dezembro / 2007. ACESSO EM 23/03/2012.
- BUTZER, Karl W. Arqueología – **Una ecología Del hombre: método y teoría para un enfoque contextual**. Barcelona: Bellaterra, 1989.
- CARPEGEANI, Cleuza Barboza de Freitas. FILHO, Cyro de Barros Rezendes. **Caminho das Tropas: A Importância da preservação histórica e cultural como meio de preservação ambiental no Vale do Paraíba**. Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU) – Brasil – VOL. 1, N. 1, 2009
- CHMYZ. **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Manuais de Arqueologia n. 1, 1976.
- CLARKE, David L. **Spatial Archaeology**. London: Academic Press, 1977.
- DOMINGUES, J. M. **Tropeirismo, seminário de estudos tropeiros**. Sorocaba: Uniso, 2003. p. 185-192. cap. IV
- ECOSFERA - **Estudo de Impacto Ambiental, Interligação Elétrica Brasil-Uruguai**-Volume IV, Diagnóstico Socioeconômico, Palhoça - SC. 2011.

FAGAN, Brian M. **In the beginning: An introduction to archaeology**. Scott, Foresman & Co, Illinois, 1988.

FAGUNDES, Antonio Augusto. **História do Rio Grande do Sul**. Martins Livreiro Editor, 5ª edição. 2006. 142 p.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do Sul de Santa Catarina** (*Jaguaruna, Laguna e Tubarão*). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Consulta geral a homepage oficial**. Porto Alegre, 2010. Disponível em : <[http:// www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)> Acesso em 09 de junho de 2012.

GABINETE DE REFORMA AGRARIA E COOPERATIVISMO - **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Boa Vista do Butiá-Candiota RS**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

GOLIN, Tau. **Cartografia da guerra Guaranítica**. In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Passado presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011. Disponível em:< <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/apresentacao.htm>> Acesso em: 10/07/2012.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. Companhia das Letras, São Paulo. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Consulta geral a homepage oficial**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 29 de maio de 2012.

KLEIN, R. M. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: SUDESUL;FATMA;HBR, 1978.

KLAMT, Sergio Célio. **Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor da tradição cerâmica Tupiguarani**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MARCELO Cervo Chelotti-**Agroecologia em Assentamentos Rurais – Estratégia de Reprodução Camponesa na Campanha Gaúcha – Agrária – SP - 2007**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIOGRANDE DO SUL - -MP/RS. **Consulta geral a homepage oficial**. Porto Alegre, 2012. Disponível em:<<http://www.mp.rs.gov.br/urbanistico/doutrina>>. Acesso em 06 de junho de 2012;

MOURA Telmo Requião. **História do Rio Grande do Sul**. Ed.FTD 1994 disponível em <www.paginadogaucho.com.br/ind/grupo> . Acesso em 29 maio de 2012.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. **O Tropeirismo após as Feiras de Sorocaba**. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras, 1983. p. 16.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ. **Consulta geral a homepage oficial**. Aceguá 2012. disponível em: < www.acegua.rs.gov.br >. Acesso em 10 de junho de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA. **Consulta geral a homepage oficial**. Candiota 2012. disponível em: < www.candiota.rs.gov.br >. Acesso em 10 de junho de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HULHA NEGRA. **Consulta geral a homepage oficial**. Hulha Negra 2012. disponível em: < www.hulhanegra.rs.gov.br >. Acesso em 10 de junho de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS ALTAS. **Consulta geral a homepage oficial**. Pedras Altas 2012. disponível em: < www.pedrasaltas.rs.gov.br >. Acesso em 10 de junho de 2012.

QUEVEDO, Julio. **História Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livresiros. Ed. 2003.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização** – processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. 1970

RECCO, C. **A atividade dos tropeiros** no Brasil. Historianet, 2005. Disponível em:

<<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 26/02.06.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**. Teorías, métodos y práctica. Madrid: Akal, 1993. 571 p.

RUFFATO, L. **Rotas do Vale: memórias do comércio do Vale do Paraíba** / pesquisa e iconografia. Museu da Pessoa. São Paulo: **Museu da Pessoa**: Sesc, 2004. 151p.

SANTOS, Linara Cristina. **A influência do tropeirismo na formação Histórica de Santa Bárbara do Sul**: século XIX. Ijuí. 2010. Disponível em: http://issuu.com/josefiorin/docs/linara_tcc_unijui> Acesso em 10 de julho de 2012.

SCHEIDT, Eduardo. **O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha**. *Rev. hist.* [online]. 2002, n.147, pp. 189-209. ISSN 0034-8309.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo. Instituto Anchietao de Pesquisas – UNISINOS. Documentos 5. 1991.

_____. **O mundo da caça, da pesca e da coleta.** In: SCHMITZ, Pedro Inácio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo. Instituto Anchieta de Pesquisas – UNISINOS. Documentos 5. 1990.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA. **Consulta geral a homepage oficial.** Porto Alegre. Disponível em <<http://www.sema.rs.gov.br/>>. Acessado em 29 de maio de 2012.

SEPLAG. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2010. Disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br>> Acesso em 30 de maio de 2012.

SEVERAL, Rejane da Silveira. **Jesuítas e Guaranis Face aos Impérios Coloniais Ibéricos no Rio da Prata.** In: Revista de História Regional 3(1):117-134, Verão 1998.

SILVA, Luiz Carlos da; BORTOLUZZI, Carlos Alfredo (Eds.). **Texto Explicativo para o Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: 11º Distrito do DNPM. Coordenadoria de Recursos Minerais da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, p. 197-204, 1987.

SILVA, Margarida do Amaral. **Repercussão da imagem-sertão em um Brasil: O território além do rancho, do pouso e das tropas.** In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 349-375, jan./jun. 2009.

SOARES, André L. R. **Guarani: organização social e arqueologia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, 256p. (Coleção Arqueologia 4).

_____. **Os horticultores Guaranis: modelos, problemáticas e perspectivas.** Revista do Cepa, v.23, n.30, Santa Cruz do Sul, p.103-141, 1999.

STRAUBE, Kelly Von knoblauch. **A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro – o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/pr.** Dissertação de Mestrado. Curitiba. 2007.

TENÓRIO. M. C. **Pré-história da terra brasilis.** Rio de Janeiro, ed. da UFRJ. 1999.

TRIGGER, Bruce G. **The determinants of Settlement Patterns.** In: CHANG, K. C. *Settlement Archaeology*. Palo Alto, California: National Press Books. Yale University, 1968. p. 53-78.

ZATTERA, V. S. **Tropeiros do Rio Grande do Sul – Indumentária.** In: SANTOS, L.

S. S. et al (Org.). **Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul.** Porto Alegre: EST, p. 305-20, 2000.

ZIMERMANN, Florisbela Carneiro. NETTO, Z.Adolfo. BIRIBAS **A construção do tropeiro á formação histórico-cultural do Planalto Médio sul-rio-grandense.** Fundação Ubaldino do Amaral. 1991.

ANEXOS

**ANEXO I – Ofício INCRA-RS/nº 326/2012 – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

ANEXO II – Ofício GAB/SEC nº 176/2012 – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR-RS

ANEXO III – Certidão de Uso e Ocupação do Solo – Prefeitura Municipal de Candiota

ANEXO IV – Certidão de Uso e Ocupação do Solo – Prefeitura Municipal de Hulha Negra

ANEXO V – Certidão de Uso e Ocupação do Solo – Prefeitura Municipal de Aceguá

ANEXO VI – Ofício nº 255/2012 – GAB/FCP/MinC

ANEXO VII – Ofício nº 428/2012/DPDS-FUNAI-MJ.

ANEXO VIII – Ofício GAB Nº 057/2011 – Prefeitura Municipal de Aceguá.

ANEXO IX – Mapa de localização de comunidades quilombolas da AII.

ANEXO X – Mapa de Uso do solo na AID.